

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA
NÍVEL MESTRADO

Mariana Recena Aydos

MIGRAÇÃO FORÇADA

Uma abordagem conceitual a partir da imigração de angolanos para os estados de São

Paulo e do Rio de Janeiro, Brasil (1970-2006)

Campinas
(2010)

Mariana Recena Aydos

C2
R-38

MIGRAÇÃO FORÇADA

**Uma Abordagem Conceitual a Partir da Imigração de Angolanos Para os Estados
do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil (1970-2006)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Aprovado em 28 de janeiro de 2010

BANCA EXAMINADORA



PROFA. DRA. ROSANA APARECIDA BAENINGER (ORIENTADORA)



PROF. DR. ODAIR DA CRUZ PAIVA

PROFA. DRA. MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO

PROFA. DRA. MARIA DO ROSÁRIO ROLFSEN SALLES (SUPLENTE)



PROFA. DRA. MARIA SILVIA CASAGRANDE BEOZZO BASSANEZI (SUPLENTE)

201005381

Campinas

(2010)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha orientadora, professora Rosana Baeninger, pela paciência, apoio, respeito e confiança em mim depositados nestes três anos, desde o convite para participar da pesquisa CVPR em 2007 e incentivo em realizar a seleção para o mestrado. E principalmente pelo exemplo de pesquisadora e professora não só na orientação deste trabalho como também nas atividades da pós-graduação.

Ao professor Odair Paiva e à professora Marta Azevedo pelas valiosas contribuições da banca de qualificação, fundamentais para a finalização deste trabalho.

À professora Neide Patarra e ao professor Helion Póvoa, pela inspiração e pelo diálogo que muito contribuíram para a elaboração deste trabalho.

Agradeço imensamente ao Daniel, pelo amor e companheirismo. Por me apoiar e me incentivar nos melhores e nos piores momentos vividos nestes dois anos. Pela confiança e incentivo para continuar na batalha acadêmica. Essa dissertação não teria sido possível sem a sua paciência em me ensinar a montar sintaxes no SPSS, sem suas leituras cuidadosas, sem as repetidas revisões e seus questionamentos sempre pertinentes.

À minha mãe, meu pai, Dario e Léo, por sempre apoiarem todas as minhas decisões, por serem meu porto seguro, por me incentivarem a sempre seguir em frente.

À minha família, tão linda e tão unida após um ano de tantas dificuldades. Essa dissertação e esse período em Campinas atingiram outro significado com a vinda de vocês e do nosso menino João Lucas para cá. As palavras fogem ao agradecer o apoio que

recebi para a empreitada acadêmica quando nem de longe isso era o mais importante. Pela compreensão por todas as horas que precisei me ausentar, mesmo sabendo o quão necessária era toda presença naqueles momentos difíceis. Diego e Ana Paula, é infinito o que vocês me ensinaram nessa batalha. Zilda e Chiquinho, por tudo. Mãe, pai, é impossível descrever o orgulho que sinto de nossa família.

À Ricardo Dantas, pela companhia constante nas noites de insônia, nos debates, cafés e cervejinhas, e pela amizade tranqüila e sincera.

À Jú e Kaká, pela amizade, por me abrigaram com tanto carinho em Campinas, e por tudo o que fizeram por mim e pela minha família especialmente neste último ano.

À Magdalena e Diogo, meus amados amigos, companheiros de toda essa empreitada mesmo quando ela ainda era apenas uma idéia, lá em Sampa.

Aos colegas e amigos da pós-graduação em demografia, pelo companheirismo nos árduos embates da pós-graduação e pelos deliciosos momentos passados fora da academia. Em especial agradeço aos queridos amigos Monica, Paulo, Ricardo Dagnino, Henrique e Iara, pela amizade e apoio em momentos cruciais destes dois anos que passamos juntos.

Ao NEPO e ao IFCH, pelo suporte estrutural para a realização das atividades acadêmicas e apoio para a participação de eventos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fundamental apoio na execução desta dissertação de mestrado.

*Para minha mãe, pelo exemplo de paixão
pelo conhecimento.*

RESUMO

Abordamos neste estudo a temática dos deslocamentos forçados em suas configurações jurídicas e analíticas. Apresentamos os deslocamentos forçados enquanto fenômeno social que ultrapassa os limites do estatuto jurídico de refugiado, envolve diversos atores e vincula-se a outros processos migratórios, e por nós incorporado no conceito analítico de migração forçada. Isso implica incluir a violência como um fator migratório importante, ressaltando que os movimentos populacionais não ocorrem apenas no terreno da economia e da liberdade das escolhas individuais, e sim em um território com forte presença de aparatos estatais de dominação e coerção. O debate conceitual é pautado por uma reflexão sobre o fluxo de imigrantes angolanos para o Brasil, da década de 1970 até os dias atuais. Apresentamos o contexto de origem da imigração de angolanos através de um breve histórico da Angola com ênfase na conjuntura de conflitos que marcaram a história do país e que forçaram parte de sua população a migrar. Utilizamos como fonte de dados os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 e a pesquisa amostral Condições de Vida da População Refugiada (CVPR, NEPO/UNICAMP-SDH, 2007). A partir dos resultados propomos uma análise das transformações que a imigração angolana no Brasil sofreu ao longo das últimas quatro décadas, buscando suas analogias com as transformações sofridas pelo próprio fenômeno das migrações forçadas.

Palavras chaves: migração, migração internacional, migração forçada, refúgio, angolanos.

ABSTRACT

We approached in this study the issue of forced displacement in its legal and analytical settings. The forced displacement is presented as a social phenomena that goes beyond the limits of the legal status of refugee, involving different actors and linking to other migration processes, thus being incorporated into the analytical concept of forced migration. This means we must include violence as an important migration factor, noting that population movements occur not only in the field of economy and freedom of individual choices, but in an area with a high presence of state apparatuses of domination and coercion. The conceptual debate is guided by a reflection on the flow of Angolan immigrants to Brazil from the 1970s to the present day. We introduce the context of origin of the Angolan migrants through a brief history of Angola, focusing on the conflicts that marked the history of the country and forced part of its population to migrate. Our sources of data were the Demographic Census of 1980, 1991 and 2000 and the survey “Condições de Vida da População Refugiada” (CVPR, NEPO/UNICAMP-SDH, 2007). From the results we propose an analysis of the changes that the Angolan immigration to Brazil has suffered over the past four decades, seeking its analogies with the transformations undergone by the phenomena of forced migration.

Keywords: migration, international migration, forced migration, refuge, Angolans.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	IV
RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
SUMÁRIO	IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS	XI
ÍNDICE DE TABELAS	XIV
ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS	XVII
INTRODUÇÃO	19
1. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E MIGRAÇÕES FORÇADAS	25
1.1. A questão migratória	25
1.1.1 As migrações internacionais modernas	31
1.1.2 Migrações internacionais no Brasil	36
1.2. As teorias das migrações internacionais e as migrações forçadas – a violência como um fator migratório	43
1.2.1 Da categoria jurídica de refugiado	47
1.2.2 Da categoria jurídica ao conceito analítico: as migrações forçadas	52
1.2.3 A migração como um paradoxo da sociedade contemporânea: fronteiras, Estados, liberdade e igualdade nas migrações internacionais	60
1.3. Conclusão	65
2. ANGOLA E BRASIL: CONTEXTOS DE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO	69
2.1. Angola: contextos de emigração	70
2.1.1 Descrição dos povos nativos de Angola	74
2.1.2 Angola sob o regime colonial português	78
2.1.3 Dos conflitos nacionalistas à Guerra Civil	84
2.2. As relações entre Brasil e Angola	94
2.3. Conclusão	97
3. A IMIGRAÇÃO DE ANGOLANOS PARA O BRASIL	99
3.1. Metodologia da pesquisa	100
3.1.1 Metodologia de análise dos dados dos Censos Demográficos	103
3.1.2. Metodologia de análise dos dados da Pesquisa Condições de Vida da População Refugiada (CVPR)	107
3.2. Os fluxos de angolanos para o Brasil em três períodos: análise dos resultados	109
3.2.1. A década de 1970 e a imigração forçada a partir da independência de Angola	109

3.2.2. A década de 1980 e a guerra civil no meio rural de Angola – período de baixa intensidade _____	118
3.2.3. Da década de 1990 aos dias atuais - a retomada da imigração com novo perfil migratório e a especificidade do Rio de Janeiro _____	129
3.3. Conclusão: as transformações da imigração angolana para o Brasil de 1970 a 2006	151
<i>CONCLUSÕES</i> _____	159
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i> _____	165
<i>ANEXOS</i> _____	171

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- Gráfico 1- Total de imigrantes internacionais (em bilhões) por continente em 2009 _____ 34
- Gráfico 2 - Percentual de imigrantes internacionais no total da população por continente em 2009
_____ 35
- Gráfico 3 - Taxa média anual de imigração (por mil pessoas) por continente no período de 2005 a 2010 _____ 35
- Gráfico 4 - Imigrantes angolanos por década que fixaram residência no Brasil. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000 _____ 106
- Gráfico 5 - Distribuição percentual de faixas etárias segundo sexo de imigrantes angolanos. Estado de São Paulo. População residente em 1980 _____ 111
- Gráfico 6 - Distribuição percentual de faixas etárias segundo sexo de imigrantes angolanos. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1980 _____ 111
- Gráfico 7 - Distribuição percentual da idade ao migrar por sexo de imigrantes angolanos. Estado de São Paulo. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1970. População residente em 1991 e 2000 _____ 113
- Gráfico 8 - Distribuição percentual da idade ao migrar por sexo de imigrantes angolanos. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1970. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000 _____ 114
- Gráfico 9 - Distribuição das pessoas nas famílias de tipo ‘Casal com Filhos’ de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Estado de São Paulo. População residente em 1980 _____ 116
- Gráfico 10 - Distribuição das pessoas nas famílias de tipo ‘Casal com Filhos’ de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1980 _____ 117
- Gráfico 11 - Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Estado de São Paulo. População residente em 1980 _____ 118
- Gráfico 12 - Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1980 _____ 118
- Gráfico 13 - Distribuição das pessoas nas famílias de tipo ‘Casal com Filhos’ de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado de São Paulo. População residente em 2000 _____ 121

Gráfico 14 - Distribuição das pessoas nas famílias de tipo ‘Casal com Filhos’ de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1991 _____ 122

Gráfico 15 - Distribuição das pessoas nas famílias de tipo ‘Casal com Filhos’ de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____ 123

Gráfico 16 - Distribuição percentual da idade ao migrar por sexo de imigrantes angolanos. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000 _____ 124

Gráfico 17 - Ocorrência de migração em anos diferentes dentro da mesma família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1980. . Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000 _____ 126

Gráfico 18 - Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado de São Paulo. População residente em 2000 _____ 127

Gráfico 19 - Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____ 127

Gráfico 20 - Distribuição percentual da idade ao migrar por sexo de imigrantes angolanos. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____ 131

Gráfico 21 - Distribuição das pessoas nas famílias de tipo ‘Casal com Filhos’ de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000 _____ 137

Gráfico 22 - Distribuição das pessoas nas famílias de tipo ‘Casal com Filhos’ de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____ 137

Gráfico 23 - Distribuição dos imigrantes angolanos* por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 141

Gráfico 24 - Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____ 142

Gráfico 25 - Ocorrência de migração em anos diferentes dentro da mesma família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990. . Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____ 143

Gráfico 26 - Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000 _____ 144

Gráfico 27 - Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____ 144

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela1 - Refugiados no Mundo em 2008 _____	52
Tabela 2 - Tipos de Família com presença de imigrantes angolanos (migração acumulada). Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1980 _____	115
Tabela 3 - Tipos de Família com presença de imigrantes angolanos que tiveram o processo migratório iniciado na década de 1980. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991 _____	119
Tabela 4 - Tipos de Família com presença de imigrantes angolanos que tiveram o processo migratório iniciado na década de 1980. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____	120
Tabela 5 - Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado de São Paulo. População residente em 2000 _____	125
Tabela 6 - Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____	126
Tabela 7 - Meio de transporte de saída do país de origem e de chegada ao Brasil dos imigrantes angolanos*. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estados do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____	133
Tabela 8 - Tipos de Família com presença de imigrantes angolanos que tiveram o processo migratório iniciado na década de 1990. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____	134
Tabela 9 - Tipos de Família com presença de refugiado(s) estatutário(s). Famílias que tiveram o processo migratório iniciado na década de 1990. Estados do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____	134
Tabela 10 - Distribuição das pessoas nas famílias de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000 _____	135
Tabela 11 - Distribuição das pessoas nas famílias de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____	136

Tabela 12 - Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000 _____ 140

Tabela 13 - Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000 _____ 140

Tabela 14 - Distribuição dos imigrantes angolanos*.por cidade de saída do país de origem. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 145

Tabela 15 - Distribuição dos imigrantes angolanos* por quantidade de vindas ao Brasil antes de solicitar refúgio. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 147

Tabela 16 - Distribuição dos imigrantes angolanos* e das famílias por redes de conhecidos no Brasil antes da imigração. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 147

Tabela 17 - Distribuição dos imigrantes angolanos* e das famílias por local de moradia quando chegou ao Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 148

Tabela 18 - Distribuição dos imigrantes angolanos*.por nacionalidade dos amigos no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 148

Tabela 19 - Distribuição dos imigrantes angolanos* por assistência de organismo internacionais ou solicitação de refúgio em outro país. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 149

Tabela 20 - Distribuição dos imigrantes angolanos* e das famílias por ocorrência de familiares refugiados em outro país. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 149

Tabela 21 - Distribuição dos imigrantes angolanos* por trajetória migratória antes de chegar ao Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 150

Tabela 22 - Distribuição dos imigrantes angolanos* por cidade de entrada no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 150

Tabela 23 - Distribuição dos imigrantes angolanos* e das famílias por rede de contato para solicitação do refúgio. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007 _____ 151

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Mapa dos brasileiros no Mundo em 2009 _____	41
Figura 2 - Mapa Político do Continente Africano _____	71
Figura 3 - Mapa Político da Angola _____	72
Quadro 1 - Angola: Informações geográficas, demográficas, econômicas e da situação de guerra _____	73

INTRODUÇÃO

A migração forçada é um tema importante a ser tratado no âmbito das migrações internacionais contemporâneas. Trata-se de um fenômeno social marcado por situações históricas, econômicas e políticas de grande especificidade. Os sujeitos destes deslocamentos populacionais sofrem (ou não) a ação de uma política migratória específica onde é definida uma condição jurídica que os distingue dos demais migrantes, a condição de refugiado. O impacto na migração forçada na sociedade de destino se configura como uma questão demográfica em muitos países. No Brasil, a questão vem ganhando visibilidade nos últimos anos, mas ainda não há estudos sistemáticos sobre este contingente populacional.

Consideramos que a migração forçada não se constitui como um tipo isolado de deslocamento, sem conexões com outros tipos de migração, mas um grupo que por suas especificidades pode trazer novas reflexões sobre o fenômeno da migração internacional como um todo.

A hipótese subjacente ao estudo é a de que os deslocamentos forçados podem ser considerados uma modalidade das migrações internacionais, isto é, para além do estatuto de refugiado podemos incluir os deslocamentos forçados como um processo social mais amplo, que envolve diversos atores e vincula-se, com suas especificidades, a outros processos migratórios e, assim, chamá-los de migração forçada. Isso implica incluir a violência como um fator migratório importante, ressaltando que os movimentos populacionais não ocorrem apenas no terreno da economia e da liberdade das escolhas

individuais, e sim em um território com forte presença de aparatos estatais de dominação e coerção.

Neste sentido, algumas questões foram colocadas durante o processo de elaboração do estudo: Podemos falar em “migração forçada” (aqui em relação aos conceitos clássicos de migração)? Quais as implicações teóricas e analíticas do conceito jurídico de refugiado? O que faz do Brasil um país receptor de migrantes forçados (a legislação, redes sociais)? As migrações internacionais se configuram enquanto uma nova modalidade das migrações internacionais? Essa migração específica configura novos destinos? São estabelecidas redes entre os migrantes forçados, a origem e o destino?

O debate conceitual apresentado por nós é acompanhado de uma reflexão sobre um fluxo atual de migrantes forçados para o Brasil, o dos imigrantes angolanos. O fluxo de angolanos para o Brasil foi escolhido como objeto por se tratar de um processo contínuo há mais de três décadas e que apresenta em sua origem causas violentas como fator migratório. Esta migração ganhou intensidade com a independência de Angola em 1975, e neste mesmo período com o início da guerra civil no país. Contudo, os imigrantes chegados neste período não foram reconhecidos como refugiados, embora tenham partido do país de origem em um contexto de guerra. Nos períodos seguintes, os conflitos internos em Angola continuaram a exercer importante pressão migratória.

A periodização do estudo foi portanto definida a partir dos fluxos gerados na década de 1970 até os dias atuais. O corte feito em 2006 diz respeito ao último ano de entrada de migrantes em uma das bases de dados que utilizamos.

Os desafios metodológicos enfrentados na análise foram diversos, uma vez que estamos lidando com um fluxo que, embora importante, é numericamente pequeno para ser captado com precisão pelas principais fontes de dados a que temos acesso, além de ser marcado pela questão da indocumentação de muitos imigrantes. Analisamos os dados a partir de duas fontes: os Censos Demográficos e a pesquisa amostral Condições de Vida da População Refugiada (CVPR)¹. Foram selecionadas três séries dos Censos Demográficos para a análise - 1980, 1991 e 2000 – e em cada uma delas fizemos uma análise dos dados por coorte, procurando captar ao máximo o caráter processual do fenômeno migratório. A outra fonte de dados, a pesquisa amostral CVPR, apresentou dados para os imigrantes angolanos reconhecidos como refugiados pelo governo brasileiro. A pesquisa, realizada em 2007², foi inovadora e apresentou importantes desafios, por lidar com um grupo que tem o sigilo de informações garantido por lei. Unir duas fontes de dados tão diversas, cada uma envolta em seus próprios problemas de captação de dados, foi mais um desafio que se apresentou para nós ao longo do trabalho.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo principal apresentar a discussão teórica que embasa nossa hipótese de trabalho sobre migrações forçadas no contexto das migrações internacionais. Para tal, em um primeiro momento apresentamos as migrações enquanto fenômeno social e objeto de estudos das Ciências Sociais. Tema complexo, as migrações são apresentadas em suas

¹ Realizada pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas em parceria com a Secretaria Espacial de Direitos Humanos da Presidência da República, no ano de 2007 (CVPR, NEPO/UNICAMP-SDH, 2007). A pesquisa foi coordenada pela Profª. Dra. Rosana Aparecida Baeninger. Um sumário de dados da pesquisa foi publicado em: BAENINGER, R.A.; AYDOS, M.R.(2008) **População refugiada. Retrato das condições de vida: famílias em São Paulo e Rio de Janeiro**. Campinas: NEPO/Unicamp.

² A autora teve sua inserção na temática da dissertação através da participação direta nessa pesquisa no ano de 2007 como entrevistadora e coordenadora de campo e como integrante da equipe que elaborou o banco de dados e o relatório final da pesquisa. Ressaltamos que a experiência de campo foi fundamental para os questionamentos iniciais que impulsionaram este trabalho.

dimensões espaço-temporais e também em suas dimensões sociais e políticas, ressaltando a importância de diferentes dimensões de análise para a compreensão do fenômeno. Apresentamos em seguida um panorama geral das migrações internacionais modernas no mundo e no Brasil, evidenciando para o momento atual o caráter de radicalização dos discursos de atores políticos envolvidos com as questões migratórias e a maior diversificação do fenômeno. Exposto o contexto com o qual estamos lidando, partimos para a discussão teórica propriamente dita, apresentando uma abordagem de como as principais teorias das migrações internacionais trataram o fenômeno migratório e evidenciando as lacunas em relação à migração forçada. O conceito analítico de migração forçada é colocado em debate em relação à categoria jurídica de refúgio, onde destacamos os problemas causados pela confusão no uso analítico de uma categoria jurídica. Finalizamos o capítulo com uma breve consideração acerca do papel do Estado-Nação e das fronteiras na configuração contemporânea das migrações internacionais, questionando as noções de liberdade e igualdade que são colocadas em xeque sobretudo pelas migrações forçadas.

No capítulo dois apresentamos o contexto de origem da imigração de angolanos através de um breve histórico da Angola com ênfase na conjuntura de conflitos que marcaram a história do país e que forçaram parte de sua população a migrar, e em seguida apresentamos as relações entre Brasil e Angola e as possíveis influências delas nos movimentos migratórios entre os dois países. Em um primeiro momento buscamos delinear aspectos relevantes da história da Angola, principalmente ao longo do século XX, que culminaram com os conflitos pela independência do país de 1961 a 1975 - geradores do primeiro grande fluxo de angolanos para o Brasil no século XX - e com o início da guerra civil que durou de 1975 a 2002. A guerra civil foi importante pano de fundo para a

emigração de angolanos, mas mesmo com o final da guerra, a desestruturação econômica do país continua impulsionando novos fluxos de imigrantes angolanos para o Brasil. Aspectos históricos que ligam os dois países também são abordados no capítulo, evidenciando as relações durante o período de colonização portuguesa, quando Portugal demarcou suas ações em Angola inclusive para abastecimento de sua colônia brasileira, e contemporaneamente evidenciando os acordos e cooperação diplomáticos e comerciais entre os dois países.

No capítulo três são apresentados os resultados das análises dos dados dos Censos Demográficos e da pesquisa CVPR relativos aos imigrantes angolanos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O recorte espacial foi feito em função da concentração dos imigrantes neste dois estados do Brasil, com dinâmicas diferenciadas. O recorte temporal buscou abarcar os fluxos gerados desde a guerra pela independência de Angola na década de 1970, acompanhando as transformações que estes fluxos foram sofrendo, chegando hoje a um fluxo de jovens imigrantes que já não chegam ao Brasil em função da guerra civil em si, mas em função da desestruturação econômica que décadas de conflitos causou em seu país. A partir dos resultados propomos uma análise das transformações que a imigração angolana no Brasil sofreu ao longo das últimas quatro décadas. Buscamos uma analogia da transformação desta imigração com as transformações sofridas pelo próprio fenômeno das migrações forçadas. A noção jurídica de refúgio é novamente levantada em seu caráter limitado para a compreensão do fenômeno maior da migração forçada.

1. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E MIGRAÇÕES FORÇADAS

Abordamos neste capítulo a questão migratória e sua formulação enquanto objeto de estudos da Demografia e das Ciências Sociais. O fenômeno das migrações internacionais modernas é brevemente exposto e periodizado para o contexto internacional e para o contexto brasileiro. Partimos então para uma rápida exposição das teorias explicativas das migrações internacionais e suas possibilidades e limitações na compreensão das migrações forçadas e da violência como um fator migratório. Apresentamos em seguida uma discussão das migrações forçadas enquanto uma modalidade das migrações internacionais. Para finalizar o capítulo apresentamos uma abordagem das migrações internacionais contemporâneas a partir da problematização das noções de liberdade, igualdade e coerção e do papel dos Estados Nacionais.

1.1. A questão migratória

Grande parte da população mundial realizou ou realiza algum deslocamento que pode ser considerado como movimento migratório, dentro das inúmeras adjetivações que o fenômeno recebeu a partir das últimas décadas do século XX - mobilidade pendular, de curta distância, intrametropolitana, intraestadual, internacional, forçada, irregular, entre outras. Vemos que o conceito de migração é de difícil definição, a começar por envolver movimentos no espaço e no tempo. Mas qual espaço e qual tempo? Para Domenach e Picouet (1995), são nas dimensões espacial e temporal onde ocorre o desenvolvimento do processo migratório. A migração é um processo subjetivo, ligado à percepção de cada

indivíduo em relação ao espaço, ela é renovável e, por vezes, reversível. Para os autores, a diversidade do fenômeno é traduzida nas dificuldades de sua conceituação (Domenach e Picouet, 1995).

Segundo Bilborrow (1997), com relação à dimensão espaço, definições correntes apresentam que a migração ocorre quando há um movimento entre fronteiras político-administrativas. Contudo, fronteiras político-administrativa são, como seu próprio nome aponta, politicamente atribuídas e, portanto, passíveis de mudanças.

Outro ponto da definição do conceito de migração que é problemático está relacionado à dimensão de tempo. Para Domenach e Picouet (1995) a dimensão temporal é uma distinção arbitrária e cômoda, que estabelece um ponto de partida na trajetória migratória. Isto é, deve-se definir entre deslocamentos temporários e definitivos. Outra definição importante agregada à conceituação de migração é a de residência. Ao relacionar as residências sucessivas e múltiplas de um indivíduo com sua história familiar, os autores chegam à noção de “espaços de vida”, que delimita a proporção do espaço no qual o indivíduo realiza todas as suas atividades (não apenas reside). Assim, os autores chegam a dois tipos de deslocamentos: aqueles que se realizam no interior do espaço de vida sem modificá-lo; e aqueles que modificam este espaço habitual, seja por ampliação ou redução do número de lugares utilizados, ou por uma mudança radical da área de residência. Este conceito permite, segundo os autores, a hierarquização das múltiplas formas de deslocamento. Nas migrações internacionais, em geral, a mudança de residência implica também em mudanças no espaço de vida. Contudo, podemos pensar em exceções, como no caso de zonas fronteiriças, onde o espaço de vida pode incluir dois países.

Ravenstein³ publicou um dos primeiros estudos específicos sobre migração. A partir da análise do Censo de 1881 do Reino Unido, o autor propôs sete leis gerais que pudessem ser utilizadas na compreensão da migração como um todo. As leis que Ravenstein postulou são: 1- os migrantes se deslocam majoritariamente por curta-distância; 2- o processo de absorção de população no local de destino se dá primeiramente das cercanias e fronteiras da cidade em crescimento; 3- o processo de dispersão⁴ é o inverso do de absorção e apresenta características semelhantes; 4- cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória⁵; 5- as pessoas que migram por longas distâncias se dirigem preferencialmente para grandes centros comerciais ou industriais; 6- os naturais das cidades migram menos do que os naturais de áreas rurais do país; e 7- as mulheres migram mais que os homens.

Por propor pela primeira vez uma teoria das migrações, o trabalho de Ravenstein merece atenção dos estudiosos de migração. Em seu minucioso trabalho com os dados, o autor apontava já naquela época para a questão do impacto indireto da migração, atentando para o fato de que ao captar o quesito nacionalidade, o Censo não conseguia captar os filhos dos não-naturais. Outro avanço importante do trabalho de Ravenstein é a importância dada à migração feminina, que seria direcionada de acordo com as ofertas de trabalho. As mulheres, segundo o autor, tendiam a se concentrar nas regiões de oferta de mão-de-obra fabril, enquanto a migração masculina era maior em regiões de atividades siderúrgicas ou carvoeiras. Finalmente, um ponto muito rapidamente citado pelo autor, mas que mereceu

³ RAVENSTEIN, E.G. (1885) “As leis de migração.” In: MOURA, H. (org). Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil S.A., 1980.

⁴ Dispersão migratória deve ser compreendida pela intensidade migratória, que deve ser medida pela relação entre número de migrantes e população total da região em estudo. A dispersão migratória tende a ocorrer primeiro para cercanias e fronteiras das cidades dos emigrantes.

⁵ Ravenstein aponta duas correntes migratórias: a “corrente migratória principal” e a “corrente migratória contrária”. Esta última pode ou não compensar as perdas pela emigração.

atenção, foi a questão das fronteiras. Embora importante, o trabalho é datado historicamente e parece-nos impossível tecer leis gerais para um fenômeno social complexo e em constante transformação como o das migrações.

No âmbito das Ciências Sociais, as migrações se tornaram objeto de estudos a partir do momento que foram encaradas como problema social (Sasaki e Assis, 2000)⁶. Segundo Paiva (2007), a conotação negativa vigente no pensamento da sociedade receptora dos migrantes sobre determinado fluxo o transformou em objeto de estudo. Esta perspectiva é encontrada ainda hoje na questão migratória:

Xenofobia, ideologia da segurança, preconceito, problemas médico-sanitários, disparidades econômicas entre as regiões ou o debate sobre políticas sociais excludentes e restritivas, compõem, digamos, uma agenda negativa dentro do quadro atual das migrações. Nessa agenda, as migrações são compreendidas como um problema que testa nossa consciência possível sobre eles (Paiva, 2007: 17).

As migrações, nesta perspectiva, são dotadas de negatividade, que aparece na sociedade de destino com relação ao indivíduo na condição de imigrante. São portadoras de radicalidades que questionam a forma como a sociedade de destino compreende a realidade.

É importante refletir sobre o lugar de onde olhamos e analisamos o processo migratório (Paiva, 2007:11). É somente a partir do momento que o imigrante cruza as fronteiras da sociedade de destino que ele “nasce” para esta sociedade, que desconhece tudo o que antecede a este momento. Quando a sociedade de destino é levada a um questionamento sobre as origens desta imigração (sobre a sociedade de origem, isto é, de emigração), ela o faz a partir de uma visão etnocêntrica e endógena, espelhando, assim, as

⁶ É no início do século XX, com os estudos da Escola de Chicago, nos Estados Unidos, que a migração passou a ser objeto privilegiado das Ciências Sociais, pois surgia como um problema social envolto em um debate político importante (Sasaki e Assis, 2000).

explicações para o fenômeno em suas próprias estruturas internas (Sayad, 1998: 17). Desta forma, continua o autor:

(...) os discursos atuais sobre a imigração, que são chamados de “apaixonados” (*i.e.*, irracionais) e que tratam, na verdade, não dos “outros”, da *alteridade* (*i.e.*, do que não sou eu), mas de si, da *identidade* do eu – esta é uma das funções essenciais do discurso sobre a imigração: fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros (...) (Sayad, 1998: 20).

Percebemos então que a sociedade de destino ocupa lugar fundamental na concepção do migrante enquanto objeto de estudo, importando observá-lo não apenas em sua condição de imigrante. O processo de deslocamento contém uma tríade: sujeito – lugar de origem – lugar de destino. Os elementos desta tríade são mais impactados pelo deslocamento quanto maiores foram as dimensões, espaciais e numéricas deste (Paiva, 2007). A migração internacional, a partir desses três elementos, é essencialmente social. Segundo Soares (2002: 01): “*Ela denuncia a sociedade de origem, denuncia a sociedade de destino e a natureza das relações entre tais sociedades.*”

Partindo desta tríade, devemos entender a origem, o destino e o próprio migrante na análise do processo migratório. Conforme mencionado anteriormente, nem todos os processos migratórios são evidenciados pela sociedade. A migração é vista, paradoxalmente, como um problema social mesmo em sociedades formadas por elas. Para Martins (1998), o migrante é destacado enquanto tal porque surge na sociedade como um problema:

Por trás da palavra migração existe uma preocupação da maior importância, que é com o problema social das migrações. Nem todos os migrantes são um problema social, mas nas migrações está envolvido, sem dúvida, um problema social. Onde está o problema social? Está na reinclusão, no problema da dificuldade de inclusão, na forma patológica da inclusão” (Martins, 1998: 26).

Para o autor, o conceito de exclusão é uma inconveniência conceitual, pois é incompatível com a sociedade capitalista⁷. Por isso o autor realoca a questão para as dificuldades de reinclusão social ou formas patológicas de inclusão. Próprio da sociedade capitalista é o desenraizamento, isto é, a destruição das relações sociais tradicionais. Isto implica em exclusão das pessoas em relação ao que elas estavam acostumadas a ser. Os problemas concernentes às migrações não estariam então no deslocamento de pessoas de um lugar para outro, e sim nos empecilhos de mobilidade ascendente na estrutura social por meio da migração no interior da sociedade (de destino e de origem). As migrações na atualidade devem ser pensadas, segundo o autor, para além de sua dimensão territorial e demográfica, avançando para uma compreensão enquanto deslocamentos sociais. É preciso pensar no deslocamento espacial acompanhado dos fatores sociais culturais e políticos do processo migratório.

Percebida como uma forma de mudança social, a migração pode levar a transformações tanto na sociedade de destino quanto na de origem, apenas superficiais ou, quando profundas, atingindo a cultura, transformando o sistema de valores, ou atingindo a estrutura social, transformando a distribuição de poder (Portes, 2008).

A pesquisa sobre migração, portanto, assim como coloca Sayad (1998), enfoca a constituição desse processo como problema social. É um objeto social marcado por um discurso imposto.

⁷ “O *capitalismo* é um sistema de produção de mercadorias centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes (Giddens, 1991: 61).

1.1.1 *As migrações internacionais modernas*

Massey *et al.* (1998) propõem que a história moderna das migrações internacionais pode ser subdivida em quatro períodos. O primeiro, entre 1500 e 1800, é o período mercantil, marcado pela colonização e pelo crescimento econômico sob o mercantilismo, e envolve os fluxos que saíram da Europa para as Américas, África, Ásia e Oceania, e os que foram necessários para substanciar o regime de *plantation*, com trabalhadores trazidos do leste da Ásia, e nas Américas principalmente com a entrada forçada de escravos africanos. Em seguida temos o período industrial, iniciado em princípios do século XIX, marcado pelo desenvolvimento econômico da Europa e pela disseminação do industrialismo para as antigas colônias do Novo Mundo. Entre 1800 e 1925, mais de 48 milhões de pessoas migraram para as Américas e Oceania saindo de países industrializados da Europa. Este fluxo teve cinco destinos que se destacaram: os Estados Unidos, que sozinhos receberam 60% do fluxo, Argentina, Austrália, Canadá e Nova Zelândia.

O terceiro período é marcado pelo início da Primeira Guerra Mundial e é seguido por quatro décadas, a que os autores denominaram período de migração limitada. Ao considerar o período entre guerras e pós-guerra como de migração limitada, os autores não estão considerando os deslocamentos forçados massivos que foram observados no período. Isto porquê os autores não percebem a violência (em suas diferentes formas) como um fator migratório. Portanto, o período de migração limitada é entendido desta forma por estes deslocamentos não estarem fortemente conectados aos ritmos de crescimento econômico e desenvolvimento dos países envolvidos. Esta perspectiva aponta para uma visão economicista que dominou os estudos migratórios após os trabalhos da Escola de Chicago. É importante que possamos incluir os deslocamentos causados por diferentes formas de

violência dentro do arcabouço conceitual mais amplo das migrações a fim de compreender como o fenômeno se desdobra na atualidade. Gaudemar (1979, apud Vainer, 2002: 56) estimou 115 milhões de deslocados compulsórios devido a conflitos bélicos entre 1910 e o final da década de 1950. Propomos a partir desta visão que o período de migração limitada foi o período do surgimento das migrações forçada como problema internacional⁸.

O quarto período e último é o período da migração pós-industrial. Neste momento a migração teria se tornado de fato um fenômeno global, com contínuo aumento do número e da variedade de países de origem e de destino dos migrantes, antes vindos da Europa, que passam a vir principalmente de países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina. Este período é marcado por mudanças importantes em relação à Europa que, antes exportadora, passou a ser importadora de força de trabalho. Estas características mudaram também na relação entre força de trabalho e disponibilidade de terra, no primeiro momento os imigrantes saíam de uma Europa abundante em força de trabalho para países abundantes em terra, e no segundo passaram a sair de países abundantes em força de trabalho para uma Europa com escassez de terras.

Como vimos, no período atual de migração pós-industrial, países europeus antes de tradição imigrantista se tornam países receptores de migrantes. Neste período se reforçam também fluxos de migração latino-americana para os Estados Unidos e migrantes oriundos da Ásia estão presentes em quase todos os continentes. Migrações intraregionais, como as de peruanos para a Argentina, juntamente com a migração de bolivianos ou africanos para o Brasil criaram novas rotas, produzindo um cenário complexo, agravado pelas variadas motivações do migrar (Paiva, 2007: 23).

⁸ Veremos mais sobre este tema no item 1.2.1.

Enquanto no passado a imigração era tida como necessária para a industrialização de países receptores, e até como parte vital da construção da nação, nesta nova configuração os imigrantes não são mais desejados ou necessários, apesar da persistência de demanda por seus serviços, e diversos segmentos da sociedade os vêem como um problema social e político a ser combatido. Neste contexto surgem novas políticas migratórias, bastante restritivas. A importância delas está em não se apoiarem apenas no tamanho atual dos fluxos migratórios, mas vislumbrarem o tamanho potencial destes fluxos, assim como os interesses conflitantes que os países de origem e destino têm em mantê-los (Massey *et al*, 1998: 07).

Segundo Póvoa Neto (2007), esta visão do imigrante indesejável, oneroso socialmente para as sociedades de imigração, representa uma ruptura com o passado de políticas de atração e inserção de imigrantes, e pode radicalizar os caminhos para seu acolhimento:

Reconhecidos como indesejáveis e/ou ameaçadores, migrantes e refugiados tornam-se objeto de políticas de estado mais radicais que as das formas tradicionais de intervenção, quanto ao controle das fronteiras e ao acompanhamento das trajetórias sociais dos imigrados. Multiplicam-se, nesse contexto, iniciativas de erguimento de barreiras físicas nos pontos de passagem de migrantes e de criação de campos para reunião e confinamento de migrantes e refugiados (Póvoa Neto, 2007: 04).

As Nações Unidas⁹ estimaram 214 milhões de migrantes internacionais¹⁰ no mundo em 2009, o que representa 3,1% da população mundial. A maior parte destes imigrou para países da Europa, Ásia e América do Norte, respectivamente (gráfico 1). Contudo, em relação ao impacto dos imigrantes na população nativa, a Oceania e América do Norte

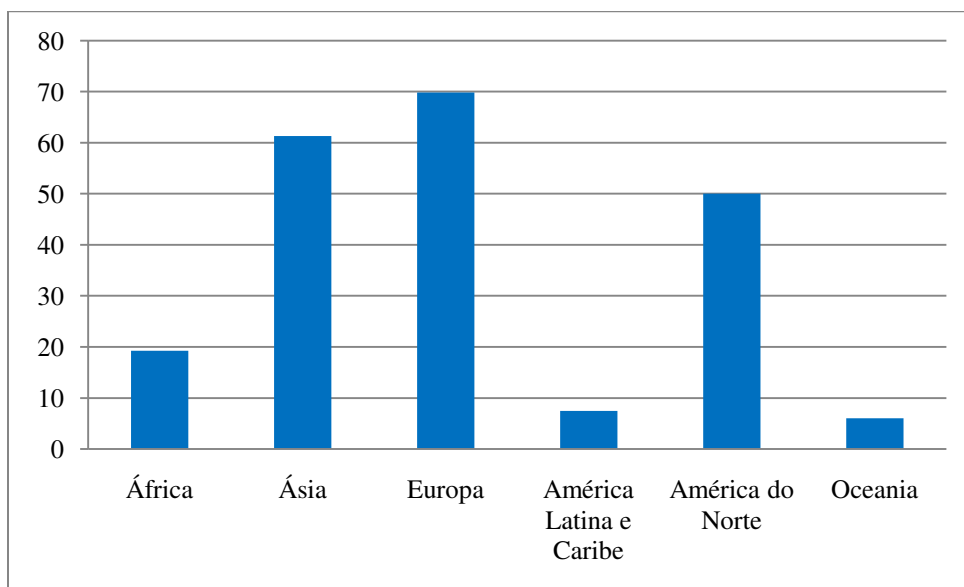
⁹ United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2009). International Migration, 2009 Wallchart (United Nations publication, Sales No. E.09.XIII.8). Acessado em <http://www.un.org/esa/population/migration/index.html>, 05 de janeiro de 2010.

¹⁰ Para a estimativa as Nações Unidas consideraram o número de pessoas que residem fora do país de nascimento (UN, 2009).

apresentam a maior proporção de imigrantes na população total (gráfico 2). No período de 2005 a 2010, as regiões que maior emigração foram América Latina e Caribe, África e Ásia, respectivamente, e as de maior imigração foram América do Norte, Oceania e Europa (gráfico 3).

Gráfico 1

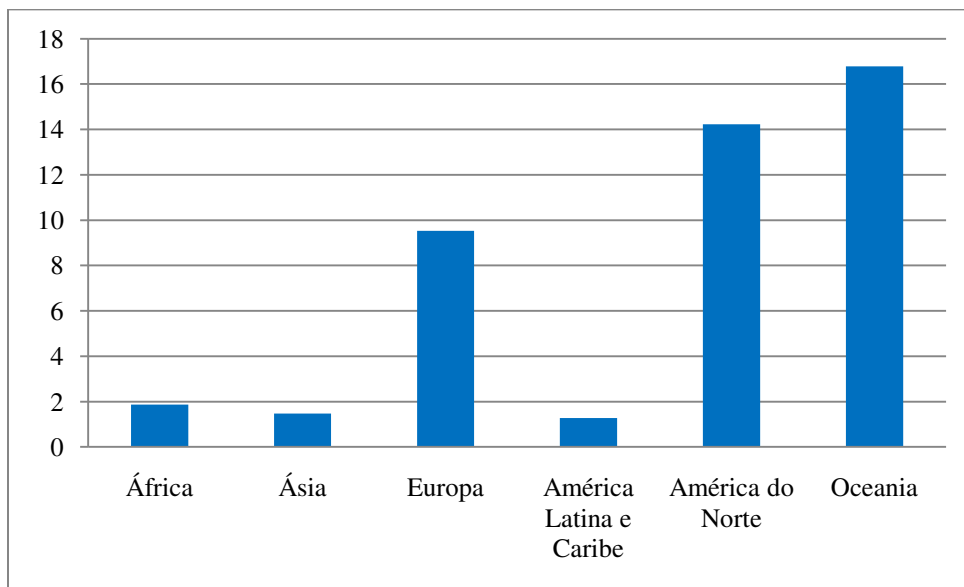
Total de imigrantes internacionais (em milhões) por continente em 2009



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2009).

Gráfico 2

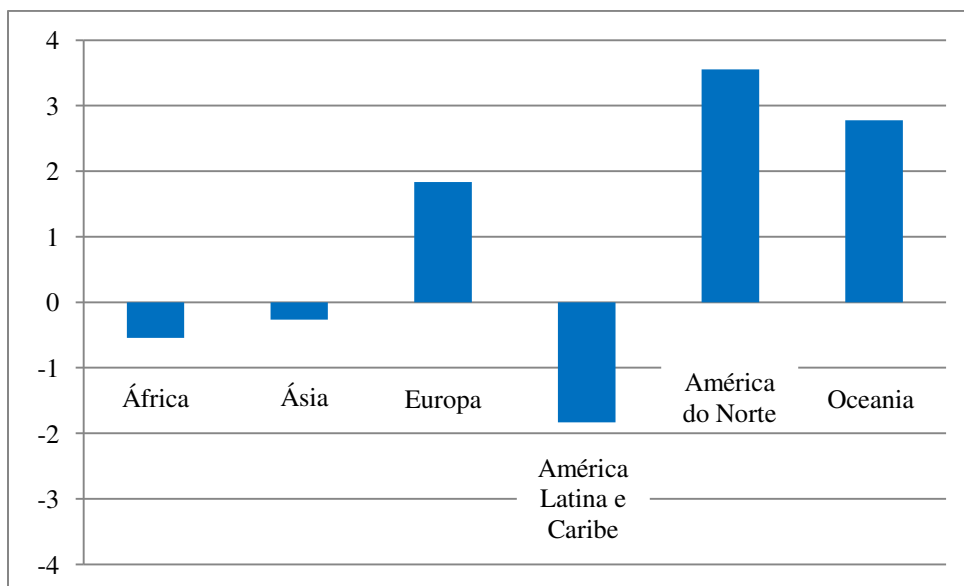
Percentual de imigrantes internacionais no total da população por continente em 2009



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2009).

Gráfico 3

Taxa média anual de imigração (por mil pessoas) por continente no período de 2005 a 2010



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2009).

1.1.2 Migrações internacionais no Brasil

Podemos caracterizar as migrações internacionais no Brasil a partir da periodização proposta por Massey *et al* (1998). Temos o período mercantil, marcado pela colonização portuguesa e pela entrada de escravos africanos no país. Em seguida, no período industrial, o Brasil tornou-se importante receptor de imigrantes vindos da Europa e Japão. No período caracterizado pelo autor como de migração limitada, as imigrações internacionais perderam importância para a migração interna no Brasil. Ainda neste período, no pós-guerra, o Brasil se tornou o principal receptor de refugiados europeus da América Latina (Milesi & Moroni, 1998). Finalmente, temos o período pós-industrial, que caracteriza as migrações internacionais a partir da década de 1980 até os dias atuais, e é marcado por novos fluxos migratórios para o Brasil e por fluxos de emigração de brasileiros para Estados Unidos, Japão e Europa. Abaixo temos uma caracterização um pouco mais detalhada de cada um destes períodos.

Desde a colonização portuguesa, a história do Brasil é analisada – entre outras formas – como um processo construído por camadas e tempos de migrações variadas. (...) uma cronologia de nosso processo histórico, desde o século XVI ao final do século XX, pode ser escrita a partir dos deslocamentos populacionais que, assim, se confundem com a nossa própria história (Paiva, 2007: 12).

A partir do século XVI, com a colonização portuguesa, passando pelo deslocamento forçado (tráfico) de africanos para o país durante quase três séculos e chegando aos fluxos de imigrantes europeus no final do século XIX e início do XX, pode-se dizer que a imigração internacional foi estruturante do início do processo de desenvolvimento capitalista do país (Brito, 1996).

Ainda durante o período da colônia, respondendo à expansão mercantilista da metrópole, o Brasil assistiu à chegada de 4 milhões de escravos africanos até meados do século XIX. Este período, que caracterizamos como mercantil, terminou com o final do regime escravocrata no país, que coincidiu com a marcha do café, que necessitava mão-de-obra livre para a produção capitalista mercantil. Inicialmente, para prover esta mão-de-obra, optou-se pela transferência inter-estadual de escravos, mas logo em seguida o governo foi obrigado a incentivar a “importação” de mão-de-obra livre, vinda da Europa (Balán, 1973). Tem início então o período industrial. O forte fluxo de imigrantes europeus que o Brasil recebe a partir de 1870 esteve vinculado ao processo de expansão do capitalismo em nível global. A reestruturação do regime capitalista neste momento foi concomitante à unificação econômica do mundo (Brito, 1996).

É importante perceber neste processo a dinâmica demográfica das áreas de origem e destino desta migração. O Brasil se caracterizava por uma estrutura demográfica de baixa densidade populacional e distribuição espacial irregular, necessitando da entrada de mão-de-obra estrangeira para perpetuar a expansão do sistema capitalista em seu território (Brito, 1996). Enquanto isso, a Europa passava por seu processo de transição demográfica¹¹, onde a queda da mortalidade havia produzido efeitos na estrutura populacional, mas a fecundidade ainda não caíra o suficiente para ter seus efeitos percebidos, gerando assim um excedente populacional apto a migrar (Brito, 1996; Bassanezi, 1996).

¹¹ Por transição demográfica temos a passagem de um regime de alta mortalidade e fecundidade para outro de baixa mortalidade e fecundidade. Os principais determinantes desta transição são o maior acesso da população à saúde pública e a pílula contraceptiva. O primeiro levou a queda nas taxas de mortalidade (ou transição epidemiológica) e o segundo a queda nas taxas de fecundidade (com queda nas taxas de natalidade). Considerações sobre a transição demográfica no Brasil, ver Patarra e Oliveira (1988).

A partir da década de 1930, no período de migração limitada, a conformação social, econômica e demográfica da Europa e do Brasil mudou. Na Europa, a crise econômica, a experiência soviética e a redução do crescimento vegetativo (agora já sentindo os efeitos da queda da fecundidade), aliados à queda de atratividade dos países latino-americanos, fez com que o continente deixasse de ser uma zona de emigração. Já o Brasil enfrentava uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, centrada na industrialização, onde as migrações internas iriam exercer papel fundamental. A partir deste momento também o país passava pelo seu “boom” populacional na curva da transição demográfica. Isto é, o país passou a ter excedente populacional para as migrações internas (Brito 1996; Bassanezi, 1996). Segundo Fazito (2008: 154):

Do último quartel do século XIX até o final da década de 1930, o Brasil recebeu cerca de 4 milhões e 400 mil pessoas. Desde então, assiste à redução progressiva da imigração estrangeira e o início dos intensos movimentos migratórios internos que caracterizariam a distribuição espacial da população brasileira.

Paiva (2007) nos coloca que é importante notar que a migração ocorrida no Brasil entre final do século XIX e início do XX é compreendida como um fenômeno mais positivo do que negativo. A migração interna que ocorreu no Brasil a partir da década de 1930 não carregou a aura de positividade que cercou o migrante europeu chegado no período anterior, mas ainda assim, em São Paulo (um dos principais destinos desta migração interna) “*os nacionais eram tidos como agentes que contribuía para manter a velocidade da locomotiva paulista*” (Paiva, 2007: 13). Com isso, continua o autor, devemos nos atentar que:

“(...) os processos migratórios não são apartados da história e nem constituem fenômenos isolados, pontuais. As linhas gerais de sua visibilidade, entre o século XIX e a primeira metade do século XX, apontam para um deslocamento que transitou do positivo ao negativo. Dessa forma, parte da compreensão que temos das migrações contemporâneas é caudatária de uma historicidade; ela é datada” (idem: 14-15).

A partir da década de 1940, com a Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a ser receptor de refugiados europeus, e posteriormente passou a receber imigrantes europeus para trabalhar na indústria - com destaque para os espanhóis (Paiva, 2000; Bassanezi, 1996).

A migração internacional no Brasil passou, portanto, de um fenômeno estruturante em um determinado período histórico para um fenômeno mais isolado a partir de 1930. Na década de 1960 começou uma forte emigração de brasileiros para o Paraguai. Mas é a partir de meados da década de 1980 que temos início ao período pós-industrial, quando o fenômeno migratório ganhou novas faces no país, que passou a ser também um país de forte emigração (Patarra & Baeninger, 1996). Os principais destinos dos emigrados brasileiros são Japão, Estados Unidos e alguns países da Europa. Enquanto país receptor, é também a partir deste período que passamos a observar a chegada de novos imigrantes que não podem ser explicadas pelos mesmos aspectos das imigrações anteriores. São coreanos, chineses, bolivianos, peruanos e africanos procedentes de diferentes países. No Brasil, nas últimas três décadas, estamos frente a novas modalidades na migração internacional, que englobam a emigração de brasileiros, a imigração de estrangeiros principalmente vindos de outros países em desenvolvimento e a recepção de migrantes forçados de diferentes partes do mundo. Neste cenário:

As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista” (Patarra, 2006: 07).

Devemos então pensar em novos paradigmas para compreender o Brasil enquanto um país de emigrações e de imigrações, apresentando modalidades migratórias que não

podem mais ficar restritas às explicações de perspectivas puramente econômicas¹², onde os migrantes responderiam racionalmente às disparidades econômicas entre os países de origem e destino.

Como visto, a partir da década de 1980 foram observadas alterações significativas nos fluxos migratórios envolvendo o Brasil como país de recepção e de emissão de migrantes. É também esta dupla característica do país, como emissor e receptor de migrantes, que nos facilita uma abordagem que não se fixe apenas em um dos lados do processo. É importante também levar em conta as tensões em relação à questão migratória em suas diferentes escalas de ação, isto é, o internacional, o nacional e o local.

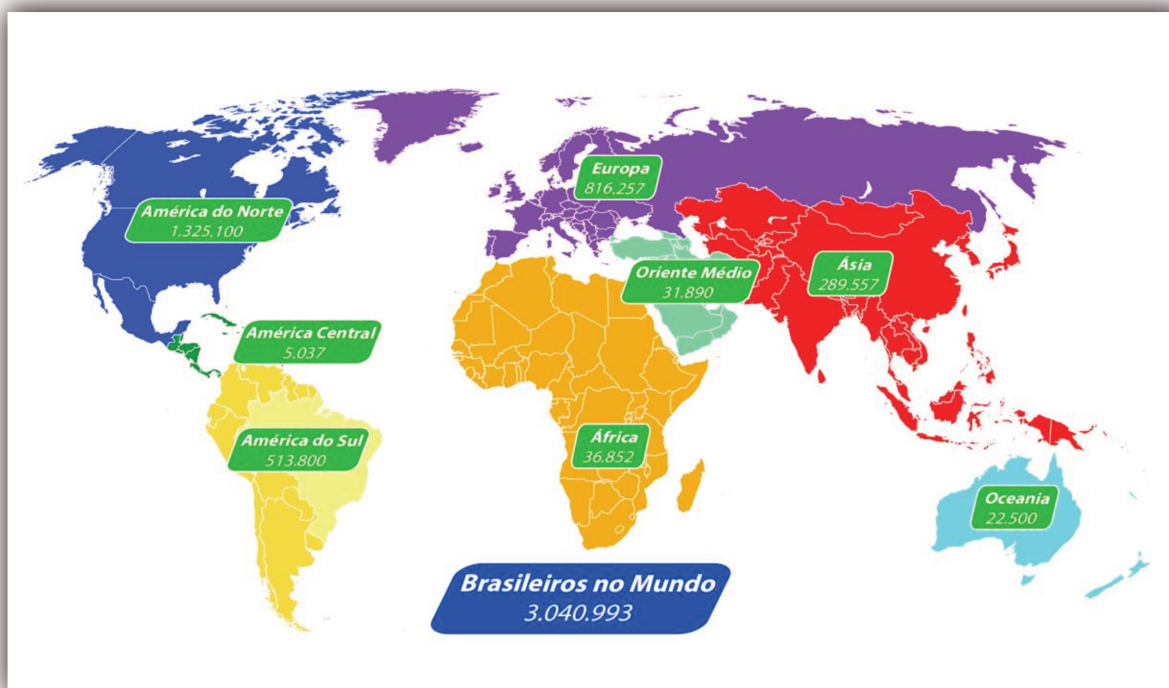
Em 2009, segundo o Ministério das Relações Exteriores¹³, residiam no exterior cerca de 3.040.993 brasileiros (figura 1). Estimativas recentes calcularam cerca de 750 mil estrangeiros vivendo no Brasil, além de uma crescente importância dos retornados¹⁴ no país (Fazito, 2008).

¹² Estas perspectivas serão abordadas no item 1.2.

¹³ Ministério das Relações Exteriores (2009) Brasileiros no Mundo. Estimativas. Consultado em <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/pt-br/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202009%20-%20Estimativas%20-%20FINAL.pdf>, em 5 de janeiro de 2010.

¹⁴ Cidadãos brasileiros que residiam no exterior em uma data prévia e voltaram a fixar residência no Brasil.

Figura 1
Mapa dos brasileiros no Mundo em 2009



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2009). Brasileiros no Mundo. Estimativas.

Fazito (2008) propõe que as migrações contemporâneas no contexto brasileiro estão divididas em cinco subsistemas, que elencaremos a seguir.

- *Emigração internacional de brasileiros para os Estados Unidos*: estima-se que vivam atualmente 1 milhão de brasileiros neste país. Segundo Guimarães (2008), em quase trinta anos de fluxo migratório, a migração de brasileiros para os Estados Unidos se apresenta como um fenômeno duradouro e multifacetado, com engrossamento das correntes e formação de redes sociais;

- *Emigração internacional de brasileiros para o Japão*: está ligada a imigração japonesa para o Brasil no século XX, sendo que os emigrantes brasileiros que vão para o Japão – os dekasseguis - são majoritariamente descendentes destes antigos imigrantes;

- *Emigração internacional de brasileiros para países do MERCOSUL e imigração internacional de mercosulinos para o Brasil*: as trocas migratórias entre os países do MERCOSUL e o Brasil estão seguindo uma tendência de estagnação no sentido de brasileiros emigrando, mas o fluxo de imigrantes mercosulinos no Brasil aumentou nos últimos anos. É importante ressaltar a importância das trocas migratórias entre Brasil e Paraguai nos últimos 30 anos, que contribuiu para uma crescente comunidade brasileira no Paraguai (cerca de 110 mil pessoas);

- *Emigração internacional de brasileiros para a Europa e imigração internacional de europeus para o Brasil*: a imigração de europeus para o Brasil sofreu uma retração acentuada nas últimas décadas, mas tem importantes resultados nas formações de redes sociais que fazem com que os principais destinos dos brasileiros na Europa sejam países que tiveram forte imigração para o Brasil anteriormente: Portugal, Itália, Espanha, e também a Inglaterra;

- *Emigração internacional de brasileiros na fronteira Norte (Guianas, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru)*: conhece-se pouco sobre este padrão de deslocamento, mas especula-se que seja principalmente um movimento circular na região fronteiriça, com importância para a questão das remessas.

A partir da tipologia apresentada por Fazito, propomos a inclusão de um novo subsistema, ainda não representado, mas que ganhou em intensidade nos fluxos a partir da década de 1990.

- *Imigração internacional de africanos para o Brasil*: é marcado por acordos multilaterais entre Brasil e países africanos na área da educação e também por fluxos de migrantes forçados devido aos conflitos que assolaram o continente africano nas últimas

décadas. Destaca-se aqui o fluxo de imigrantes angolanos principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Ressaltamos que a imigração de africanos para o país não está representada nesses subsistemas, e acreditamos que elas ganharam importância principalmente a partir da década de 1990 (Kaly, 2007; Petrus, 2001; Aydos, 2009).

1.2. As teorias das migrações internacionais e as migrações forçadas – a violência como um fator migratório

Neste histórico das migrações internacionais no Brasil e no plano internacional, é importante ressaltar como os movimentos populacionais foram estudados nas principais correntes teóricas ao longo do século XX, enfocando as causas e os determinantes dos fluxos migratórios e a adaptação dos migrantes à sociedade de destino (Soares, 2002:07). Estas correntes teóricas tendem a não incluir a violência como fator migratório. Segundo Keely (2000):

A major difficulty often noted in the migration literature is developing a comprehensive theory that takes account of both voluntary and forced migration. This is a particularly vexing problem for international migration analysis because refugee flows (as well as other types of “involuntary” or “forced migration” like flight from natural disasters) play a large role in the policy arena (Keely, 2000: 50)¹⁵.

A literatura das migrações internacionais foi amplamente baseada nas *teorias da atração e repulsão*, que consistem em fatores sociais, econômicos e políticos que atuam

¹⁵ “Uma das maiores dificuldades freqüentemente observadas na literatura de migração está em desenvolver uma teoria abrangente que incorpore tanto a migração voluntária quanto a forçada. Este é um problema particularmente incômodo para a análise da migração internacional, porque os fluxos de refugiados (assim como outros tipos de migração “involuntária” ou “forçada”, como fuga por catástrofes naturais) desempenham um grande papel na arena política (Keely, 2000: 50).” (Tradução da autora)

em conjunto para estimular a migração. Esse arcabouço da atração e repulsão foi reformulado por diferentes correntes teóricas, de neoclássicas a estruturalistas (Soares, 2002). Em linhas gerais, as teorias conhecidas como neoclássicas, enfocam o indivíduo como ser racional, que exerce escolhas quanto aos deslocamentos através da análise de vantagens e desvantagens de migrar. Segundo Vainer (2002: 60), para essa linha de pensamento, *“o território aparece como o espaço da liberdade, e a migração como o movimento em que se exercita esta liberdade.”* Em contraposição a estas teorias surgiram as teorias estruturalistas, que enfocam as causas das migrações nas desigualdades regionais estruturadas pelo capitalismo.

Essas teorias analisaram a migração como consequência de diferentes combinações de causas, tanto no país de destino quanto no de origem. Importantes estudos foram realizando revisando em detalhes as teorias e correntes de pensamento dos estudos migratórios¹⁶. Faremos apenas uma breve menção sobre as principais correntes e suas hipóteses centrais para que possamos avançar em nossa crítica à exclusão da violência com um fator migratório.

A abordagem neoclássica pensa a migração como baseada em um cálculo individualista de custos e benefícios entre possíveis migrantes (Portes, 2008). A macroteoria neoclássica vê nas desigualdades geográficas de demanda de oferta e trabalho, manifestadas nas diferenças salariais, a causa das migrações, enquanto a microteoria enfoca o indivíduo racional e sua decisão de retorno positivo com a migração, levando em conta além das diferenças salariais, as taxas de emprego (Soares, 2002).

¹⁶ Ver Massey *et. al* (1993 e 1998), Sasaki e Assis (2000) e Soares (2002).

Os novos economistas da migração baseiam-se no conceito de privações relativas, com ênfase nas estratégias familiares para superar desigualdades econômicas no país de origem (Portes, 2008). Aqui a decisão não é apenas individual, e sim coletiva. As decisões familiares são motivadas pela necessidade de redução de riscos e constrangimentos, não sendo a diferença salarial entre nações totalmente necessária para a ocorrência da migração (Massey *et. al.*, 1993; 1998).

A teoria histórico-estrutural vê a migração como um fenômeno social. O foco está na relação, no processo (Soares, 2002). As migrações são analisadas como um processo social de um grupo, com causas estruturais, e não como um processo individual. O primeiro determinante da migração é social. As migrações são sempre historicamente condicionadas, resultantes de um processo global de mudança, isto é, um fluxo migratório só tem seu sentido dado pela configuração histórica (Singer, 1976).

A teoria do mercado dual de trabalho vê na estrutura econômica de nações desenvolvidas a causa das migrações internacionais (Soares, 2002). As nações desenvolvidas demandam permanentemente força de trabalho de imigrantes, sendo assim, a migração é explicada por forças de atração da sociedade de destino (Massey *et. al.*, 1993;1998).

A abordagem dos sistemas mundiais propõe que a migração internacional segue a organização política e econômica de um mercado global em expansão (Massey *et. al.*, 1993;1998). A penetração de relações capitalistas em sociedades periféricas provoca desequilíbrios na estrutura econômica interna destas últimas, gerando pressões migratórias (Soares, 2002). Segundo Sassen (1991), a mobilidade geográfica do capital, principalmente através dos investimentos feitos por países desenvolvidos nos países em desenvolvimento, estimulam a mobilidade populacional. Após a inversão do capital, a população dos países

em desenvolvimento fariam, em resposta, uma transferência populacional. A mobilidade do capital gera, portanto, uma “ponte” entre investimentos financeiros e migração (transferência populacional). Nesta abordagem há uma mudança da ênfase para os meios sociais e a maneira como afetam a racionalidade individual (e não diretamente uma ênfase no indivíduo) (Soares, 2002).

A análise das Redes Sociais propõe-se a dar explicação para a continuidade e resistência dos fluxos migratórios mais do que de para suas origens (Portes, 2008). A ênfase aqui não é dada aos indivíduos ou famílias como unidades de análise, e sim ao conjunto de pessoas ligadas por relações de amizade, parentesco, trabalho etc. As redes sociais são anteriores ao processo migratório, mas são adaptadas a ele, conferindo estabilidade aos fluxos migratórios (Soares, 2002).

Como vimos, a questão da violência (nas diversas formas que pode assumir) não foi abordada por estas correntes teóricas como um importante fator migratório. Assim, os deslocamentos compulsórios não estão inclusos dentre os fluxos migratórios estudados. Contudo, conforme aponta Vainer (2002), a migração não se realiza num espaço puramente econômico. Os deslocamentos compulsórios devido a guerras, violação dos direitos humanos, grandes projetos econômicos, desastres ambientais, se configuram na história sociedade moderna como alguns dos principais fluxos observados. E mais recentemente, os deslocamentos compulsórios se confundem por vezes com outros tipos de deslocamentos, formando fluxos mistos que não podem mais ter sua explicação ancorada na idéia de liberdade e escolha de ir e vir dos indivíduos. Assim:

O primeiro passo é romper com a verdadeira camisa de força imposta aos estudos migratórios pelas abordagens correntes – neoclássicas e estruturais – que abstraíram do campo da teoria e da pesquisa os processos de localização e deslocamento territoriais diretamente associados à “relações de poder, à coação, à violência. (...) O reconhecimento da violência como fator migratório constitui programa teórico de maior importância, do qual depende introduzir no campo

dos estudos migratórios o conjunto de processos de deslocamentos de populações que tem como elemento central e dominante o exercício do poder (Vainer, 2002: 67).

Na discussão sobre os deslocamentos compulsórios, faz-se importante também o questionamento da categoria jurídica de refugiado, amplamente utilizada em contraposição à noção de migrante, o que faremos na próxima sessão.

1.2.1 Da categoria jurídica de refugiado¹⁷

Os grandes deslocamentos forçados não são um fenômeno recente na história mundial, podemos encontrar registros destes deslocamentos desde o século XV, mas é apenas no século XX, devido aos grandes deslocamentos populacionais forçados observados com o final da Segunda Guerra Mundial, especialmente na Europa, que o fenômeno passa a receber um estatuto institucionalmente definido e de abrangência internacional (Jubilut, 2007). Durante a guerra, em 1943, foi estabelecida a Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (ANUAR), responsável por prestar auxílio às pessoas que precisaram se deslocar por motivo da guerra (Jubilut, 2007; Moreira, 2006). Em 1947 a ANUAR perdeu o apoio financeiro dos Estados Unidos da América e foi criada a Organização Internacional para os Refugiados (OIR), que funcionou até 1949. No

¹⁷Este sessão é uma versão revisada e ampliada de trabalhos anteriormente publicados pela autora: AYDOS, M. R. ; BAENINGER, R. A. ; DOMINGUEZ, J. A. (2008) **Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares**. In: III Congreso de La Asociación Latino Americana de Población ALAP, 2008, Córdoba - Argentina.

AYDOS, M. R.; BAENINGER, R. A. (2009) **The Case of Forced Migration to Brazil**. In: XXVI IUSSP International Population Conference, 2009, Marrakesh. Anais em CD do XXVI IUSSP International Population Conference. Marrakesh.

mesmo ano do final da OIR as Nações Unidas decidiram criar o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Neste período o Brasil formou uma comissão mista com a OIR, que segundo o jornal Estado de São Paulo, previa receber 700 mil deslocados da Segunda Guerra Mundial. No entanto, pouco mais de 19 mil refugiados chegaram ao país até 1949. O governo brasileiro assinou este acordo com um interesse específico em receber refugiados de guerra com um perfil qualificado no intuito de impulsionar a industrialização no país (Paiva, 2000). Mesmo sem atender à demanda inicial do acordo, o Brasil foi o país da América Latina que recebeu o maior número de migrantes forçados advindos dos conflitos da Segunda Guerra Mundial na Europa (Milesi & Moroni, 1998).

Os marcos internacionais para criação de instrumentos para definição jurídica de refugiado datam do pós- Segunda Guerra Mundial, traduzidos na “Convenção de 1951 relativa ao Estatuto do Refugiado”¹⁸, ocorrida em Genebra e, posteriormente, no “Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados”¹⁹ da Organização das Nações Unidas.

A Convenção de 1951 definiu o refugiado como a pessoa

“que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1 de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” (Capítulo 1, Artigo 1, Parágrafo 1).

¹⁸ Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas; entrou em vigor em 22 de abril de 1954 (ACNUR-Brasil, 2004).

¹⁹ Convocado em 18 de novembro de 1966, foi assinado em 31 de janeiro de 1967 (ACNUR,2004).

O Protocolo de 1967 manteve a definição de refugiado, suprimindo a parte referente aos “acontecimentos ocorridos antes da data de 1º. de janeiro”, uma vez que novas situações e categorias de refugiados surgiram.

O Brasil tornou-se signatário da “Convenção de Genebra” em 1960, e do “Protocolo de 1967” em 1972, mas optou por manter a reserva geográfica, que foi retirada apenas em 1989.

Os conflitos na América Latina entre 1970 e 1980 deram origem a mais de 2 milhões de refugiados e impulsionaram a elaboração de um outro instrumento regional de proteção aos refugiados (Moreira, 2005). Em 1984, os países da América Latina e Central elaboraram a “Declaração de Cartagena”, que amplia o escopo de proteção, permitindo que o estatuto de refugiado possa ser obtido a partir de um critério mais subjetivo, isto é, a partir de uma razão pessoal ao invés de uma necessidade objetiva de proteção (Zeledón, 2000). Nas conclusões e recomendações do Colóquio encontra-se:

“a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública” Declaração de Cartagena, Capítulo III)²⁰.

Segundo Milesi & Moroni (1998: 99), a aplicação de uma definição ampla de refugiado embasou, desde fins de 1992, os pedidos analisados e submetidos por ACNUR ao governo brasileiro. Este posicionamento implicou uma considerável mudança na população de refugiados no Brasil: cerca de 70% foram reconhecidos mais por razões humanitárias em

²⁰ Acessado em www.onu-brasil.org.br/doc/Declaracao_de_cartagena.doc

sentido amplo do que pela aplicação do conceito de refugiados nos estritos limites da Convenção de 1951.

Em 2004, nos vinte anos da Declaração de Cartagena, elaborou-se a “Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina”²¹, onde são propostas as seguintes soluções²²: 1) Programa de Auto-suficiência e Integração Cidades Solidárias: integração mais efetiva dos refugiados nos centros urbanos (estudo piloto em toda América Latina); 2) Programa Integral Fronteiras Solidárias: promover o desenvolvimento social e econômico, beneficiando as pessoas que requerem proteção internacional e as populações locais de acolhida (particularmente para Equador, Panamá e Venezuela, considerando o aumento de refugiados Colombianos); 3) o Programa Regional de Reassentamento Solidário: proposto em 2004, pelo Governo Brasileiro, para refugiados latino-americanos.

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a sancionar uma Lei Nacional de Refúgio em 1997 e no ano seguinte criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão de deliberação coletiva vinculado ao Ministério da Justiça, que tem a finalidade de conduzir a política nacional para refugiados (Barreto, 2001).

A Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997, define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, avançando na sua definição de refugiados no item III:

“Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:
I-devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II- não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitua, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstancias descritas no inciso anterior;

²¹Veja-se www.acnur.org/.

²²Plano de Ação do México “Para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina” (www.acnur.org)

III- devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (Lei n.9.474/97 Título I, Capítulo I, Seção I, Artigo 1).

Além desta Lei, o Brasil recentemente se tornou país de reassentamento de refugiados (Baeninger et al, 2007) e permitiu a re-abertura de um escritório do ACNUR em seu território. Em consequência, o Brasil passou a ser tido como um modelo de proteção para refugiados na América do Sul (Jubilut, 2006).

Os refugiados no Brasil contam como apoio de ONGs, entre elas destacam-se as Cáritas de São Paulo e do Rio de Janeiro, do ACNUR, e do Governo durante seu processo de integração local. Eles recebem assistência que abrange moradia (albergues e abrigos públicos), alimentação, e proteção e orientação jurídica (Moreira, 2005).

Em 2009 o ACNUR contabilizava 4.183 refugiados reconhecidos vivendo no Brasil. Originários de 76 países diferentes, os refugiados eram em sua maioria africanos, sendo 39% deles angolanos (1.688)²³. A ONU estimava no final de 2008 que havia espalhados pelo mundo mais de 15 milhões de refugiados (tabela 1), e 144 países eram signatários da Convenção de Genebra de 1951 e do Protocolo de 1967²⁴.

²³ Acessado em www.acnur.org.br.

²⁴ United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2009). International Migration, 2009 Wallchart (United Nations publication, Sales No. E.09.XIII.8). In: <http://www.un.org/esa/population/migration/index.html> acessado em 05 de janeiro de 2010.

Tabela1
Refugiados no Mundo em 2008

	Número de refugiados
Ásia	10.378.235
África	2.332.904
Europa	1.602.175
América do Norte	453.199
América Latina e Caribe	350.274
Oceania	33.645
Mundo (total)	15.150.432

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2009).

1.2.2 Da categoria jurídica ao conceito analítico: as migrações forçadas

O fenômeno das migrações forçadas é percebido por nós como um fenômeno social inscrito na estrutura social e histórica dos países de origem e destino (Oliveira & Stern, 1971: 261), sendo de grande importância uma clara definição analítica do conceito que permita o estudo do processo migratório em questão.

A categoria jurídica de refugiado, explicitamente definida em 1951 na Convenção de Genebra²⁵, é muitas vezes utilizada como conceito analítico para um processo que não se restringe aqueles indivíduos que conseguiram alcançar o estatuto de refugiado. O uso desta categoria está calcado principalmente na distinção que se faz entre o refugiado e o migrante econômico, isto é, entre coerção e escolha (Black, 2001). Esta distinção é coerente com a definição de migrante utilizada pela ONU que pressupõe que a migração ocorre como um

²⁵ Toda a pessoa que está fora de seu país devido a um medo fundado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política definida anteriormente.

ato voluntário. Sob esta perspectiva, portanto, o refugiado não poderia ser considerado um migrante forçado. Nossa interpretação é de que a migração não ocorre sempre como um ato voluntário, e que dentre outros processos que podem caracterizá-la, podemos sim incluir a violência como um fator migratório (Vainer, 1996).

O debate insere-se, portanto, nas discussões sobre motivos e conceituações de migração, ao englobar a violência enquanto um fator migratório, e mais especificamente no âmbito da polêmica “estudos de refugiados”²⁶ vs. “estudos de migração forçada”²⁷, que envolve acadêmicos de diversas áreas além de agentes que lidam diretamente com o fenômeno.²⁸ Adotamos a posição de que o estatuto de refugiado, definido pela “*Convenção de 1951 relativa ao Estatuto do Refugiado*” é uma categoria jurídica importante, mas que não atinge um poder de análise do fenômeno que a categoria de migração forçada pode atingir. Portanto, adota-se migração forçada enquanto conceito analítico que engloba o conceito jurídico de refugiado.

No âmbito das políticas migratórias, ao não incluir o refugiado dentro dos processos migratórios, passa-se a considerá-lo de forma individual (veja-se a distinção na própria proposição dos campos: estudos de refugiados – indivíduos, e estudos de migração forçada – processo). Assim, o refugiado se torna uma pessoa com experiências e necessidades particulares, para quem medidas e políticas públicas especiais são justificadas. Este é um dos motivos que opõe os defensores do campo de estudos de refugiados a uma ampliação do conceito, pois em sua visão isso pode trazer importantes perdas nas políticas específicas

²⁶ Os defensores dos “estudos de refugiados” (*refugee studies*) compreendem que o refugiado é caracterizado por uma dupla especificidade expressa principalmente pelo estatuto jurídico de refugiado, que seria o suficiente para unir a todos com um foco específico (Hathaway, 2007).

²⁷ Os defensores “estudos de migração forçada” (*forced migration studies*) acreditam que o estatuto jurídico do refúgio não é um recurso analítico poderoso o suficiente para explicar o fenômeno, além de defender a inclusão dos deslocados internos, dos forçados a permanecer e de deslocamentos forçados por outros motivos que não a guerra nos estudos (DeWind, 2007).

²⁸ Para um debate mais detalhado ver: *Journal of Refugee Studies*, vol.21, issue 3, 2007.

para os refugiados (Hathaway, 2007). Contudo, como veremos adiante, a categoria jurídica marca uma distinção em termos de políticas migratórias que não reflete o fenômeno da migração forçada em sua complexidade. E ainda, é uma definição historicamente datada e pensada para a proteção de um grupo de migrantes forçados específicos (europeus), que não confere uma identidade comum àqueles que nela se enquadram. Conforme já aponta Black (2001):

Yet, at best, the term simply reflects the designation of refugee enshrined in a particular Convention at a particular time, within a particular international political and economic context. As such, it could be argued to be devoid of any deeper academic meaning or explanatory power” (Black, 2001:63)²⁹.

O próprio ACNUR aderiu ao termo mais amplo de migração forçada, que engloba migrantes de diferentes tipos, incluindo o próprio termo refugiado ou outros como solicitantes de refúgio/asilo (asylum-seekers), refugiados humanitários (humanitarian refugee), deslocados internos, exilados, transferidos (transferees) e até refugiados econômicos (economic refugees). Contudo, como afirma Black (2001), as definições desses termos são geralmente vagas, e pouca evidência é apresentada para mostrar que eles são sociologicamente significantes no sentido de descrever um grupo de características que são inatas ou traços definidos de uma população teoricamente distinta. Corroborando assim a visão de Malkii (1995, apud Black, 2001: 63), para quem o termo refugiado teria um uso analítico não como um rótulo para um tipo especial, generalizável de pessoa ou situação, mas apenas como uma ampla rubrica legal ou descritiva, que traz consigo um mundo de status socioeconômico, histórias pessoais e situações psicológicas.

²⁹ “(...), na melhor das hipóteses, o termo reflete simplesmente a designação de refugiado consagrada em uma Convenção, em um momento específico, dentro de um contexto político e econômico particular. Sendo assim, poderia argumentar-se que é desprovido de qualquer significado acadêmico profundo ou poder explicatório (Black, 2001:63).” (Tradução da autora)

Ainda que se argumente sobre a vantagem que a categorização específica de refugiado possa ter em termos de leis específicas, ela não corresponde às atuais circunstâncias dos refugiados, e menos ainda engloba outros processos que forçam as pessoas a deixarem suas casas devido a abusos dos direitos humanos. DeWind (2007) aponta para a confusão que se faz entre as funções analíticas e de proteção de categorias conceituais e propõe que o conceito de migração forçada ajuda exatamente a corrigir essas incongruências entre direitos e proteção. O debate sobre a diferenciação entre refugiados políticos ou econômicos e se eles são merecedores do mesmo tipo de proteção, segundo o autor, refletem não apenas a imprecisão da categoria legal, mas principalmente o conflito de ideologias sobre a legitimação de regimes governamentais que forçam alguns à pobreza enquanto premiam outros. Como solução, pensar no deslocamento forçado e na proteção a partir da perspectiva da migração forçada cria uma oportunidade para uma nova concepção na natureza destes processos, e em consequência, uma oportunidade para redesenhar estratégias de ação novas e alternativas. Neste sentido:

International migrants deprived of social, cultural and economic rights – including but not limited to people displaced by ecological or developmental forces resulting from government directive or neglect – would seem to need and deserve international protection no less than refugees (DeWind, 2007: 382)³⁰.

A importância política de uma categorização mais abrangente não se restringe em necessidades mais amplas de proteção, mas também em elevar a categoria para além do indivíduo, captando as circunstâncias políticas e sociais que produziram o conflito e a perseguição e que limitaram o acesso à proteção.

³⁰ “Migrantes internacionais privados de direitos sociais, culturais e econômicos – incluindo mas não limitando-se às pessoas deslocadas por forças ecológicas ou desenvolvimentistas resultantes de diretivas ou de negligências governamentais – parecem merecer e precisar da proteção internacional tanto quanto refugiados (DeWind, 2007: 382).” (Tradução da autora).

A questão do indivíduo na categoria jurídica de refugiado é problematizada por outros autores. Para Hayden (2006) é difícil definir uma categoria de refugiado que satisfatoriamente englobe, em harmonia, ética, teoria e o mundo real. Segundo a autora, termos (definições) legais, éticas, e advindas das ciências sociais não se alinham. O termo refugiado é em geral utilizado para categorizar pessoas em relação com o espaço (pessoas em movimento) e com direitos (humanos, políticos, sociais). A categoria é embasada no indivíduo e os esforços são de distinguir as motivações para as mudanças. O termo refugiado se torna evidente em seu contraste com o termo migrante econômico, e para tal um grupo de dicotomias é elencado: voluntário/ involuntário; razão econômica/ razão política; sociedade de origem não violenta/ sociedade de origem violenta. Essas distinções podem ser compiladas em uma: economia/ violência. A própria definição de refugiado presente no Protocolo de 1967 estabelece esta oposição entre aqueles que deixam o seu país por vontade própria e aqueles que são forçados a partir. Para a autora, esse uso da categoria refugiado implica em equívocos nos estudos sobre esses grupos de pessoas:

These models distinguish between motivations to leave one's country and attractions towards the country of destination. In the case of refugees, 'pull' to another country is deemed less important than 'push' factors. (...) Legally refugees are defined by the fact that they have no choice in leaving their home; this seems to imply that they have no intentions particularly towards the host society. Consequently it is generally assumed that their dispositions are formed towards the home and the hope of repatriation (Hayden, 2006: 474)³¹.

Recuperando as dicotomias propostas por Hayden (2006), entramos no debate mais amplo da coerção vs. liberdade nas migrações internacionais. As categorias estabelecidas nas análises em divisões estanques - voluntário/ involuntário; razão econômica/ razão

³¹ “Estes modelos distinguem entre motivações para deixar o país de origem e atratividade do país de destino. No caso dos refugiados, fatores de ‘atração’ para outro país são considerados menos importantes do que os fatores de ‘expulsão’. (...) Legalmente os refugiados são definidos pelo fato de eles não terem escolha ao partir de suas casas; isto parece implicar que eles não tem intenções em particular em relação à sociedade de destino. Conseqüentemente é geralmente assumido que as suas disposições são formadas em relação ao lar e ao desejo de repatriação (Hayden, 2006: 474)”. (Tradução da autora)

política; sociedade de origem não violenta/ sociedade de origem violenta – tornam-se cada vez mais questionadas nos estudos dos processos migratórios atuais, mostrando-se como linhas permeáveis, uma contida na outra. Segundo Keely (2000):

Part of the difficulty is the names used for the phenomena. *Voluntary migration* is usually used synonymously with terms like *economic migration*. This is contrasted to *forced* or *involuntary migration* caused by man-made or natural disasters. (...) The problem is that all migration includes elements of choice and pressure. Not all people in groups target for persecution leave a country. Not all economic migration is without some coercion on the migrant's decision making (Keely, 2000: 50 – grifos no original)³².

Para o autor, as distinções entre voluntário e involuntário, entre forçado e econômico, transformam-se em categorias duras, que não conseguem capturar a complexidade das motivações humanas e de tomadas de decisão para migrar.

O conceito e a distinção entre refugiado e migrante, baseados da Convenção de Genebra, são também problematizados por Bertrand (1998), para quem o refúgio é um *status* enraizado na dialética entre indivíduo e Estado. Legalmente, um indivíduo que deixa seu país e se apresenta na fronteira de outro país precisa encontrar um outro sistema que o reconheça e lhe conceda um lugar. Assim, com o passar do tempo, o asilo (ou refúgio) passou de uma prerrogativa pessoal para uma responsabilidade do Estado.

Para o autor, o conceito colocado pela Convenção não é totalmente aceito entre os estudiosos. Ele traz o exemplo de psicólogos, para quem é frequentemente difícil distinguir claramente um refugiado de um migrante. Isso porque existe uma ruptura entre o indivíduo e seu Estado ou nação de origem que aproxima ambas as experiências.

³² “Parte da dificuldade são os nomes usados para os fenômenos. *Migração voluntária* é normalmente utilizado como sinônimo de termos como migração *econômica*. Esta é contrastada com a *migração forçada* ou *involuntária* causada pelo homem ou por catástrofes naturais. (...) O problema é que toda migração inclui elementos de escolha e pressão. Nem todas as pessoas em grupos-alvo de perseguição deixam o país. Nem toda migração econômica é sem alguma coerção sobre a decisão de migrar (Keely, 2000: 50).” (Tradução da autora – grifos no original)

Some migrants are refugees and some refugees are migrants, their profiles are mixed and evolve through time. Is a refugee Who no longer returns home, even when all the conditions to secure a safe return are met, still a refugee? Is a migrant Who flees from famine, segregation and humiliation of his ethnic appearance not a refugee? (Bertrand, 1998: 111)³³

Keely (1996) propôs a existência de uma teoria da produção de refugiados e uma explicação para a resposta da comunidade internacional aos fluxos de refugiados na forma de um regime internacional de refugiados. Esta teoria aloca a gênese da produção de refugiados na estrutura e operacionalização do sistema de Estados-Nação, e nos conflitos e instabilidades inerentes a ele.

Refugee production is explained by the problem of states trying to reconcile and manage the contradiction of the norm of a single constitutive nation in each state with the reality of multinational states (Keely, 2000: 54).

(...) the refugee regime (...) stems from states' failures to act as states are supposed to act. Resulting flows of unwanted migrants to escape violence and persecution are seen as a system failure and require collective action to try to contain and control and ultimately return the system to an equilibrium in which all people belong somewhere and in fact receive the protection of the state to which they belong (Keely, 2000: 55)³⁴.

Além das questões já expostas, Lubkemann (2008) inclui outro problema em relação à concepção de refúgio: a implicação necessária que o termo traz de um pacote de perdas carregado pelo migrante, tais como de redes de capital social, de bens econômicos e materiais, de direitos políticos e legais. A questão abordada pelo autor é se estes migrantes sempre estão implicados em um pacote de perdas. Os estudos detêm-se principalmente em

³³ “Alguns migrantes são refugiados e alguns refugiados são migrantes, seus perfis são misturados e evoluem através do tempo. Um refugiado que não retorna à origem, mesmo quando as condições que asseguram um retorno seguro são encontradas, ainda é um refugiado? Um migrante que foge da fome, segregação e humilhação de sua aparência étnica não é um refugiado? (Bertrand, 1998: 111).” (Tradução da autora)

³⁴ “A produção de refugiados é explicada pelo problema de estados que tentam conciliar e gerir a contradição da norma de uma única nação constitutiva em cada estado com a realidade dos estados multinacionais (Keely, 2000: 54).” (Tradução da autora)

“(...) o regime de refugiados (...) decorre de falhas dos estados em agir como os estados supostamente deveriam agir. Os fluxos resultantes de migrantes indesejados para escapar da violência e perseguição são vistos como uma falha do sistema e exigem a ação coletiva para tentar conter e controlar e finalmente retornar o sistema a um equilíbrio em que todas as pessoas pertencem a algum lugar e de fato receber a proteção do Estado a que pertencem (Keely, 2000: 55).” (Tradução da autora)

inventários, comparações, contrastes e rastreamento dos efeitos dessas perdas nas experiências dos refugiados. Este tipo de análise corrobora a já criticada visão do “refugiado desamparado”. Contudo, o autor aponta que perdas e desempoderamento não são os únicos resultados possíveis ou prováveis dessa migração. Os estudos precisam considerar as circunstâncias e possibilidades pelas quais a migração forçada pode resultar em empoderamento social e ganhos, tanto quanto perdas.

Como vemos, a problematização do conceito e sua validade analítica são intrincadas na dificuldade de definição do próprio migrante, e o que a conceito de “migração forçada” propõe é que a compreensão possa elevar-se da categoria do indivíduo, ainda que não excluí-la. Neste sentido, é importante considerar a migração forçada como uma modalidade das migrações internacionais, a partir das quais podemos obter recursos analíticos diversos para a compreensão do fenômeno, obtendo recursos para compreender as causas das migrações forçadas como um todo, incluindo as várias categorizações que são feitas, do “migrante por períodos de guerra” ao “deslocado econômico”.

Neste contexto, ao incluir a migração forçada dentro do arcabouço teórico das migrações internacionais e questionar os limites entre o forçado e o voluntário, cabe refletir sobre o papel atual do Estado e dos elementos de coerção e liberdade nas migrações internacionais contemporâneas. Segundo Domenach e Picouet (1995), contemporaneamente pode-se ligar a decisão de migrar com a idéia de livre circulação como liberdade fundamental do cidadão. Assim, o conceito de mobilidade enquanto liberdade de circulação dentro de espaços identificados foi um primeiro marco para as formas coletivas de migração populacional.

1.2.3 A migração como um paradoxo da sociedade contemporânea: fronteiras, Estados, liberdade e igualdade nas migrações internacionais

Conforme desenvolvemos anteriormente, os movimentos migratórios na atualidade se colocam como tema complexo, que não podem ser explicados simplesmente por fatores econômicos ou estruturais, e que trazem consigo o questionamento de importantes instituições da sociedade capitalista contemporânea: as fronteiras, o Estado, a igualdade e a liberdade. Desta forma, compreendemos que as tendências recentes dos movimentos migratórios internacionais demandam a reavaliação dos paradigmas colocados pelos estudos clássicos do fenômeno migratório. Conforme já nos apontou Sayad (1998):

Não se pode escrever inocentemente sobre a imigração e sobre os imigrantes; não se pode escrever sem se perguntar o que significa escrever sobre esse objeto, ou, o que é o mesmo, sem interrogar-se acerca do estatuto social e científico desse mesmo objeto. Objeto esse social e politicamente (ou nacionalmente) sobreterminado, e duplamente sobredeterminado, na medida em que concerne a uma população social e politicamente dominada (...) (Sayad, 1998: 21).

Segundo o autor, as migrações internacionais são um objeto social, político e nacionalmente sobredeterminado, que na atualidade tem seus pressupostos cada vez mais questionados. Assim, o papel do Estado e das fronteiras se torna crucial nas delimitações políticas e sociais dos fluxos migratórios, que trazem consigo também um questionamento de temas caros à sociedade contemporânea: a igualdade e a liberdade.

O mundo moderno surgiu no século XIX na intersecção do capitalismo, industrialização e Estados-Nação. O capitalismo era a forma de produção que tinha como cerne a geração de capital a partir do trabalho. O industrialismo era a lógica de produção datada para este período. O Estado-Nação, por sua vez, era a organização social política que garantia a coesão mínima da organização da sociedade com base na ordem

administrativa de alta densidade. Ou seja, o Estado-Nação era a organização hierárquica (ou de vigilância vertical das decisões) que tinha como objetivo preservar seus limites enquanto entidade autônoma com base na força militar. A fronteira nacional era um elemento imprescindível na definição de Estado, uma vez que este se colocava em relação aos outros Estados para garantir a sua soberania internacionalmente (Giddens, 2001: 27-31; 47-55; 75-77 especialmente).

Nesta linha, Simmel (apud Kaly, 2007: 106) aponta que a fronteira surge com um fato sociológico que tem uma forma espacial. A fronteira assim desdobra-se em políticas migratórias que agem não apenas no controle territorial da entrada de migrantes em território nacional, mas também em controles sociais e culturais que impõe barreiras aos imigrantes, que os define como estrangeiros e indesejáveis. Torna-se evidente o papel dos Estados Nacionais na regulação dos deslocamentos populacionais.

Os migrantes, nas diversas adjetivações que podem receber, forçam as fronteiras dos Estados Nacionais, questionando com sua presença as próprias fronteiras físicas, sociais e culturais. Isto é, a nacionalidade, a língua, a cultura e as próprias garantias do Estado e de seus nacionais (Paiva, 2007: 23). O Estado é desafiado pela presença de levas de imigrantes indesejados, e necessita responder a isso:

Em coerência com as mudanças de critérios definidores de fronteiras modernas, um impulso subversivo, igualmente correspondente, emerge fazendo com que haja alterações drásticas no ordenamento, agravado pelo poder vertical manifestado pelos governos. Em outras palavras, a existência de levas de indocumentados dialoga com a objetividade do Direito Internacional e até ameaça a ortodoxia de suas regras. A negação disso equivale muitas vezes, a um retrocesso, à convocação da volta das fronteiras no sentido tradicional. (...) Grosso modo, vale dizer que o aparelho de Estado não está preparado para controlar, organizar ou conter fluxos migratórios (Meihy, 2007:33).

A imigração desafia, assim, a lei capitalista de fronteiras abertas e liberdade de circulação. A configuração atual das migrações internacionais em suas múltiplas formas

traz justamente o questionamento em relação à vigência dessa lei dos mercados, colocando em pauta justamente o papel dos Estados na regulação desses movimentos populacionais (Vainer, 2002: 68).

No bojo do enfrentamento/questionamento às fronteiras dos Estados-Nação, as migrações internacionais são colocadas como paradoxos de dois pilares da concepção da sociedade moderna, burguesa, capitalista: a igualdade e a liberdade. A própria condição provisória e, ao mesmo tempo, definitiva, inerente ao migrante, contrapõe liberdade e igualdade. Segundo Sayad (1998: 46), a imigração traz essa dupla representação contraditória de ser provisória e definitiva. A sociedade deve ignorar o caráter de provisoriedade da imigração e ao mesmo tempo nunca assumir seu caráter definitivo. Isso se deve à manutenção de uma ilusão coletiva de um estado provisório (de direito) que possa durar indefinidamente e, também, um estado definitivo (de fato), desde que nunca enunciado como tal. O migrante é, portanto, portador de uma categoria diferente de cidadania, um não-igual com igualdades controladas.

A questão da igualdade fica ainda mais paradoxal quando confrontada com a questão dos refugiados e do Direito Internacional. A tese de que somos todos iguais surge no final da segunda guerra mundial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, no bojo desta, surge a Convenção relativa ao Estatuto de Refugiado (1951). Neste momento uma nova forma de imperialismo humanitário surge, onde seria o Ocidente quem definiriam os direitos humanos, questionando a própria liberdade dos indivíduos que só poderia ser medida pelo valor moral destinado a ela por cada cultura (Diniz, 2001).

Agier (2006) faz análise crítica sobre os três dispositivos do humanitário: a existência simultânea de um conjunto de guerras e diversas formas de violência que conduzem populações civis à fuga ou morte; a própria intervenção humanitária, que

representa o tratamento legítimo à essas guerras e violências, instaurando ao mesmo tempo os cuidados e o controle desta população; e o isolamento em sítios humanitários que se situam nas margens das sociedades. Estes dispositivos do humanitário criam uma diversidade de campos de refugiados, de “clandestinos” e de indesejáveis. Nestes campos os migrantes são mantidos à espera, em espaços de exceção, isto é, são mantidos sobrevivendo mas sem direitos. Estes *não-lugares*, segundo o autor, fazem nascer na história política recente uma categoria mundial de *sem-lugar* e *sem-direitos*. Assim, o exílio teve sua imagem transformada, englobando o *refugiado*, o *deslocado interno* e o *indeferido*, isto é, o *clandestino*. Essas três identidades categoriais históricas uma mesma pessoa pode assumir no intervalo de alguns anos ou mesmo meses em sua trajetória de deslocamentos (Agier, 2006).

Como visto, a coerção e a liberdade nas migrações internacionais são elementos que começam a surgir com importância nas discussões atuais sobre as migrações ao mostrar que dicotomias fundamentais nas conceituações de migração, antes tidas como estanques – coerção vs. escolha, violência vs. economia etc –, se mostram cada vez mais permeáveis uma no espaço da outra. É de difícil definição, portanto, se um migrante “laboral” ou “voluntário” não sofre também coerção ao não ter a possibilidade de sobrevivência econômica no seu local de origem. E no caso do migrante que é explicitamente forçado a deixar seu local de origem, apontar as possibilidades de escolha que ele tem, mesmo em uma situação de deslocamento compulsório, incluindo aí direito de escolha e expectativas para com o local de destino. O próprio estatuto de refugiado apresenta uma questão paradigmática uma vez que, ao mesmo tempo em que reconhece o direito de ir e vir ao aceitar o refugiado, também retira o direito de ir e vir ao não permitir que ele busque outro

país após ser reconhecido. Seu direito de ir e vir passa a ser tutelado pela ONU (novamente aqui aparece a questão institucional).

Colocado de outra forma no deparamos com uma questão latente ao projeto de modernidade³⁵, da dominação e da liberdade. Segundo Domingues (2002), a modernidade promete a liberdade para todos, mas trouxe no bojo de seu projeto ocidental, burguês e masculino, a dominação. A dominação contrasta com a liberdade, e a primeira mais do que a segunda encontra-se solidamente nos domínios da economia e da política, e a partir daí em toda a vida social. “*Em conjunto, a dominação e o dogmatismo opõem-se à liberdade e se encontram com ela imbricados na modernidade*” (Domingues, 2002: 17).

Há duas principais correntes que abordam a tensão entre liberdade e dominação na teoria social. Essa correntes apresentam aspectos cognitivos, normativos e expressivos estreitamente conectados. De um lado uma corrente pressupõe que somos sujeitos livres, do outro lado o pressuposto é que somos sujeitos submetidos. Há, portanto, uma distinção cognitiva entre as duas correntes, mas ambas apresentam na dimensão normativa a liberdade como principal critério de abordagem da modernidade³⁶ (Domingues, 2002).

As migrações internacionais aparecem aqui como a própria exemplificação desta tensão entre liberdade e dominação. A imposição de políticas migratórias restritivas se contrapõe à noção moderna e burguesa da *liberdade de ir e vir*. Aos crescentes estímulos da sociedade que se diz globalizada à livre circulação e à mobilidade generalizada

³⁵ A modernidade, segundo Giddens (1991, 1997), surgiu juntamente com a criação de Estados nacionais, cujo projeto maior seguiu os caminhos abertos pelo modelo de sociedade industrial. Isto é, um Estado forte e centralizador das operações institucionais da política e economia. A modernidade, neste sentido, é um projeto ocidental operado dentro da lógica de produção capitalista.

³⁶ A primeira corrente “*deriva de Nietzsche, ao enfatizar a contingência, resultando na obras de Heidegger e Sartre, ao passo que por outro lado a tradição da teoria crítica que começa com Marx e culmina na Escola de Frankfurt vem salientando as relações de dominação em que nos encontramos enredados. São ambas unilaterais, tendo olhos somente para um aspecto do mundo contemporâneo. Todavia, em sua radicalidade elas iluminam algumas tendências básicas da modernidade (...)*” (Domingues, 2002:20).”

contrapõem-se políticas migratórias restritivas. Segundo Póvoa Neto (2007), são barreiras físicas, político-institucionais, culturais e ideológicas, que impõem restrições ao ingresso dos migrantes de acordo com determinadas qualidades, isso sem falar na representação destes como inferiores, indesejáveis e mesmo ameaçadores das sociedades de destino.

Segundo o autor:

Reconhecidos como necessários, porém rejeitados como excedente ou ameaça, migrantes e refugiados são crescentemente objeto de políticas restritivas, indagando-nos a respeito dos novos limites postos à circulação. As barreiras físicas levantadas contra sua mobilidade devem ser entendidas, de maneira ampla, como fortes sinalizadoras de processos emergentes de limitação às liberdades sociais (Póvoa Neto, 2007: 16).

1.3. Conclusão

Este capítulo foi apresentado em dois blocos. No primeiro abordamos a questão migratória como fenômeno social e objeto de estudo das Ciências Sociais e fizemos uma breve contextualização das migrações internacionais modernas. No segundo, apresentamos nossa proposta teórica principal, a da inclusão das migrações forçadas nos estudos mais amplos das migrações internacionais e do questionamento dos elementos de coerção e liberdade nos estudos migratórios. Elencaremos abaixo os pontos principais levantados em cada um dos dois momentos.

A migração foi abordada, no primeiro momento, enquanto um fenômeno social diverso e complexo, de difícil definição. Envolvendo dimensões espaço-temporais, vimos que conceituar migração implica em delimitar movimentos em um espaço de fronteiras político-administrativas, passíveis de mudança uma vez que politicamente atribuídas (Bilsborrow, 1997), e em uma definição arbitrária de tempo, que estabelece um ponto de

partida da trajetória migratória. A partir destas dimensões apresentamos a noção de “espaços de vida” (Domenach e Picouet, 1995), que coloca a migração não como uma mudança de residência entre fronteiras definidas e sim enquanto mudança nos espaços vividos. Em seguida passamos a abordar o surgimento do fenômeno migratório como um tema de estudos para as Ciências Sociais, começando com o trabalho seminal de Ravenstein para então chegar à abordagem da migração como um problema social, que dominou os estudos no século XX. Neste contexto, elencamos alguns fatores importantes para se estudar o fenômeno migratório destacando um olhar para a origem do fluxo e o papel central ocupado pelo destino migratório na própria definição do migrante. A temática da migração enquanto um problema social aparece em outros momentos do capítulo, evidenciando a complexidade do fenômeno sobretudo nos dias atuais.

As migrações internacionais modernas no contexto internacional e no contexto brasileiro foram expostas a partir da periodização proposta por Massey *et al* (1998), fazendo menção às principais características de cada período. No contexto internacional, evidenciamos como a questão dos deslocamentos forçados foi negligenciada pelos autores em sua periodização. Elencamos as migrações contemporâneas marcadas por um período de radicalizações nas políticas migratórias. No contexto brasileiro, apoiamos um breve histórico das migrações internacionais nessa mesma periodização e apresentamos os cinco subsistemas para a compreensão das migrações internacionais no período contemporâneo elaboradas por Fazito (2008), a partir dos quais propusemos a inclusão de um sexto subsistema que abrange a imigração de africanos para o Brasil.

No segundo momento do capítulo fizemos uma abordagem da forma como as principais teorias das migrações internacionais trataram o fenômeno migratório a partir do enfoque nas causas e determinantes da migração, deixando uma lacuna ao não incluir a

violência como um fator migratório. A migração é percebida nestas correntes como o espaço onde se exercita a liberdade, um espaço fundamentalmente econômico. As dimensões de poder, coerção e violência foram elencadas como cruciais para a compreensão do fenômeno migratório, evidenciando a importância de sua reintrodução a partir da inclusão dos deslocamentos forçados/compulsórios dentro do conceito analítico das migrações forçadas, e estas enquanto uma modalidade das migrações internacionais.

A questão do refúgio enquanto uma categoria jurídica e a da migração forçada enquanto categoria analítica foi exposta destacando os possíveis problemas na transposição de uma categoria jurídica para análises acadêmicas de fluxos migratórios. Ressaltamos ainda as dificuldades em se estabelecer distinções estanques entre migrantes forçados e migrantes econômicos, entre violência e coerção. Finalmente fizemos um breve apanhado sobre o papel do Estado-Nação, e das noções de coerção, liberdade e igualdade para o contexto contemporâneo das migrações internacionais.

Nos próximos capítulos, a partir da análise da imigração de angolanos para o Brasil no período de 1970 e 2006, propomos expor de forma empírica as vicissitudes de um movimento migratório forçado em suas diferentes dimensões e conexões com os contextos de origem e destino, e principalmente, com as diferentes denominações que o fenômeno pode receber de acordo com momentos históricos específicos.

Para tal, no capítulo dois expomos as características dos contextos de emigração, isto é, de Angola, que geraram os fluxos migratórios chegaram ao Brasil no período proposto para análise. Isto se faz importante para compreender a conformação deste fluxo mesmo antes do movimento migratório. Apresentamos também conexões entre Angola e Brasil que podem ter sido importantes para o direcionamento deste fluxo ao longo das

décadas. A imigração de angolanos para o Brasil será abordada detalhadamente no capítulo 3.

2. ANGOLA E BRASIL: CONTEXTOS DE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Buscamos compreender o processo migratório, no caso o da migração forçada, tendo por base seus aspectos estruturais e conectando-os a outros aspectos, tanto do país de origem quanto do país de destino. É importante captar “*quais são os fatores determinantes dos processos migratórios em cada estrutura global historicamente constituída*” (Oliveira & Stern, 1971: 261). O processo social da migração deve, portanto, ser interrelacionado com outros processos globais. Neste sentido, conforme colocado por Singer (1976), o ponto de partida para uma análise da migração deve ser a determinação do fluxo no tempo e no espaço, e as áreas de origem e destino devem ser analisadas dentro de um mesmo contexto histórico. É fundamental para a compreensão do processo que a análise cubra ambos, origem e destino dos imigrados. A área de origem, segundo Singer, é onde se deram as transformações que levaram os grupos a migrarem. O elemento migrante só existe para a sociedade de destino a partir do momento que ele transpõe fronteiras (Sayad, 1998). Isto é, a condição social de ser um imigrante é antes de tudo dada pela condição social de ser um (potencial) emigrado.

Neste sentido, apresentamos este capítulo com o objetivo de traçar as principais características para a compreensão do contexto de origem dos imigrantes angolanos e também as relações entre Brasil e Angola que possam ter influenciado o fluxo migratório. Este fluxo insere-se no subsistema da *Imigração internacional de africanos para o Brasil*, proposto no primeiro capítulo. Primeiramente faremos um breve apanhado sobre os povos que residiam em Angola e que tiveram importante papel no desenvolvimento dos conflitos. Em seguida narraremos brevemente a ocupação portuguesa na região, que só terminou efetivamente em 1975 com a independência, e que foi bastante diversa da ocupação

portuguesa no Brasil, embora conecte fortemente o país aos acontecimentos em Angola. Os principais conflitos do século XX e seus atores são destacados na seção seguinte. Por fim, faremos um breve apanhado das relações entre os dois países.

2.1. Angola: contextos de emigração

Localizada no sudoeste africano (figura 2) e subdividida em 18 províncias (figura 3), Angola contava em 2003 com 14.300.000 habitantes e sua população estava dividida em três principais grupos étnicos: Ovimbundu (37%), Quimbundu (25%) e Bakongo (13%). A população branca e mestiça contabilizava apenas 3% da população. O português é a língua oficial falada no país, mas a população utiliza também as principais línguas nativas ligadas a cada grupo étnico. O petróleo é o principal produto da economia angolana, responsável em 2003 por 98,7% das exportações, mas a grande maioria da população (85%) sobrevive por meio da agricultura de subsistência. O país vive assolado pelo desemprego, com mais da metade da população sem trabalho, e 70% vivendo abaixo da linha da pobreza em 2003 (Kalumyia, 2004) (quadro 1).

Com o final da guerra civil em 2002, estimava-se em 4,1 milhões o número de deslocados internos no país e 450 mil refugiados em outros países. Estimativas do ACNUR apontavam que dois anos depois, em 2004, 3 milhões dos deslocados internos e 218 mil refugiados já teriam retornado ao seu lugar de origem. Estima-se que o saldo de mortos com a guerra foi entre 750 mil e 1 milhão de pessoas, a maioria civis. As conseqüências do prolongado período de guerra civil ainda podiam ser sentidas em 2004, quando o país ainda

contava com uma infestação de 14 milhões de minas terrestres, que já haviam deixado cerca de 70 mil pessoas desabilitadas (Kalumyia, 2004) (quadro 1).

Figura 2
Mapa Político do Continente Africano



Figura 3
 Mapa Político da Angola



Quadro 1

Angola: Informações geográficas, demográficas, econômicas e da situação de guerra

Área e Localização	Localizada no sudoeste do continente africano, a Angola tem uma área de 1.246.7000 km ² . É banhada a oeste pelo Oceano Atlântico e faz divisa com Zâmbia (Leste), Namíbia (Sul), e República Democrática do Congo (Norte).
Divisão Territorial	O país é dividido em dezoito províncias, que não necessariamente respeita a geografia dos grupos etnolinguísticos originários do país: Benguela, Bengo, Bié, Cabinda, Cunene, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Kuando-Kubango, Malange, Moxico, Namibe, Luanda-Norte, Luanda-Sul, Huambo, Huila, uige, Zaire e a capital Luanda.
População	14.300.000 segundo estimativas para dezembro de 2003. A capital Luanda concentra 4 milhões de habitantes.
Grupos Étnicos	Ovimbundo (37%), Quimbundo (25%), Bakongo (13%), mestiços/brancos (3%), Outros (22%).
Línguas	Português (língua oficial), Ovimbundu, Quimbundo e Quicongo.
Economia	PIB (estimativas em 2004) US\$ 35,1 bilhões. A exploração do petróleo e diamantes foi responsável por 98,7% das exportações em 2003. A agricultura de subsistência é o meio de sobrevivência de 85% da população.
População abaixo da linha da pobreza	70% segundo estimativas em 2003
HIV/AIDS	Prevalência em adultos: 5,5% segundo estimativas em 2002
Taxa de desemprego	Mais da metade da população
Dívida externa	US\$ 9,2 bilhões (estimativas em 2003)
Deslocados Internos	Em 2002 eram 4,1 milhões (um terço da população) de deslocados internos. Em 2004, dois anos após o término da guerra, o ACNUR estimava de 3 milhões já teriam retornados para suas áreas de origem.
Refugiados	Em 2002 as estimativas eram de 450 mil refugiados angolanos, com concentração nos países fronteiriços (República Democrática do Congo, República do Congo, Zâmbia e Namíbia). Em 2004 o ACNUR estimava que 218 mil refugiados já teriam sido repatriados.
Mortes relacionadas à guerra	Estima-se que no cessar-fogo em abril de 2002 já haviam morrido entre 750 mil e 1 milhão de angolanos devido à guerra, sendo a grande maioria civis.
Atingidos por minas terrestres (amputados)	São mais de 70 mil pessoas desabilitadas por explosões de minas terrestres. O número estimado de minas ainda aramadas é de 14 milhões (uma por habitante).

Fonte: Kalumyia, 2004.

Recorremos nos próximos itens a uma breve história de Angola desde o período da chegada dos portugueses à região até os dias atuais a fim de compreender a configuração histórica dos conflitos que marcaram o país nos últimos séculos, com ênfase para as últimas décadas do século XX, quando os conflitos foram pano de fundo para a emigração de angolanos para o Brasil.

2.1.1 Descrição dos povos nativos de Angola

Os conflitos que marcaram a história de Angola desde a chegada dos portugueses, no século XV, até os conflitos nacionalistas pró-independência e a guerra civil que seguiu a independência foram delineados pela diversidade étnica da região. Para uma melhor compreensão dos principais acontecimentos do país que narraremos na próxima sessão faremos aqui a descrição dos principais povos de Angola no período no qual a colonização portuguesa foi completada, na década de 1920. Para tal utilizamos o estudo de Henderson (1979) que caracteriza a população angolana a partir dos principais grupos lingüísticos. Segundo o autor, a divisão etnolingüística básica encontrada em Angola era entre Bantos³⁷ e não-Bantos.

Henderson (1979) aponta que a população de Angola em 1920 era de aproximadamente 3.150.000 habitantes, divididos entre nove grandes grupos lingüísticos, sete deles de origem Banto: *Congo*, *Quimbundo*, *Umbundo*, *Ambo*, *Nhaneca-Humble*, *Lunda-Chokwe* e *Ganguela*. Entre os não-Banto, o grupo *Khoisan*, tidos como os primeiros

³⁷ O termo Banto foi proposto em 1856 por um lingüista alemão para designar os povos que usavam a raiz – *ntu* para designar ‘pessoa’: *mntu*, no singular, e *bantu*, no plural.

angolanos, e os portugueses, que representavam 0,48% do total da população naquele período. Cada grupo lingüístico era formado por diferentes povos, sendo o grupo Umbundo o mais homogêneo culturalmente e o grupo Ganguela o mais heterogêneo. Os sete grupos Bantos compartilhavam valores sociais, econômicos, políticos e religiosos com características em comum. Cada um destes grupos desempenhou um papel importante na história dos conflitos de Angola desde a chegada dos portugueses. Descreveremos brevemente cada um deles e o papel que tiveram durante o período de colonização por Portugal.

Os Congo eram estimados em 13% da população encontrada em Angola em 1920, representando o terceiro maior grupo lingüístico. Faziam parte deste grupo oito povos³⁸ que ocupavam a região de Cabinda e dos atuais distritos de Zaire e Uíge. A maior parte dos Congo viviam nos países vizinhos Zaire e Congo-Brazavile, contudo os Congo de Angola eram privilegiados pois lá ficava a antiga capital do importante Reino do Congo, o único da região com uma monarquia centralizada, que unificava os oitos povos.

Vizinho ao sul dos Congos, os Quimbundu habitavam a região entre os rios Dande e Cuanza (ocupando as atuais regiões de Luanda até leste de Malange). Eram quase duas vezes mais numerosos do que os Congos, e eram compostos por vinte povos³⁹. A influência portuguesa neste grupo foi a mais intensa, diminuindo a importância política que estes povos teriam no eventos futuros de Angola. O grupo lingüístico era dividido em dois principais dialetos que representavam rivalidades políticas e sociais: Luanda, usado na capital e na região costeira, e Ambaca, falado no planalto. Os Ambaquistas foram os que mais se

³⁸ Os oito povos Congo eram: kicongos (o povo mais numeroso), Susso, Zombo, Sorongo, Iacas, Congo, Pombo e Suco.

³⁹ Os vinte povos Quimbundu eram: Ambundu, Luanda, Luango, Ntemo, Puna, Dembo, Bangala, Holo, Cari, Chinje, Minungo, Bambeiro, Quibala, Haco, Sende, Ngola ou Jinga, Bondo, Songo, Quissama e Libolo.

associaram aos portugueses, e tiveram importante papel na sujeição de Angola. Os Quimbundu foram o primeiro grupo a aprender o português e também os primeiros a produzirem uma literatura escrita em Angola.

O grupo Umbundo, ou Ovimbundu, era o mais numeroso e homogêneo grupo etnolinguístico de Angola, representando 36% da população em 1920. Eles se concentravam ao sul do rio Cuanza, nas terras altas onde se encontravam os distritos mais populosos de Angola: Huambo, Benguela e Bié. As vilas eram as principais unidades da sociedade Umbundo, e eram fortemente ligadas por laços de parentesco. Eles estavam organizados em doze reinos, sendo os mais importantes: Bailundo, Bié, Huambo, Chiyaka, Galangue e Andulo. Bailundo era o maior reino, e após a sua subjugação aos portugueses na Guerra de Bailundo, em 1902, os reinos Umbundo perderam autoridade política para Portugal. Juntos, os Congos, Quimbundus e Umbundos representavam 70% da população angolana em 1920.

O grupo Ambo⁴⁰ representava menos de 3% da população. A eles pertenciam a maior parte do gado de Angola, sendo os principais fornecedores de animais e carne. Cada povo tinha um rei, sendo que o último foi vencido por Portugal em 1915. Pressionados por Portugal, muitos cruzaram as fronteiras para o sudoeste africano.

O grupo Nhaneca-Humbe⁴¹ representava cerca de 5% da população e situava-se entre os Umbundos e os Ambos. Eram os povos mais conservadores de Angola e foram os menos influenciados pela cultura europeia durante a ocupação portuguesa. Este

⁴⁰ Entre os povos Ambo estavam os Cuanhamas, Cuamatuis, Evales e Cafimas.

⁴¹ Os Nhaneca-Humbe eram formados por dez povos: Muilas, Gambos, Humbes, Donguenas, Hingas, Cuancas, Handas de Quipungo, Quipungos, Quilengues-Humbes e Quilengues-Musos.

conservadorismo os fez resistir à urbanização e isolou a cidade de Sá Bandeira, onde se encontravam os portugueses, que se tornou a única cidade de Angola com maioria branca.

Os Herreros⁴² eram um grupo pequeno, que ocupava o território hoje pertencente aos distritos de Benguela, Moçâmedes e Huíla. Eram um grupo essencialmente pastoral e muitos migraram para o sul. Os Lunda-Chowke⁴³ eram subdivididos em dois grupos principais, os Lunda, pertencentes ao grande Império da África Central (século XVII), que enviou chefes políticos para as áreas mais populosas do leste angolano. Entre estes chefes estavam os Chokwe, que se subdividiram em doze clãs matrilineares e se tornaram independentes dos Lundas, espalhando-se para as regiões dos atuais distritos de Lunda, Moxico, Bié, e Cuando-Cubango. Os Ganguela representavam 7% da população angolana em 1920 e eram formados por vinte povos⁴⁴ que eram bastante isolados e diversificados entre si. É o grupo lingüístico mais heterogêneo de Angola, e não tiveram um papel político importante enquanto etnias nos acontecimentos do século XX no país.

Os Khoisan eram o grupo não Banto ainda existente em Angola quando da completa colonização portuguesa. Considerados os angolanos nativos, eram poucos em termos numéricos e foram retraídos geograficamente e culturalmente durante a invasão dos povos Banto.

⁴² Principais povos Herreros: Dimbas, Chimbas, Chavicuas, Hacavonas, Cuvales, Dombes, Cuanhocas e Guendelengos.

⁴³ Entre os povos do grupo lingüístico Lunda-Chokwe estavam: Lunda, Lunda-lua-Chindles, Lunda-Ndembo, Mataba, Cacongo, Mai e Chokwe.

⁴⁴ Povos Ganguela: Luimbe, Luena, Lovale, Lutchazi, Bunda, Ganguila, Ambuela, Ambuila-Mambumba, Econjeiro, Ngonoielo, Mbande, Cangala, Iahuma, Gengista, Ncoia, Camachi, Ndungo, Nhengo, Nhemba e Avico.

2.1.2 Angola sob o regime colonial português

Os portugueses chegaram à região da atual Angola em 1482, quando atracaram na foz do rio Zaire, sendo pacíficos os primeiros contatos com a população nativa (Brito Neto, 2005). Este período foi marcado por boas relações diplomáticas entre os reis de Portugal e do Reino do Congo, ficando conhecido como “irmandade real”. O apogeu do período foi no início do século XVI, durante o reinado do rei Manuel I de Portugal e de seu contemporâneo congolês Mani-Congo⁴⁵ Nzinga Mbemba, batizado posteriormente como Afonso (Henderson, 1979). As principais atividades entre os dois reinos envolviam trocas comerciais, troca de embaixadores e a chegada à região de missionários católicos (Brito Neto, 2005). Congolese eram enviados para Portugal para aprender português, e padres, artesãos, técnicos e agricultores portugueses eram enviados para trabalhar na corte congolese. Essas relações entre Portugal e o Reino do Congo causaram problemas com o vizinho Reino de Ndongo, do grupo lingüístico Quimbundo. A presença portuguesa no Congo estimulava a demanda por escravos, capturados pelos congolese principalmente entre os povos Quimbundo, que também atuavam como intermediários no comércio de escravos através do porto ilegal de Luanda (Henderson, 1979).

Após a morte do Mani-Congo Nzinga Mbemba, o Reino do Congo enfrentou uma série de disputas em relação à sucessão do trono, sob influência portuguesa. Esse primeiro conflito foi não-militar e marcou a soberania política africana sobre a europeia. No princípio do século XVII já não havia população branca significativa no reino do Congo, e o cristianismo havia desaparecido (Henderson, 1979).

⁴⁵ Denominação dos reis do Congo.

Em 1575 Portugal começou a construção da fortaleza de São Miguel, ao redor da qual foi fundada a cidade de Luanda, a primeira povoação formada na colônia de Angola (Brito Neto, 2005). Seguindo este período, Portugal partiu para uma conquista militar não pacífica do território angolano. Até 1605 o principal objetivo da conquista militar portuguesa era atingir a região de Cambambe, onde supostamente havia minas de prata, e nas quatro décadas seguintes Portugal concentrou a conquista na promoção do tráfico de escravos⁴⁶ (Henderson, 1979).

Segundo Henderson (1979), o tráfico de escravos foi o fator que mais afetou a vida em Angola após a chegada dos portugueses no século XV até a transição para o colonialismo no século XIX⁴⁷. Os escravos foram o principal item de mercado angolano neste período, e os principais conflitos se desenvolveram em função do tráfico, que causou conflitos entre os diversos reinos que habitavam a região, uma vez que cada governante queria comercializar independentemente com Portugal. Estima-se que quatro milhões de escravos foram exportados da Angola entre 1500 e 1850⁴⁸. É difícil estimar o impacto do tráfico em Angola:

(...) the slave trade had transformed Ngola, which was not even a kingdom but the title of the ruler of the Kingdom of Ndongo, into Angola. The peoples of this vast territory had been divided into autonomous kingdoms or regionally defined ethno linguistic groups. The slave trade paradoxically prepared the way for the formation of Angola in two ways. First, it shattered the isolated but proud kingdoms of the territory, depriving the ravaged peoples of their traditional political identities. Second, the trade defined a new territory based on the limits of Portuguese commercial contacts. The map of Angola conformed roughly to the

⁴⁶ Os escravos eram obtidos de três formas, chefes tribais pagavam tributos aos seus superiores com escravos, escravos eram adquiridos em mercados estabelecidos no interior por governantes africanos ou os escravos eram adquiridos diretamente através de campanhas violentas (Henderson, 1979).

⁴⁷ É importante ressaltar que a escravidão em diferentes formas já fazia parte das sociedades africanas antes da chegada do europeu. A principal diferença entre as formas de escravidão tradicional e a escravidão implementada pelos europeus era a sua comerciabilidade. A escravidão tradicional era útil em uma economia de subsistência, sendo que o comércio de escravos era apenas possível em uma economia mercantilista (idem).

⁴⁸ Essa estimativa esbarra na dificuldade de delimitar se os escravos realmente vinham do território que foi depois delimitado como Angola (Henderson, 1979).

area from which the Portuguese had drawn slaves over the centuries (Henderson, 1979: 98)⁴⁹.

Entre 1641 e 1683 Portugal partiu para o combate de seus principais inimigos na região: Congo, Ndongo e Matamba. O período de conflitos entre Portugal e os principais reinos angolanos do Congo e Ndongo resultou no enfraquecimento destes reinos, mas eles não foram totalmente subjugados a Portugal, mantendo um fraco governo próprio (Henderson, 1979).

Além destes povos, a Holanda tornara-se inimiga ao capturar portos estratégicos que estavam sob domínio português, entre eles os portos brasileiros da Bahia (1624) e Pernambuco (1630) e em Angola os portos de Luanda (1641) e Benguela (1641). Os holandeses deram suporte aos governantes africanos para guerrearem contra Portugal, além disso, em termos econômicos, a invasão holandesa causou perdas principalmente para o Brasil (Henderson, 1979). A reconquista de Luanda ocorreu em 1648 pelo brasileiro Salvador Correa, acompanhado de uma força de cerca de mil brasileiros. Restaurado o poder para Portugal pelos brasileiros, o tráfico de escravos passou a ser direcionado diretamente para o Brasil, e Angola tornou-se praticamente uma colônia brasileira⁵⁰ até a abolição da escravatura. De fato, todos os negócios de Angola se faziam ou com Brasil ou com Portugal, sendo que os portos angolanos estavam fechados para outros países⁵¹. Estas

⁴⁹ “(...) o tráfico de escravos tinha transformado Ngola, que não era nem um reino mas o título do governante do Reino do Ndongo, em Angola. Os povos deste vasto território foram divididos em reinos autônomos e em grupos etnolinguísticos definidos. O tráfico de escravos paradoxalmente preparou o caminho para a formação de Angola de duas maneiras. Primeiro, aniquilou os isolados mas orgulhosos reinos do território, privando os devastados povos de suas identidades políticas tradicionais. Segundo, o tráfico definiu um novo território baseado nos limites dos contatos comerciais portugueses. O mapa da Angola ficou aproximadamente conformado a área na qual os portugueses tinham retirado escravos através dos séculos (Henderson, 1979: 98).” (Tradução da autora)

⁵⁰ Entre as interferências do Brasil em Angola estava a subordinação direta dos bispos de Angola ao Arcebispo da Bahia, no Brasil (Brito Neto, 2005).

⁵¹ Os portos de Luanda e Benguela foram abertos em 1844, após o enfraquecimento do comércio (essencialmente de escravos) com o Brasil (Brito Neto, 2005).

relações foram ressaltadas com a ida da família real portuguesa para o Brasil em 1808. No período que se seguiu a maior parte dos governadores gerais de Angola eram brasileiros (Brito Neto, 2005). Após a independência do Brasil, em 1822, brasileiros alocados em Angola se insurgiram em um movimento separatista, propondo unir Angola ao recém independente Brasil (Henderson, 1979).

Em 1836 Portugal assinou um decreto abolindo a escravatura da África Portuguesa. O final real do comércio de escravos demorou alguns anos para ocorrer, pois muitos governantes portugueses e africanos protestavam contra a proibição do tráfico, que, segundo eles, arruinaria economicamente a Angola, uma vez que os escravos eram a chave da economia angolana no período. No final do século XIX o país começou a exportar borracha, marfim e cera de abelha. Portugal decidiu então pelo incentivo à colonização branca a fim de desenvolver economicamente a colônia. Parte desta colonização veio de Pernambuco, no Brasil, em 1849. A atenção neste momento estava voltada para a região central de Angola, uma vez que Portugal tentava promover ingresso e desenvolvimento no interior do país. Entre 1885 e 1920 Portugal avançou no interior do país em uma campanha militar bastante diferente daquela observada nos séculos anteriores, que resultou efetivamente em controle administrativo de toda a área por Portugal. A região central, ocupada pelos Ovimbundo, foi somente controlada por Portugal após a Guerra de Bailundu, em 1902 (Henderson, 1979). Entre 1902 e 1926, os Ovimbundos gradualmente ajustaram sua identidade, sendo que a cultura e a língua destes povos tornaram-se importantes forças da nova identidade assumida por eles, que teve impacto no acontecimentos mais recentes do país (Heywood, 2000).

O povo Dembo, do grupo lingüístico Quimbundo, foi o que apresentou maiores dificuldades para a subjugação por Portugal, e apenas em 1919, após quinze campanhas militares, houve uma vitória de Portugal. Essa vitória, contudo, nunca garantiu um controle completo de Portugal, sendo que um dos primeiros ataques nacionalistas contra a metrópole surgiu na região, em 1961 (Henderson, 1979).

A Conferência de Berlim, que ocorreu entre 1884 e 1885, definiu as condições sob as quais o território africano seria dividido entre países europeus, incluindo futuras anexações, e os países que reclamassem territórios deveriam estabelecer neles plena autoridade. O tratado definiu as fronteiras de Angola, e Portugal finalmente atingiu controle militar necessário sobre todo o território angolano em 1920. Após séculos de administração indireta, através de autoridades tradicionais, Portugal passou a exercer autoridade direta até na mais remota vila de Angola, com o mínimo de intervenção de governantes tradicionais.

A nova política de colonização portuguesa impulsionou um aumento na população branca e o conseqüente crescimento de cidades. Foi estabelecida uma estrutura de poder hierárquica, comandada diretamente pelo governo português em Lisboa, o que era considerado exploratório pelas populações nativas de Angola. O peso da administração portuguesa era sentido principalmente através da taxaço, do trabalho forçado e da documentação. A taxaço, através do “imposto nativo”, foi instituída em 1908, com o intuito de angariar fundos para o governo e de forçar os povos tradicionais à economia monetária⁵². O tributo, exigido de todos os homens angolanos, recebia acréscimos anuais, ao ponto de forçar a população Chokwe a migrar entre as décadas de 1930 e 1940. O trabalho forçado era comum em regimes coloniais, tido como um meio de desenvolvimento

⁵² A tributação era uma ação comum entre os povos nativos de Angola, contudo ela era feita através de sal, conchas ou roupas. A tributação portuguesa diferenciava-se por introduzir a moeda (Henderson, 1979).

econômico e evolução cultural da população nativa. A documentação era o terceiro sistema da administração portuguesa que interferia diretamente no dia a dia dos angolanos, sendo os documentos exigidos para qualquer movimentação para fora das vilas (Henderson, 1979).

O sucesso de Portugal em impor a administração colonial deveu-se, sobretudo, as missões cristãs que foram estabelecidas em Angola, responsáveis pela difusão da língua portuguesa, pela educação, instrução e cristianização dos povos nativos (Brito Neto, 2005). Até a década de 1950 as principais instituições de educação e saúde estavam sob administração das missões cristãs. As diferentes regiões foram administradas por diferentes religiões, sendo que o povo Congo sofreu influência das missões batistas, os Quimbundus das missões metodistas e os Ovimbundos das missões Congregacionistas⁵³ (Henderson, 1979).

Sob o regime de Salazar (1926-1961) as colônias portuguesas na África foram consideradas um complemento da agricultura da metrópole (Brito Neto, 2005). No período de 1920 a 1960 a economia angolana, baseada principalmente na agricultura, enriqueceu uma oligarquia composta pela população branca e por uma pequena elite negra, deixando mais de 90% da população empobrecida. A concentração da produção para exportação de café, algodão, sisal e milho reduziu a disponibilidade de terras e mão de obra para o cultivo de variedades das dietas tradicionais dos povos, e os salários recebido por contrato na agricultura de exportação não compensavam as perdas da produção de subsistência. Somado às perdas econômicas, os povos tradicionais sofreram importantes perdas sociais no período (Henderson, 1979). Além da exploração de Angola, Portugal sob o regime do Estado Novo Salazarista também tinha objetivos culturais e sociais na colônia, que

⁵³ As missões congregacionais faziam parte do Comitê Americano de Comissionários para Missões no Estrangeiro.

favoreciam o português sobre o africano, o urbano sobre o rural, o catolicismo sobre o protestantismo, a assimilação sobre a associação (Heywood, 2000).

A economia colonial, baseada na exploração do café, dos diamantes e do petróleo principalmente na região costeira, contrastava com um vasto território subdesenvolvido no interior marcado pelo tráfico de escravos e pela negligência colonial (Billon, 2001). Essa dualidade foi exacerbada depois da independência, como veremos abaixo.

2.1.3 Dos conflitos nacionalistas à Guerra Civil

Em 1960 começou efetivamente a resistência nacionalista angolana ao regime colonial português, com o surgimento da União dos Povos de Angola (UPA). A luta armada anticolonial teve início em fevereiro de 1961, quando forças neocolonialistas atacaram uma das prisões do regime colonial em Luanda (Cruz, 2006). Estes eventos lançaram um fervor anticolonial por todo o país. Pela primeira vez desde a conquista, africanos do meio rural, migrantes, soldados, assimilados, nacionalistas e outros se juntaram em organizações e articularam ideologias que questionavam o regime português (Heywood, 2000).

Nos anos seguintes, a luta anticolonial foi intensificada e o movimento nacionalista estruturou-se a partir de divisões internas, com a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e da União Nacional pela Libertação Total de Angola (UNITA). Liderados respectivamente por Antônio Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, estes movimentos foram os

principais protagonistas na negociação com Portugal da independência de Angola em 1974 e dos conflitos que seguiram por décadas no país. É importante ressaltar a incapacidade que estes movimentos tiveram em se unir contra o mesmo inimigo, o governo colonial de Portugal, sendo que a campanha nacionalista foi diversas vezes enfraquecida por combates entre eles (Comerford, 2005).

O MPLA foi fundado em 1956 a partir de uma fusão entre outros partidos e organizações, tendo sua base de apoio entre as comunidades de brancos, de mestiços e de Ambundos⁵⁴ na área de Luanda. A repressão do sistema português dificultava a criação de partidos políticos, e os líderes do movimento, como Agostinho Neto (que foi o primeiro presidente de Angola, em 1975), foram educados fora do país, onde entraram em contato com o anti-colonialismo. O MPLA pertencia a uma corrente nacionalista tida como modernizadora, de influência claramente marxista (Comerford, 2005; Cruz, 2006).

A segunda grande corrente, a FNLA, era étnico-nacionalista, de base tribal. Surgiu entre o povo Congo do norte de Angola, tendo sua origem na UPNA (*União dos Povos do Norte do Angola*), fundada em 1957, que mais tarde perdeu a referência ao norte e tornou-se UPA, que tinha como interesse reativar o reino antigo do Congo. Em 1962 a UPA uniu-se com o PDA (*Partido Democrático de Angola*), formando a FNLA (Comerford, 2005). Seu principal líder foi Holden Roberto, que formou um governo no exílio, em Kinshasa⁵⁵, conhecido por GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio). O GRAE foi importante angariador de apoio internacional para a independência de Angola. Apoiado

⁵⁴ Pertencentes ao grupo lingüístico dos Quimbundos.

⁵⁵ Capital da República Democrática do Congo.

inicialmente pela Organização de Unidade Africana (OUA), o GRAE perdeu sucessivamente poder político para o MPLA (Cruz, 2006).

Jonas Savimbi, figura central na guerra civil que assolou o país por quase três décadas, foi ministro de Negócios Estrangeiros do GRAE. Savimbi deixou o GRAE após acusar Roberto de faccionismo e regionalismo, em 1964. Em 1966 Savimbi formou a UNITA, que tinha como principal base de apoio o povo Ovimbundo do planalto central. A partir deste momento a questão da etnicidade na vida política angolana foi reestruturada⁵⁶ (Comerford, 2005).

Os três movimentos armados não conseguiram vencer a pressão interna exercida por Portugal, causando o fim da primeira guerra angolana em 1966. Em 1974, com a queda do regime de Salazar e Marcelo Caetano em Portugal, teve início o processo de descolonização, mas uma independência negociada não aconteceu. Em janeiro de 1975 foi assinado o acordo de Alvor, que estabelecia um governo de transição, além de uma constituição, eleições e independência.

Contudo, ainda em 1975 voltaram a acontecer combates em muitas províncias de Angola e em Luanda e o governo transitório mal chegou a funcionar. Em 11 de novembro de 1975 Angola tornou-se independente. O MPLA assumiu o poder e foi estabelecido um governo de regime socialista de partido único, reconhecido internacionalmente (mas não pelos Estados Unidos). A FNLA e a UNITA foram expulsas do governo (Cruz, 2006).

⁵⁶ Outro movimento nacionalista que surgiu no período foi a FLEC (Frente Libertadora do Enclave de Cabinda), movimento nacionalista do enclave de Cabinda, criado em 1963, representando os povos Fiot de Cabinda, que não participou ativamente das negociações para a independência de Angola (Comerford, 2005). Os movimentos separatistas do enclave de Cabinda buscam a independência desde princípios da década de 1960. O petróleo é fator importante na luta destes movimentos, uma vez que mais da metade do petróleo angolano vem da região, mas é controlado pela elite de Luanda, não se revertendo em melhorias de vida para a população da região. A FLEC ainda é o principal movimento separatista, recentemente enfraquecido por divisões internas e pela perda do apoio de países vizinhos (Billon, 2001).

Wright (1997, apud Comerford, 2005) identificou o início da guerra civil angolana em meados de fevereiro de 1975, quando a FNLA atacou as forças do MPLA. O combate visava o controle de Luanda, fundamental naquele momento, às vésperas da entrega do Estado por Portugal em 11 de novembro de 1975. O fracasso na união dos três movimentos se deu principalmente no nível de suas lideranças. O autor ressalta como problemáticas as personalidades dos três líderes, Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, que ultrapassavam a ideologia dos movimentos e se sentiam capazes de ocupar sozinhos a liderança da luta pela independência (Comerford, 2005).

Segundo Cruz (2006), a dinâmica interna da luta anticolonial, embora com importantes divergências entre os grupos, foi marcada pela concepção de alteridade que se instalou em Angola em relação a Portugal, exacerbando assim a concepção de liberdade (presente mesmo nos nomes dos movimentos).

Como vimos, foram divisões internas que criaram as condições que resultaram numa guerra civil sangrenta, mas os fatores externos foram extremamente importantes na dinâmica do conflito. A política interna de Angola, com a retirada de Portugal, passou a ser de interesse de importantes atores internacionais do contexto da Guerra Fria, e União Soviética, Estados Unidos, Cuba e África do Sul envolveram-se diretamente no conflito (Comerford, 2005).

A União Soviética apoiava o MPLA desde 1962, tendo tido importância na conquista da independência através do fornecimento de armamento. O apoio continuou sendo essencial durante o primeiro período da guerra civil, se estendendo até 1990. O apoio

cubano ao MPLA também foi essencial, principalmente em 1975 nos conflitos com a FNLA no norte e com tropas sul-africanas no sul (Comerford, 2005).

Os Estados Unidos prestaram assistência econômica à Holden Roberto a partir de 1959⁵⁷. Em 1974 a CIA já havia enviado quantidades significativas de armamento a FNLA. Em 1976, contudo, o congresso americano passou a “Emenda Clark”, que proibia qualquer assistência que pudesse envolver mais profundamente os Estados Unidos na guerra angolana⁵⁸. A emenda foi revogada em 1985, quando os Estados Unidos passaram a financiar a UNITA. A África do Sul foi outro importante apoiador e fornecedor de armamentos da UNITA. Em 1988 a assinatura dos Acordos de Nova Iorque negociaram a saída das tropas sul-africanas de Angola e também garantiram a saída das tropas cubanas e a criação da primeira missão para Angola das Nações Unidas, a UNAVEM (Comerford, 2005).

Em 1990 Portugal iniciou um processo de negociação de paz que resultou nos Acordos de Bicesse em 1991. Junto com Portugal, Estados Unidos e União Soviética, que ficaram conhecidos como Troika, foram os negociadores dos acordos, que resultaram em um cessar-fogo, no aquartelamento das tropas da UNITA e restabelecimento do controle estatal nas áreas antes ocupadas por ela. Além disso foram marcadas eleições presidenciais e parlamentares multi-partidárias. As Nações Unidas não tiveram papel central nas negociações, ocupando apenas um papel de ‘verificação’ (Comerford, 2005).

O MPLA venceu as eleições parlamentares com maioria de 54% dos votos, a UNITA recebeu 34% e outros partidos receberam 12%. Eduardo dos Santos, do MPLA

⁵⁷ Mesmo tendo o engajamento complicado pelo fato de Portugal ser membro da OTAN (Comerford, 2005).

⁵⁸ A justificação desta emenda era evitar que se repetisse o que aconteceu com a intervenção estadunidense no Vietnam (idem).

ficou com 49% dos votos da disputa presidencial, contra 40% de Jonas Savimbi. Foi chamado um segundo turno para as eleições presidenciais, mas os combates ressurgiram antes que isso pudesse acontecer (Comerford, 2005).

Críticas foram feitas ao pouco espaço concedido à ONU na mediação e implementação dos acordos, mas segundo Comerford (2005), a razão principal dos acordos terem fracassado foi a dificuldade de conciliação dos próprios partidos angolanos. Os países estrangeiros neste período alinhavam-se com um papel mais sutil de intervenção, assumido no início da década de 1990, focado em agendas comerciais e humanitárias (Billon, 2001).

O período de guerra que se seguiu às eleições foi ainda mais devastador do que o país presenciara até então (Cruz, 2006). A guerra naquele momento saiu do rural para as cidades. A rápida urbanização – que foi de 15% em 1970 para 50% em 1990 – transformou as principais cidades. A capital, Luanda, passou a abrigar um quarto da população total do país, mas com infra-estrutura insuficiente e uma alta dependência das importações do petróleo (Billon, 2001).

Esse processo de concentração populacional nas grandes cidades e principalmente na capital, Luanda, deveu-se sobretudo à migração interna rural-urbana, estimulada pela guerra que nas décadas de 1970 e 1980 acontecia principalmente nas áreas rurais. Como resultado desta intensa concentração populacional, expandiram-se em Luanda os *musseques*, assentamentos habitacionais precários, sem planejamento, marcados pela ausência de infra-estrutura básica, serviços urbanos e instituições públicas. Os *musseques* surgiram com a intensificação da colonização portuguesa no final do século XIX, mas sua

expansão em número e área é intensificada com as migrações internas e o crescimento populacional. (Petrus, 2001)

Novas tentativas de negociação da paz tiveram início em 1993 e resultaram no Protocolo de Lusaka em novembro de 1994. Este acordo, baseado nos Acordos de Bicesse, avançou ao introduzir a partilha de poder e a estabelecer que as eleições só seriam realizadas após a resolução de questões militares. Além disso, a ONU passou a ter um papel importante no estabelecimento do processo de paz com o despacho de uma força de capacetes azuis (Comerford, 2005). Após o Protocolo de Lusaka e missão da ONU recebeu mais ajuda internacional, contudo essa assistência prevaleceu na manutenção de um cessar-fogo tênue e no fornecimento de alimentos, tendo sido pouco direcionada para a consolidação da paz e desenvolvimento das regiões afetadas pela guerra (Billon, 2001).

Uma série de crises seguiu o protocolo e em dezembro de 1998 mais uma vez a guerra eclodiu. Na opinião do governo angolano, a ONU tinha falhado no desarmamento da UNITA e estava servindo como escudo para Jonas Savimbi e sua exploração dos diamantes. A ONU foi então expulsa de Angola, tendo remanescido no país apenas uma pequena delegação da Divisão de Direitos Humanos. Neste período o controle dos recursos minerais de Angola se tornou determinante para o desenrolar do conflito (Comerford, 2005).

A elite do MPLA em Luanda prosperava com a exploração do petróleo enquanto a UNITA se sustentava através da exploração do diamante⁵⁹. Esses recursos tornaram-se

⁵⁹ Os diamantes foram descobertos em Lunda em 1912, e em 1917 foi criada a Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) que recebeu monopólio da exploração no país. A Diamang firmou contrato com a DeBeers Consolidated Mines Ltda., uma subsidiária da Cooperação Anglo-Americana da África do Sul (Henderson,

essenciais principalmente depois do acordo de Nova Iorque em 1988, que diminuiu a importância do financiamentos internacional à guerra (Billon, 2001).

A renda advinda do petróleo não foi traduzida em melhorias para a população, e em 1997 o PIB per capita havia caído pela metade em comparação ao final da década de 1980. No mesmo período ocorreu um crescimento do PNB graças ao aumento do valor do petróleo. Mesmo com o crescimento do PNB, quase 70% da população vivia com menos de um dólar por dia. O petróleo era responsável neste momento por 90% das exportações oficiais do país, e 80% dos rendimentos do Governo. Essa renda foi, sobretudo, utilizada para fins militares durante a década de 1990. O domínio do petróleo não foi ameaçado pela UNITA uma vez que as reservas ficavam na costa angolana, fora do perímetro de controle da UNITA. Politicamente, o petróleo permitiu ao governo sustentar um clientelismo que lhe garantiu apoio das elites (Billon, 2001).

A geografia Angolana, ao mesmo tempo que permitiu o controle do petróleo pelo governo, permitiu controle parcial da extração de diamantes pela UNITA. Para além do financiamento dos Estados Unidos e da África do Sul, os diamantes transformaram-se em importante financiador das ações da UNITA, eles serviram de recurso para o movimento desde o final da década de 1970, sendo que a partir de 1983 eles se profissionalizaram nas operações de extração, investindo em trabalhadores e equipamentos mineradores. A UNITA manteve quase o monopólio da extração de diamantes em Angola até 1994, quando tropas mercenárias do governo recapturaram algumas áreas de minas, e o Protocolo de Lusaka atraiu companhias mineradoras estrangeiras. Contudo o setor diamantífero manteve-se até o final da guerra bastante fragmentado e criminalizado. Membros do MPLA

1979). A exploração do petróleo começa em 1927 com formação por belgas da Companhia de Combustíveis de Lobito (Henderson, 1979).

também detinham controle de minas de diamantes, com a licença de mercado exclusiva da Angola Selling Corporation (ASCorp). A resposta internacional ao financiamento do conflito pelos diamantes veio através de um acordo das indústrias de diamante de não comercializar ‘diamantes de conflitos’ (Billon, 2001).

Em 1999 Angola era o segundo maior produtor de petróleo da África sub-Sahariana e o quarto maior produtor mundial de diamantes (por valor). Mas essa riqueza encontrava-se desde o início do século XX concentrada nas mãos de uma pequena elite, agravando uma dualidade intrínseca desde o período colonial entre riqueza e miséria (Billon, 2001).

Com o recomeço do conflito, a intervenção internacional atingiu outro patamar. A UNITA sofreu uma série de sanções da ONU nos anos que seguiram ao recomeço do conflito, mas que se revelaram inúteis.⁶⁰ Em 2000 a ONU publicou o Relatório Fowler, que cita uma lista de países que ajudaram a UNITA a violar as sanções⁶¹ (Comerford, 2005).

O ano de 1999 foi marcante no desenrolar da guerra civil angolana. Em outubro deste ano, as FAA (Forças Armadas Angolanas) lançaram uma forte ofensiva contra a UNITA, conseguindo capturar uma série de áreas e cidades controladas pela UNITA, incluindo seu principal centro, em Bailundo. Sem um centro fixo, as lideranças da UNITA decidiram transformar suas táticas de guerra em táticas de guerrilha. Essa nova fase da guerra, caracterizada pelos ataques de guerrilha da UNITA e pelas campanhas contra a insurgência da guerrilha pela FAA resulta em ainda mais deslocamento forçado, chegando

⁶⁰ Em 1993 foi aprovado um embargo de combustível e armamento, em 1997 foram impostas restrições sobre viagens de figuras chave da UNITA, encerramento do escritório da UNITA e proibição de fornecimento de aviões. Em 1998 a ONU congelou as finanças da UNITA e proibiu a venda de diamantes que não levassem um certificado de origem.

⁶¹ Entre eles estão República Democrática do Congo, Burkina Faso, Congo-Brazzaville, Ruanda, África do Sul, Togo e Zâmbia no setor armamentício; Búlgária, Bielorrússia e Federação Russa para equipamento militar; ale, de Namíbia, Gabão, Uganda, Marrocos em outros setores e Portugal por ter mantido aberto os escritórios da UNITA.

a 500 mil novos deslocados internos e cerca de 50 mil novos refugiados no Zâmbia e República Democrática do Congo⁶² (Kalumyia, 2004).

Em fevereiro de 2002, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, foi morto em combate com a FAA. A morte de seu líder fez com que o movimento rebelde, já extremamente enfraquecido pelas sanções da ONU e ofensivas efetivas da FAA, se diluísse por completo. Em 4 de abril de 2002 a UNITA aceitou o cessar-fogo através do Memorando de Entendimento, assinado em Luena, que marcou o final de décadas de guerra civil em Angola.

Como vimos, entre a independência em 1975 e o final da guerra em 2002, três acordos de paz foram assinados. Uma marca dos três acordos, segundo Comerford (2005) é a exclusão das organizações civis angolanas, o que foi prejudicial o estabelecimento da paz, uma vez que atores angolanos da sociedade civil poderiam ter servido como moderadores entre governo angolano e UNITA. Segundo o autor, os inúmeros apelos pela retomada do diálogo durante os conflitos remontaram a uma memória tradicional de inúmeras etnias de Angola, que acreditavam que a discussão sobre as causas da guerra era o primeiro passo antes das negociações de paz. As duas retomadas da guerra na década de 1990 transformaram Angola no pior caso de resolução de conflitos da década. O petróleo e os diamantes não foram a causa dos conflitos em Angola, mas sua disponibilidade e distribuição territorial, além da economia política em torno destes recursos foi crucial do desenvolvimento do conflito (Billon, 2001).

⁶² Dados de 2001 (Kalumyia, 2004).

2.2. As relações entre Brasil e Angola

Como vimos, a história da Angola e do Brasil se entrelaçaram em diversos momentos ainda sob regime português. Mais do que língua e colonizador em comum, os dois países tiveram uma relação de dependência durante a colonização. Contudo, as diferenças entre as investidas de Portugal no Brasil e na Angola são marcantes, ficando o segundo país durante séculos como uma fonte de fornecimento de escravos para o primeiro.

Foi no século XX que as relações entre Brasil e Angola realmente se estreitaram. Em termos culturais, a influência da cultura brasileira, principalmente a partir da exportação de novelas televisivas, já no final do século, é um fator importante na imagem construída pelos angolanos do Brasil (Petrus, 2001). Em termos diplomáticos, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975. Posteriormente, o país estabeleceu uma série de parcerias que influenciaram também na migração entre os dois países.

A cooperação técnica entre os dois países teve início em 1980, com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica⁶³. Em 1990 foi firmado um Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola⁶⁴. Em 1996 o Brasil ingressou a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, quando os acordos de cooperação técnico, científico e social foram ampliados, englobando também o desporto e a cultura.

⁶³ Informação colhida no site www.brasilangola.org.br/coopTecnica.php. Consultado em 15 de dezembro de 2009.

⁶⁴ Divisão de Atos Internacionais. Decreto no. 99.558, de 05 de outubro de 1990. Informação colhida em www2.mre.gov.br/dai/angocult.htm. Consultado em 15 de dezembro de 2009.

Em 1999 foi criado o Projeto Centro de Formação Profissional Angola-Brasil, na cidade angolana de Cazenga, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A partir de 2002, com a eleição para a presidência brasileira de Luis Ignácio Lula da Silva, as relações internacionais com os países africanos foram retomadas com maior intensidade. Segundo Desidério (2005:3):

As parcerias e investimentos instituídos nos acordos entre países do continente africano e o Brasil, no contexto da globalização estão orientadas, sobretudo na luta contra a pobreza, a desigualdade e exclusão, ao desenvolvimento sustentável e ao estreitamento das relações políticas e econômicas como dimensão prioritária da cooperação.

Em Angola, os acordos incluíram investimentos nas áreas de agricultura e pecuária, por meio da EMBRAPA e através de programas de apoio à extensão rural e desenvolvimento sustentável. Em 2005 foram firmados seis acordos de cooperação e um Protocolo de entendimentos entre os dois países (Desidério, 2005). Desde então uma série de novos acordos foram assinados pelos dois países, incluindo as áreas de educação ambiental, turismo, formação profissional, saúde e educação⁶⁵.

No setor público destacam-se também as Políticas de Cooperação Institucional para a Educação Superior de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG). O PEC-G existe no Brasil desde o final da década de 1920, mas foi intensificado por acordos nas últimas décadas entre Brasil e países africanos. Dentre os acordos, o Brasil estabeleceu uma parceria com a Fundação Eduardo dos Santos (FESA), instituição angolana que estabelece

⁶⁵ Ver mais informações em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/07/16/ult611u78701.jhtm>, http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14488:brasil-e-angola-firmam-acordo-para-formacao-profissional&catid=221, <http://www.folhadaregiao.com.br/noticia?115039>

convênios com entidades e instituições nacionais e internacionais, atuando como parceira do governo angolano. Só no Rio de Janeiro, em 2003, a FESA firmara convênio com cinco universidades. Entre 2000 e 2005 o país recebeu 118 estudantes angolanos pelo programa PEC-G (Desidério, 2005).

No setor privado, investimentos da Petrobrás na extração do petróleo angolano, e da Odebrecht na extração de diamantes resultaram na criação de uma ponte aérea entre Luanda e Rio de Janeiro. Este é um elemento importante para a análise, pois esta foi a principal forma de entrada da maioria dos imigrantes angolanos no país na década de 1990, como veremos no próximo capítulo. O estímulo das relações comerciais entre os dois países aumentou após o final da guerra civil, com contínuo aumento da presença de empresas brasileiras em Angola, principalmente nas áreas de construção civil, comércio, indústria, telecomunicações e prestação de serviços. Em 2003 foi criada a Associação dos Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (Aebran) (Desidério, 2005).

Todas essas parcerias influenciam no fluxo de migrantes entre os dois países. Além dos imigrantes angolanos no Brasil, objeto desta análise, há também uma importante emigração de brasileiros para a Angola. Em 2009 o Ministério das Relações Exteriores⁶⁶ do Brasil estimava em 30 mil o número de brasileiros vivendo em território angolano.

⁶⁶ Ministério das Relações Exteriores (2009) Brasileiros no Mundo. Estimativas. Consultado em <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/pt-br/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202009%20-%20Estimativas%20-%20FINAL.pdf>, em 5 de janeiro de 2010.

2.3. Conclusão

A Angola surgiu com o território unificado em 1920, quando a ocupação portuguesa que havia começado no século XV foi completada. Estes quatro séculos configuraram uma história de conflitos marcados pelas fronteiras étnicas e lingüísticas dos povos originários da região em contraposição ao domínio colonial português. Os grupos que protagonizaram os principais conflitos do século XX tinham raízes nestes povos.

No período de 1920 e 1960 a Angola viveu sob um suposto período de paz, governado pelo regime totalitarista de Salazar em Portugal, e na década de 1960 começaram a eclodir os movimentos nacionalistas em prol da independência. O país passou por intensos períodos de conflitos desde 1961, quando estourou a guerra pela libertação nacional, até 2002, com o final da guerra civil. A independência do país foi atingida em 1975 e ocasionou a retirada, de forma abrupta, do Estado colonial português de seu território, sendo responsável por um deslocamento massivo de cerca de 340 mil colonos brancos (Kalumiya, 2004). O conflito foi responsável pelo primeiro grande fluxo de refugiados angolanos, que foram para os recém independentes países do Zaire e Zâmbia, além de para o Brasil, que foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (Billon, 2001).

A independência foi imediatamente seguida por conflitos internos com forte apoio internacional, em um contexto de Guerra Fria, e que contavam com três grandes movimentos: o *Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*, a *Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)*, e a *União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA)*. Estes grupos visavam supremacia política e controle do novo Estado. Com a intensificação da guerra civil, o FNLA se desmembrou, deixando à UNITA e ao MPLA,

que estava no governo, uma batalha de 27 anos, com períodos de paz marcados por cessar-fogos e acordos de paz não cumpridos (Heywood, 2000; Kalumiya, 2004).

O prolongado conflito civil, inicialmente financiado por intervenções internacionais, e subseqüentemente abastecido pelas enormes riquezas naturais do país, particularmente na forma de petróleo e diamantes, resultou em uma miséria humana massiva, destruição da infra-estrutura do país e um terrível legado de infestação de minas terrestres (Kalumyia, 2004).

As relações entre Brasil e Angola, travadas desde o período colonial, foram estreitadas a partir de uma série de acordos bilaterais nas últimas décadas do século XX e do crescente investimento de empresas brasileiras em Angola, sobretudo após o final da guerra civil. Estas relações influenciam a vinda de angolanos para o Brasil, tema que trataremos mais detalhadamente no próximo capítulo, e também a ida de brasileiros para Angola, fenômeno recente que fica aberto como agenda para futuros estudos.

3. A IMIGRAÇÃO DE ANGOLANOS PARA O BRASIL

Neste capítulo apresentamos uma descrição da imigração de angolanos para o Brasil entre 1970 e 2006 utilizando os dados dos Censos Demográficos e da pesquisa Condições de Vida da População Refugiada (CVPR)⁶⁷. A partir destes dados propomos uma compreensão da imigração de angolanos para o Brasil, pensando-a a partir de um aparato conceitual mais amplo, o das migrações forçadas. Partindo do fluxo de angolanos como um fluxo marcado pela violência como fator migratório, entendemos o processo migratório desde quando este ganhou força, na década de 1970, até os dias atuais, quando continua, apesar do final da guerra civil em Angola no ano de 2002.

Algumas questões se colocam ao analisarmos os dados. A primeira delas é a diferença na distribuição dos imigrantes a partir do ano de entrada destes no Brasil, com uma concentração no estado de São Paulo principalmente entre os migrantes mais antigos, e uma concentração no estado do Rio de Janeiro continuada até os dias atuais. Outra questão importante é a conformação de redes sociais entre os dois países e a importância destas redes na continuação deste fluxo para o Brasil, além da influência na concentração dos imigrantes na região metropolitana do Rio de Janeiro. Um terceiro ponto que devemos observar são os fatores que pressionaram estes imigrantes a deixarem seu país de origem ao longo das décadas, marcados por guerras e pela violência, mas legalmente diferenciados pelo Brasil, que só passou a reconhecer estatuto de refugiado aos angolanos a partir de 1990.

⁶⁷ CVPR, NEPO/UNICAMP-SDH, 2007.

3.1. Metodologia da pesquisa

Domenach e Picouet (1995) citam dois principais tipos de fontes que permitem a análise da migração: a) fontes oficiais – Censos e Registros de População; b) pesquisas por amostragem, ou *surveys*, que são diferentes segundo a razão que as orienta, se política, científica, experimental, etc. Elas permitem trabalhar com uma definição mais flexível de migração. Pesando a problemática da conceituação de migração inicialmente exposta em conjunto com as fontes de dados, e ressaltando com isso que a finalidade científica dos estudos de migração não implica necessariamente em uma conceituação diferente dos estudos de migração com finalidades estatísticas (operacionais), os autores ressaltam:

(...) la importancia de las mejoras en los conceptos que se utilizan en las grandes operaciones que son los censos y las encuestas nacionales, que permitirán en consecuencia desarrollar encuestas más finas, más dirigidas a tal o cual tipo de desplazamiento. De allí igualmente, la necesidad de recurrir a nuevos medios de delimitar las unidades a encuestar, que permitan reubicar las migraciones observadas en un contexto global de la movilidad.”(Domenach e Picouet, 1995:27)⁶⁸

Segundo Bilsborrow (1997), as pesquisas amostrais especializadas em migração seriam a melhor fonte para investigar os determinantes e as conseqüências das migrações. Quatro vantagens importantes das pesquisas amostrais são expostas: 1) incluem questões que identifiquem clara e corretamente os tipos de migrante de interesse do estudo, incluindo aí a dimensão tempo; 2) tem a habilidade de coletar um tipo detalhado de informação necessária para a análise dos determinantes e das conseqüências da migração, possibilitando a formulação de modelos que levem em conta simultaneamente as dimensões demográfica, socioeconômica, cultural, etc.; 3) a terceira vantagem é a possibilidade de

⁶⁸ “(...) a importância das melhorias nos conceitos utilizados nas operações de grande porte que são censos e pesquisas nacionais, que permitam em conseqüência desenvolver pesquisas mais finas, mais orientadas para um determinado tipo de deslocamento. Daí também a necessidade de novos meios para delimitar as unidades a serem pesquisadas, que permitam realocar as migrações observadas em um contexto global da mobilidade” (Domenach e Picouet, 1995:27). (Tradução da autora)

coletar informações sobre o *status* do migrante e de sua família relativo ao momento da decisão de migrar; 4) um último aspecto ressaltado é que essas pesquisas têm a capacidade de localizar os migrantes.

Partindo da perspectiva de fontes de dados para análise das migrações proposta por estes autores, buscamos neste trabalho avançar na compreensão da imigração de angolanos a partir da utilização de dois tipos de fontes de dados específicas: os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 e a pesquisa amostral “Condições de Vida da População Refugiada no Brasil” (CVPR), realizada pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp), no ano de 2007. Pretendemos com isso avançar nas pesquisas acadêmicas que surgiram a partir da segunda metade da década de 1990 sobre a presença dos imigrantes angolanos no Brasil, parte delas realizadas utilizando pesquisas qualitativas, que ressaltaram a precariedade dos dados para se estudar este grupo de imigrantes no país (Ribeiro, 1996; Petrus, 2000, 2001; Coêlho, 2005; Brito Neto, 2005; Cruz, 2006; Batista, 2007, 2008).

A escolha dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000 está diretamente relacionada com a periodização que utilizamos na descrição do objeto. O foco de nossa análise está na imigração de Angolanos para o Brasil nas últimas três décadas do século XX e adentrando os primeiros anos do século XXI. Ribeiro (1996) identificou três momentos da migração de angolanos para o Brasil, o primeiro deles sendo a vinda de escravos oriundos da região que depois foi delimitada como Angola. Embora seja um tema controverso, alguns autores já trataram do tráfico de escravos enquanto uma migração forçada (Bassanesi, 1996; Ribeiro, 1996). Neste caso caberia uma conceituação mais ampla de migrante forçados, onde poderíamos englobar o tráfico de seres humanos como uma

abrupta ruptura dos direitos humanos (embora estes ainda não fossem existentes no período da escravatura). Mesmo este não sendo o nosso objeto de análise, cabe ressaltar que uma reflexão neste sentido pode ser válida para pensar o tráfico de imigrantes que observamos nos dias atuais (Aydos, 2009).

O segundo momento identificado por Ribeiro (1996) foi marcado pela independência de Angola e o terceiro teve início na década de 1980 em decorrência dos conflitos internos do país. Em nossa análise propomos uma nova divisão destes períodos em três momentos distintos, sendo o primeiro o mesmo proposto pelo autor, com a chegada dos imigrantes após a independência, na década de 1970. O segundo momento que delimitamos é marcado por uma diminuição na entrada de angolanos no Brasil, durante a década de 1980, quando a imigração era formada principalmente por estudantes, conforme já apontado por Ribeiro. O terceiro momento, da década de 1990 aos dias atuais, foi separado para análise, pois identificamos importantes especificidades em relação à década anterior que impulsionam a continuidade do fluxo migratório mesmo com o final da guerra civil em Angola. Entre os três períodos identificamos diferenças nas classes e grupos étnicos que migraram (Ribeiro, 1996), nas diferentes estratégias utilizadas para a permanência, na direção do fluxo no Brasil e nas faixas etárias e tipos de formação familiar dos imigrantes.

Os principais destinos destes imigrantes no Brasil nos três períodos foram os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com destaque para a região metropolitana do Rio de Janeiro a partir da década de 1990, de onde foram estabelecidas importantes redes com a capital de Angola, Luanda (Petrus, 2000 e 2001).

3.1.1 Metodologia de análise dos dados dos Censos Demográficos

A partir dos dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, buscamos uma visão do caráter processual do fluxo migratório ao longo de três décadas, levando em consideração as limitações contidas em uma análise dos dados do Censo Demográfico, por se tratar de uma “fotografia” da população em um dado momento. Outro ponto importante a ser levantado é a dificuldade dessa fonte em captar o fenômeno migratório internacional em sua amplitude, uma vez que é um fenômeno marcado pela indocumentação de muitos dos migrantes. E ainda, uma vez que o processo de obtenção de um documento pode levar muitos anos, uma coorte migratória pode não ser captada pelo Censo imediatamente correspondente ao período de sua entrada no país. Ainda assim faz-se um esforço no sentido de buscar nestes dados informações que nos ajudem a compreender melhor a população de imigrantes angolanos que vivem no Brasil.

As três edições do Censo Demográfico utilizadas neste estudo contêm dois tipos de questionários. Um universal, menor, contendo perguntas gerais sobre as características dos indivíduos e domicílios e que é aplicado à toda a população; e outro amostral, maior, contendo perguntas específicas. O primeiro questionário busca informações sobre todos os indivíduos residentes no domicílio em uma dada semana de referência. O segundo é aplicado para uma parcela da população de forma probabilística, contendo informações referentes à semana de referência e retrospectivas.

O questionário amostral possui uma série de tópicos que busca caracterizar com profundidade os indivíduos e seus domicílios. E essas informações podem ser generalizadas

para o território nacional como um todo a partir das variáveis de peso⁶⁹. Por outro lado, nem todas as informações levantadas da população podem ser desagregadas espacialmente dadas às limitações do desenho amostral. Isto ocorre com populações-alvo pequenas, dado o território. Os angolanos se enquadram neste caso. Por ser uma população pequena, qualquer grande variação em poucos casos pode levar a inferir grandes variações no universo, o que nem sempre representa a verdade. Assim, os dados trabalhados nesta dissertação são uma aproximação da realidade da população angolana no Brasil, isto é, a análise dos dados desta população é realizada como uma indicação muito próxima da realidade, mas não uma inferência direta. Este é o melhor instrumento em nível nacional que encontramos para caracterizar o migrante angolano no Brasil.

A partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991⁷⁰ e 2000, foi efetuado um recorte da base de dados englobando os domicílios onde houvesse ao menos um imigrante angolano. Como imigrantes angolanos foram consideradas aquelas pessoas que declararam ter como país de nascimento a Angola (ou seja, foi considerada a migração acumulada de não-naturais).

A análise teve como objeto as famílias que contivessem ao menos uma pessoa nascida em Angola. Os tipos de família foram baseados na proposta de Medeiros e Osório (2000), contudo não a partir de arranjos domiciliares e sim a partir de arranjos na família. A unidade de análise é, portanto, a família. A tipologia proposta engloba sete grandes tipos familiares: *casal sem filhos; casal com filhos; mulher sem filhos; mulher com filhos;*

⁶⁹ As variáveis de peso garantem a expansão das informações de cada caso da *população* levantado com base na sua representatividade no *universo*. Assim, por exemplo, um caso da população levantada pode ser representativo por 30 casos do universo, garantindo, assim, a correta inferência das informações. Os pesos podem ser utilizados com base nos indivíduos ou nos domicílios.

⁷⁰ Na análise dos dados do Censo de 1991 para corresponder com a migração na década de 1980 foram excluídos os migrantes chegados no ano de 1991.

homem sem filhos; homem com filhos; e individual em domicílio coletivo. Estes tipos, com exceção do *individual em domicílio coletivo*, subdividem-se em: *com outros parentes; e sem outros parentes*.

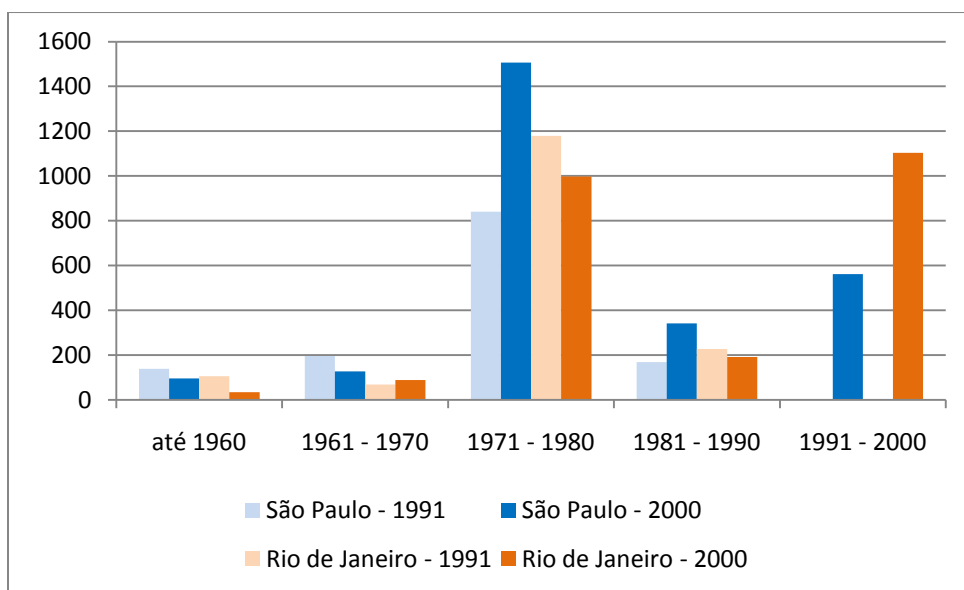
Como exposto anteriormente, identificamos três momentos da imigração de angolanos para o Brasil no final do século XX e estruturamos a análise dos dados a partir de um recorte temporal em três décadas: 1971 a 1980 (década de 1970); 1981 a 1990 (década de 1980); e 1991 a 2000 (década de 1990). Para tal, utilizamos a variável “*Ano que fixou residência no Brasil*”, contida nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. A partir desta variável fixou-se em cada família a década quando chegou o migrante mais antigo. Assim, se um migrante chega em 1977, sua esposa em 1981 e seu irmão em 1992, esta família será considerada dentro das famílias analisadas na coorte de 1971-1980. Isso por que mesmo outros membros da família tendo chegado em décadas posteriores, consideramos que eles fazem parte de um processo migratório (e de redes sociais) que tem sua formação na década de 1970.

O Censo Demográfico de 1980 não apresenta a variável “*Ano que fixou residência no Brasil*”, não sendo possível a análise por décadas. A imigração captada pelo Censo de 1980 é acumulada (não naturais que tenham como país de nascimento a Angola). Contudo, os Censos Demográficos de 1991 e 2000 mostram que o principal fluxo de imigrantes Angolanos chegou na década de 1970. Considerando que estes dados sofreram influência da mortalidade e da re-emigração, e que ainda assim o fluxo de imigrantes chegados na década de 1970 é o maior, podemos assumir que o Censo de 1980, mesmo apresentado como migração acumulada, refere-se principalmente ao processo ocorrido na década de 1970. No gráfico 4 apresentamos os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 relativos à década de entrada dos imigrantes angolanos no Brasil. Vemos que, mesmo com

a influência da mortalidade e da re-emigração, a década de 1970 constitui-se como o mais intenso período de entrada de angolanos no Brasil no período analisado. Na década de 1980 observamos uma queda acentuada do fluxo de imigrantes, retomada na década de 1990, quando ocorre uma concentração acentuada dos imigrantes no estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 4

Imigrantes angolanos por década que fixaram residência no Brasil. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos – 1980, 1991 e 2000.

3.1.2. Metodologia de análise dos dados da Pesquisa Condições de Vida da População Refugiada (CVPR)

A pesquisa “Condições de Vida da População Refugiada no Brasil” (CVPR) foi realizada pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp), no ano de 2007, e contou com as parcerias da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados/Brasil (ACNUR), da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro. Buscou-se com a pesquisa um mapeamento das condições de vida da população refugiada no Brasil a partir de características demográficas dessa população - sexo, idade, composição familiar, trajetória migratória, ocupação, condições de moradia, rendimento - bem como de informações sobre acesso à políticas sociais. A partir dessas informações procurou-se identificar as demandas sociais da população estudada para subsidiar políticas de inclusão social.

A categoria de análise adotada foi família, considerando membros refugiados e não refugiados, membros residentes habituais, não-habituais e membros ausentes com possibilidade de reunião familiar. A amostra da pesquisa teve como base o número de famílias refugiadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estas informações foram obtidas a partir de estimativas do número de famílias de acordo com os dados do ACNUR, CONARE e Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que o CONARE somente trabalha com casos individuais. Nesse sentido, houve um esforço conjunto do ACNUR e

das Cáritas⁷¹ para o agrupamento das informações individuais em informações sobre famílias.

Foram realizadas entrevistas com migrantes refugiados reconhecidos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro⁷². As entrevistas foram realizadas nas Cáritas. Por se tratar de uma população com proteção e sigilo de informações pessoais, as entrevistas foram agendadas por agentes das próprias Cáritas. Também por este motivo, utilizaremos os dados da pesquisa de forma qualitativa, uma vez que, embora na cidade do Rio de Janeiro tenhamos atingido o número de entrevistas necessário para uma generalização dos dados, as pesquisas não foram agendadas com sorteio aleatório, e sim a partir do banco de dados daqueles refugiados que ainda mantinham contato com as Cáritas no momento da pesquisa (Aydos, 2009).

A pesquisa partiu de um universo de 2.409 famílias com refugiados estatutários no país, sendo destas, 1015 famílias registradas em São Paulo e 1.309 famílias registradas no Rio de Janeiro. Neste universo de famílias com refugiados estatutários, 1.308 compreendiam refugiados estatutários angolanos, sendo 253 famílias registradas em São Paulo e 1.127 no Rio de Janeiro. A pesquisa conseguiu atingir em São Paulo 20 famílias, englobando 33 refugiados angolanos estatutários e 2 imigrantes angolanos não estatutários. No Rio de Janeiro, foram entrevistadas 143 famílias, englobando 222 refugiados estatutários e 12 sem estatuto. A amostra da pesquisa para os angolanos ficou bastante comprometida em São Paulo, mas foi completada no Rio de Janeiro, por este motivo optamos em analisar aqui apenas os dados para o Rio de Janeiro.

⁷¹ As Cáritas são ONGs ligadas a igreja católica que estão diretamente ligadas à proteção e ao reconhecimento dos refugiados desde a década de 1970.

⁷² O questionário da pesquisa encontra-se anexo a esta dissertação.

Das 143 famílias com refugiados angolanos abordadas pela pesquisa, apenas 11 tiveram o processo migratório iniciado antes de 1991. Por este motivo optamos por fazer um recorte e analisar apenas os dados a partir de 1991, por efeito de comparabilidade com o recorte que fizemos anteriormente para os dados dos Censos Demográficos. Nosso universo de análise após o recorte é de 132 famílias com ao menos um refugiado estatutário natural de Angola, que englobaram um total de 208 imigrantes angolanos.

3.2. Os fluxos de angolanos para o Brasil em três períodos: análise dos resultados

Nesta seção apresentamos os resultados obtidos através das análises dos Censos Demográficos e da pesquisa CVPR para os três períodos propostos: *1) a década de 1970 e a imigração forçada a partir da independência de Angola; 2) a década de 1980 e a guerra civil no meio rural de Angola – período de baixa intensidade; 3) Da década de 1990 aos dias atuais - a retomada da imigração com novo perfil migratório e a especificidade do Rio de Janeiro.*

3.2.1. A década de 1970 e a imigração forçada a partir da independência de Angola

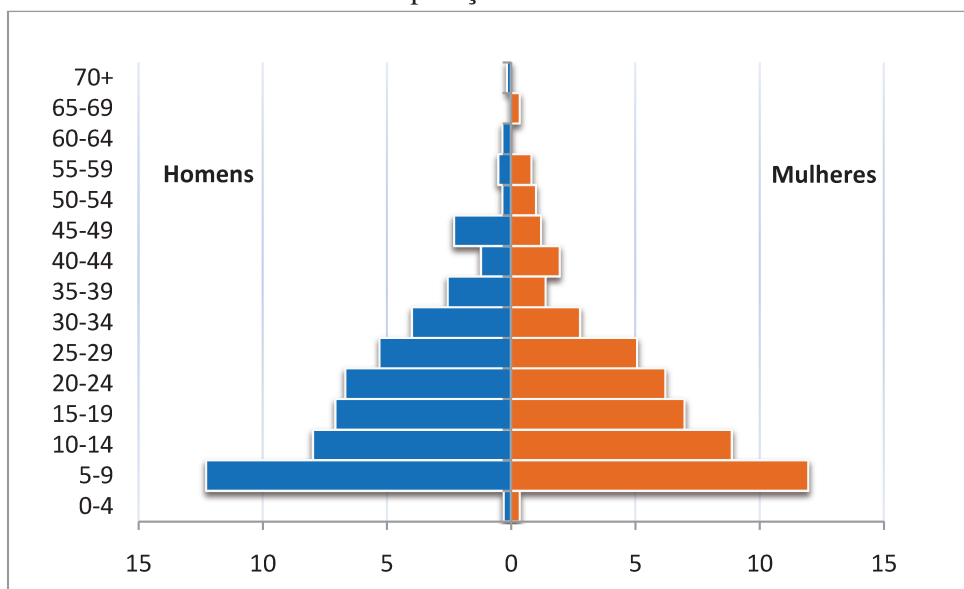
A Angola permaneceu em estado de guerra desde 1961, quando estourou a guerra pela libertação nacional, até 2002, com o final da guerra civil. Como vimos, a guerra pela libertação nacional culminou com a independência do país em 1975 e com a retirada do

Estado Colonial Português de seu território, que esteve entranhado lá por quase 500 anos. O conflito foi responsável pelo primeiro grande fluxo de emigração forçada de angolanos, que foram para os recém independentes países do Zaire e Zâmbia, além de para o Brasil, que foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (Billon, 2001). O final abrupto da colônia portuguesa também foi responsável por um deslocamento massivo de cerca de 340 mil colonos brancos (Kalumiya, 2004). A ascendência portuguesa, como veremos adiante, é uma importante característica da imigração de angolanos para o Brasil neste período. Segundo Ribeiro (1996), estes imigrantes pertenciam à classe média alta, classe média baixa e proletariados urbanos de Angola, e os jovens tinham formação acadêmica, mas não possuíam alto poder aquisitivo.

Como exposto anteriormente, para análise desta década propomos que as informações sobre imigrantes angolanos contidas no Censo Demográfico de 1980 dizem respeito, sobretudo, aos imigrantes chegados na década imediatamente anterior ao censo, isto é, a década de 1970. Foram captados na amostra expandida 2.306 angolanos vivendo no estado de São Paulo, divididos em 1.140 famílias. Para o estado do Rio de Janeiro foram captados na amostra expandida 1.426 angolanos em 755 famílias. Nos gráficos 5 e 6 podemos observar as pirâmides etárias dos imigrantes para o estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 1980. Percebemos uma importância da faixa etária de 5 a 9 anos, apontando para uma migração familiar onde as crianças acompanharam os pais. A pirâmide do Estado de São Paulo (gráfico 5) é de base larga a partir dos 5 anos de idade afinado-se a partir dos 35 anos. Já na pirâmide do Estado do Rio de Janeiro (gráfico 6), observamos uma base um pouco mais estreita a partir dos 5 anos de idade, com importância para os homens de 20-24 anos, apontando uma tendência de migração de jovens homens angolanos para o Rio de Janeiro que se intensificará na década de 1990, como veremos mais adiante.

Gráfico 5

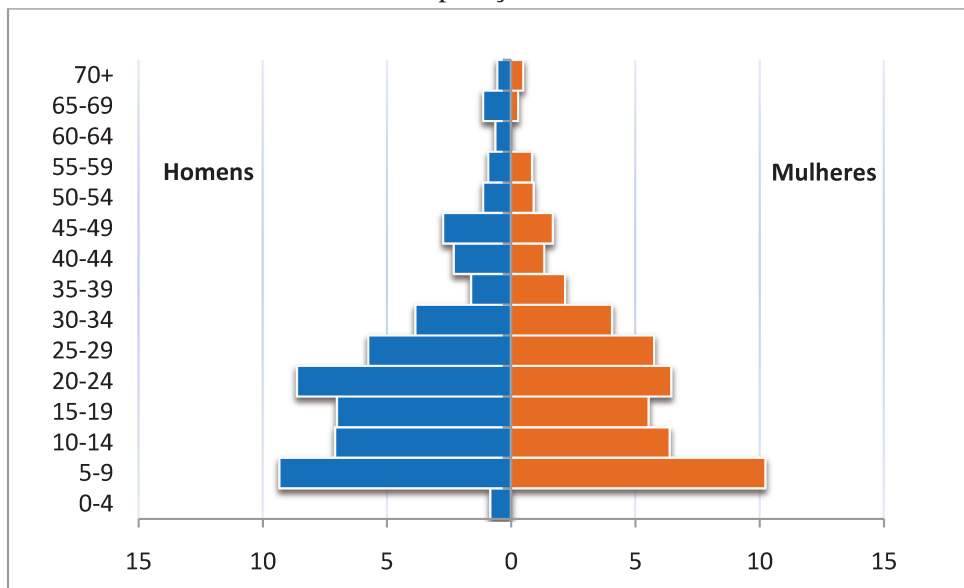
Distribuição percentual de faixas etárias segundo sexo de imigrantes angolanos. Estado de São Paulo. População residente em 1980



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos – 1980.
Nota: N=2.306

Gráfico 6

Distribuição percentual de faixas etárias segundo sexo de imigrantes angolanos. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1980

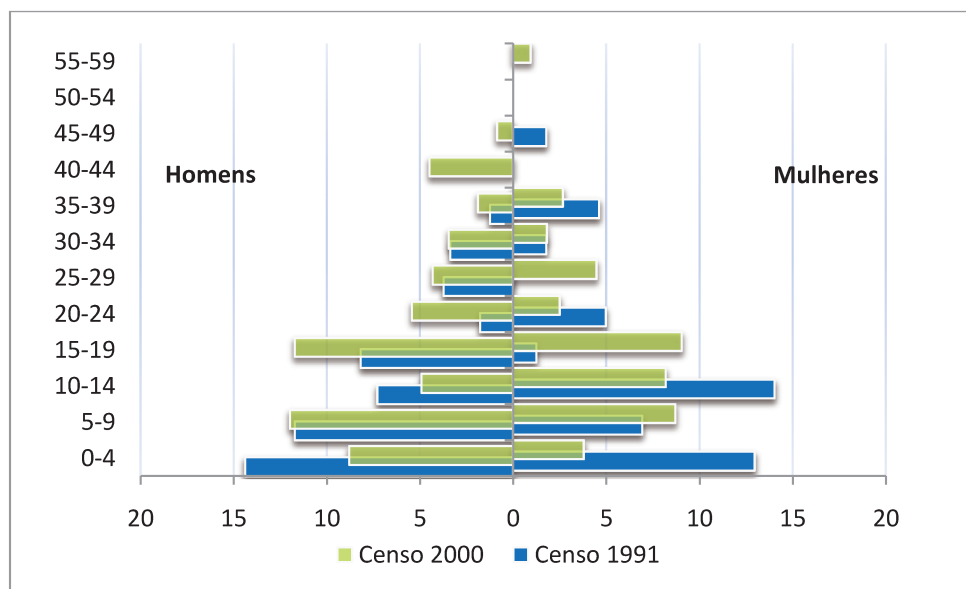


Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos - 1980.
Nota: N=1.120

Para comparação com as pirâmides de migração acumulada do Censo de 1980, utilizamos os dados de 1991 e 2000 para a construção de pirâmides a partir da idade quando fixou residência no Brasil (idade da imigração) (gráficos 7 e 8). Estes gráficos captam os migrantes que migraram há mais de uma década, sofrendo de forma mais importante o efeito da mortalidade e da re-emigração. Ainda assim, como o dado captado é a idade ao imigrar, podemos utilizá-las na análise. Vemos no gráfico 7, relativo ao Estado de São Paulo, que de fato a idade ao imigrar apresenta forte concentração nas faixas etárias iniciais (0 a 14) e jovens (15 a 24). Comparando os dois Estados, percebemos que São Paulo perde imigrantes entre 1991 e 2000 nas idades iniciais, ao passo que o Rio de Janeiro recebe imigrantes que imigraram nas idades iniciais. Isto indica possivelmente uma migração interna destes angolanos em direção ao Rio de Janeiro, que concentra a imigração angolana a partir da década de 1990. O ganho de imigrantes da mesma coorte entre os dois Censos também pode se dever ao processo de documentação destes ao longo do tempo.

Gráfico 7

Distribuição percentual da idade ao migrar por sexo de imigrantes angolanos. Estado de São Paulo. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1970. População residente em 1991 e 2000



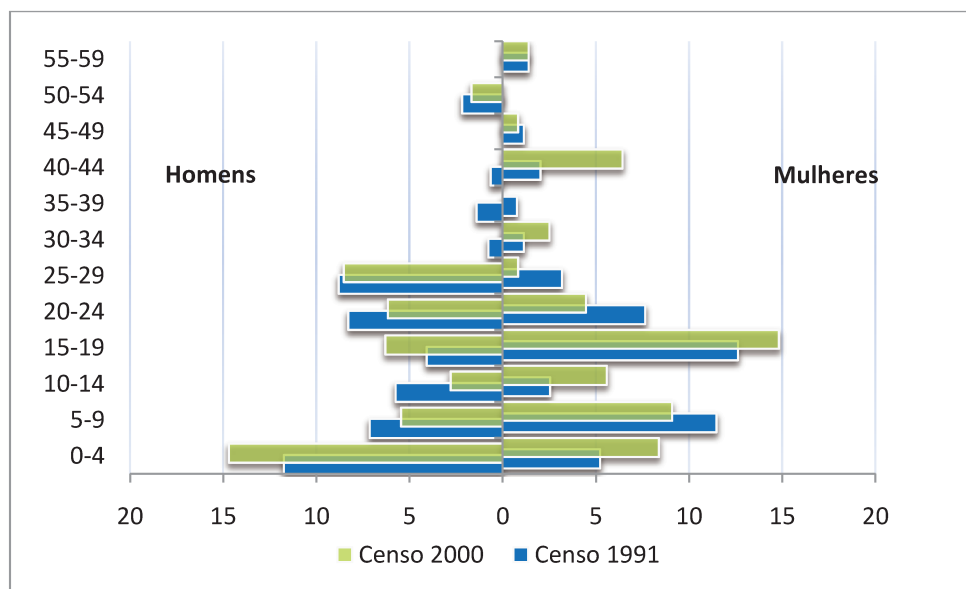
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 1991 e 2000.

Nota 1: N de 1991 = 564 / N de 2000 = 1.161

Nota 2: A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Gráfico 8

Distribuição percentual da idade ao migrar por sexo de imigrantes angolanos. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1970. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 1991 e 2000.

Nota 1: N de 1991 = 787 / N de 2000 = 715

Nota 2: A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

A indicação que nos foi dada pelas pirâmides etárias de uma imigração eminentemente familiar é confirmada quando fazemos a tipologia das famílias. Os imigrantes angolanos captados pelo Censo de 1980 estão fortemente concentrados (78%) no tipo de família *'casal com filhos'* em São Paulo e no Rio de Janeiro (tabela 2). Como a amostra utilizada é pequena e não podemos fazer inferências sobre aqueles tipos familiares que apresentaram uma distribuição pequena dos casos, passaremos aqui para a análise apenas do tipo familiar *casal com filhos*.

Tabela 2

Tipos de Família com presença de imigrantes angolanos (migração acumulada). Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1980

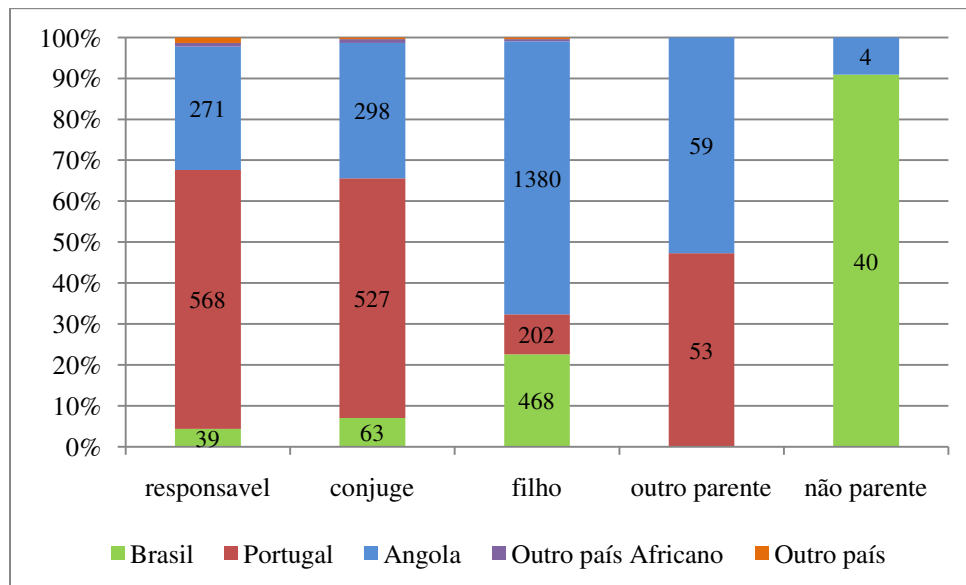
Tipos de Família	São Paulo		Rio de Janeiro	
	Número de Famílias	Distribuição percentual	Número de Famílias	Distribuição percentual
<i>casal sem filhos</i>	118	10,4	66	8,7
<i>casal com filhos</i>	898	78,8	592	78,4
<i>mulher sem filhos</i>	4	0,4	21	2,8
<i>mulher com filhos</i>	35	3,1	23	3,0
<i>homem sem filhos</i>	57	5,0	41	5,4
<i>homem com filhos</i>	8	0,7	4	0,5
<i>individual em domicílio coletivo</i>	20	1,8	8	1,1
Total	1140	100	755	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 1980.

Nos gráficos 9 e 10 observamos a distribuição por nacionalidades dos integrantes da família *casal com filhos*. Percebemos a ligação com a independência de Angola, que gerou sobretudo a expulsão de famílias de colonos portugueses, ou, no nosso caso, famílias formadas por portugueses e angolanos. Como veremos adiante, este padrão de famílias formadas por portugueses e angolanos é característico apenas desta década, sendo que o elemento português na família com angolanos perde importância nas migrações das décadas seguintes.

Gráfico 9

Distribuição das pessoas nas famílias de tipo 'Casal com Filhos' de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Estado de São Paulo. População residente em 1980



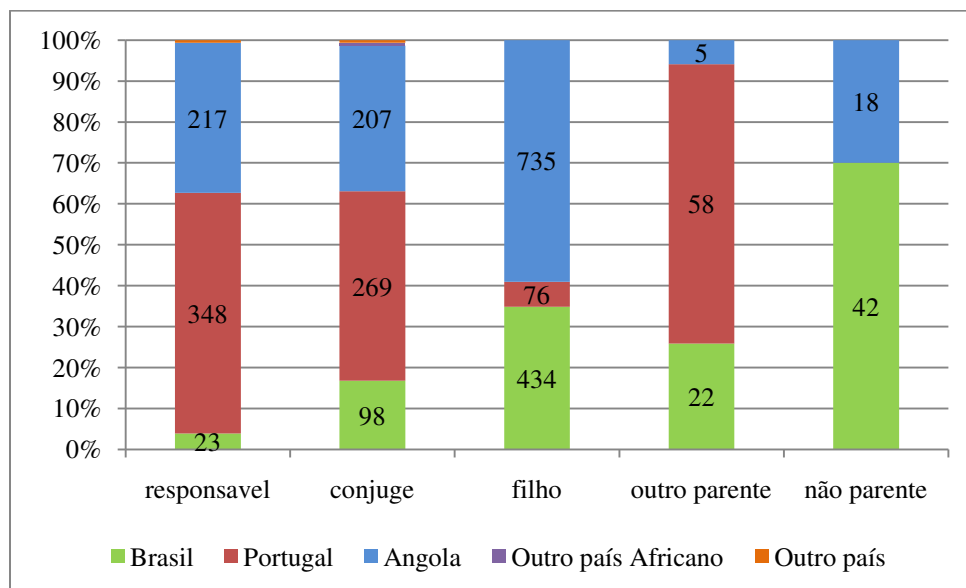
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 1980.

Nota: Famílias com a presença de imigrante(s) angolano(s).

Nota 2: A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Gráfico 10

Distribuição das pessoas nas famílias de tipo 'Casal com Filhos' de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1980



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 1980.

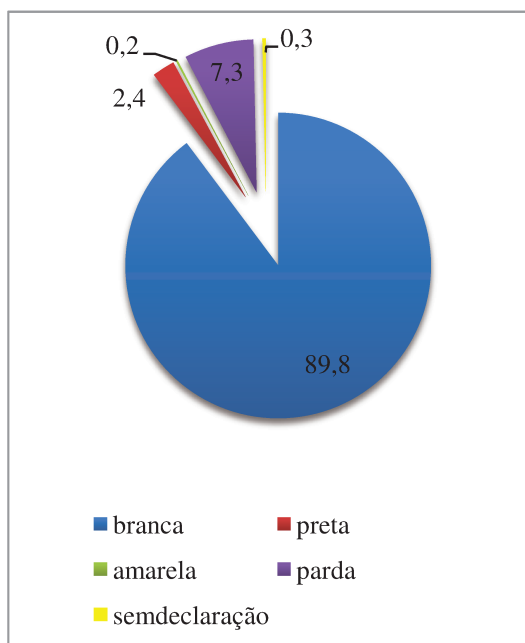
Nota: Famílias com a presença de imigrante(s) angolano(s).

Nota 2: A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

O elemento diferencial desta década é a ascendência portuguesa dos imigrantes angolanos que chegaram, sobretudo, após o final do domínio português em Angola. Esta importante característica é ressaltada pelo quesito cor. Os gráficos 11 e 12 mostram a distribuição por cor dos imigrantes angolanos de acordo com o Censo de 1980. Vemos que nos dois estados a maioria dos angolanos se declarou de cor branca.

Gráfico 11

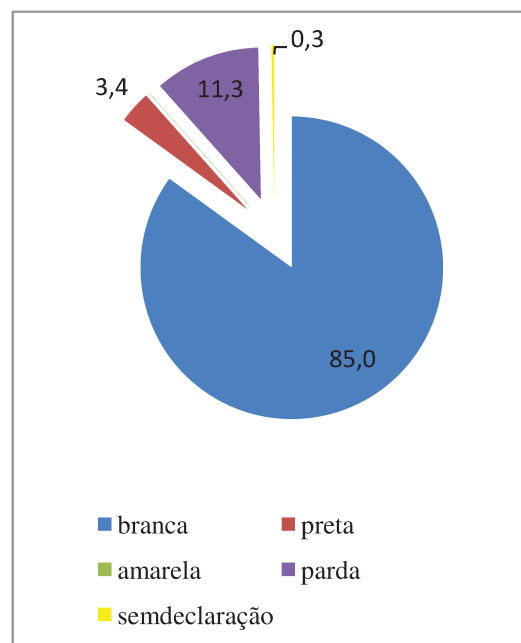
Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Estado de São Paulo. População residente em 1980



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 1980.

Gráfico 12

Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1980



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 1980.

3.2.2. A década de 1980 e a guerra civil no meio rural de Angola – período de baixa intensidade

Esta década é tida por alguns autores (Ribeiro, 1996; Petrus, 2001) como uma década de menor intensidade do fluxo migratórios de angolanos para o Brasil. O que se observou no Censo Demográfico de 1991 é que de fato houve uma queda drástica na captação destes imigrantes, especialmente em São Paulo. Conforme podemos observar na tabela 3, o censo de 1991 só captou em São Paulo 26 famílias (compreendendo 30 angolanos) que tiveram o processo migratório iniciado na década de 1980. Para o Estado do

Rio de Janeiro a captação é baixa, mas com mais importância do que o estado de São Paulo. Foram captadas no Rio de Janeiro 98 famílias (compreendendo 191 angolanos) que migraram na década de 1980.

Tabela 3

Tipos de Família com presença de imigrantes angolanos que tiveram o processo migratório iniciado na década de 1980. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991

Tipos de Família	São Paulo		Rio de Janeiro	
	Número de Famílias	Distribuição percentual	Número de Famílias	Distribuição percentual
<i>casal com filhos</i>	5	20,7	55	55,6
<i>mulher sem filhos</i>	14	54,6	12	12,5
<i>homem sem filhos</i>	-	-	31	32,0
<i>individual em domicílio coletivo</i>	6	24,7	-	-
Total	26	100	98	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Como a captação no Censo de 1991 foi extremamente baixa, olharemos também os dados do Censo Demográfico 2000 para os imigrantes que pertencentes às famílias nas quais o migrante mais antigo fixou residência no Brasil entre os anos de 1981 e 1990. Na tabela 4 temos os dados referentes ao Censo 2000, que captou 209 famílias em São Paulo (com 334 angolanos) e 127 famílias no Rio de Janeiro (com 283 angolanos). Como já foi exposto anteriormente, essa diferença na captação entre os censos demográficos de uma mesma coorte de imigrantes (que chegaram na mesma década) pode-se dever ao fato de que o processo de documentação da permanência no país pode ser bastante demorado. Os dados

do Censo de 2000 podem ser sido beneficiados neste sentido por ter acontecido próximo à anistia de 1998.

Tabela 4

Tipos de Família com presença de imigrantes angolanos que tiveram o processo migratório iniciado na década de 1980. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 2000

Tipos de Família	São Paulo		Rio de Janeiro	
	Número de Famílias	Distribuição percentual	Número de Famílias	Distribuição percentual
<i>casal sem filhos</i>	30	14,5	9	7,0
<i>casal com filhos</i>	110	52,9	73	57,5
<i>mulher sem filhos</i>	10	4,6	-	-
<i>mulher com filhos</i>	20	9,4	7	5,7
<i>homem sem filhos</i>	20	9,5	27	20,9
<i>homem com filhos</i>	13	6,3	11	8,8
<i>individual em domicílio coletivo</i>	6	2,8	-	-
Total	209	100	127	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Dada esta diferença de captação entre os Censos, optamos pela utilização dos dados de 1991 e 2000 na análise da década de 1980 para o Rio de Janeiro. Já para o estado de São Paulo optamos por utilizar apenas os dados de 2000, mais representativos.

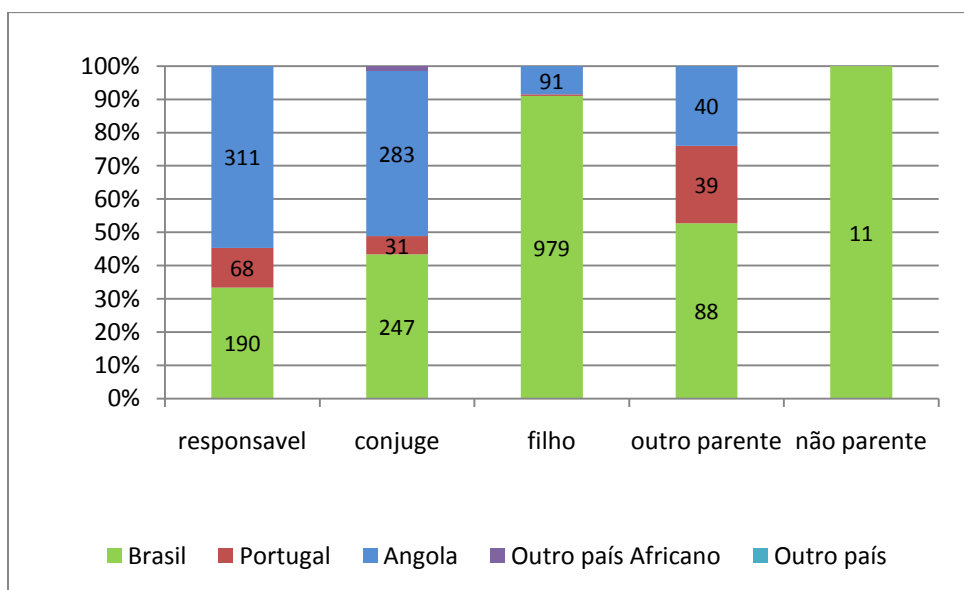
Ao analisarmos os tipos de famílias em ambos os Estados, observamos que a concentração continua sendo no tipo familiar '*casal com filhos*', mas já com queda significativa. Na década de 1970 este tipo familiar concentrava quase 80% das famílias, e na década de 1980 fica em torno dos 50%. Importante observar que a categoria '*homem sem filhos*' ganhou importância no Estado do Rio de Janeiro, apresentando concentração

entre 20% e 30% das famílias. Esta é uma tendência que irá se intensificar na década de 1990, como veremos adiante.

Na distribuição dos membros das famílias por país de nascimento (gráfico 13), observamos que o Estado de São Paulo ainda apresenta um resquício da formação familiar com portugueses, característica da década anterior, mas que a presença principal nas famílias é a de brasileiros. Como estamos analisando para São Paulo apenas os dados de 2000, a grande presença de brasileiros na formação familiar sofre influência de estes serem migrantes com mais de uma década de residência no Brasil.

Gráfico 13

Distribuição das pessoas nas famílias de tipo 'Casal com Filhos' de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado de São Paulo. População residente em 2000



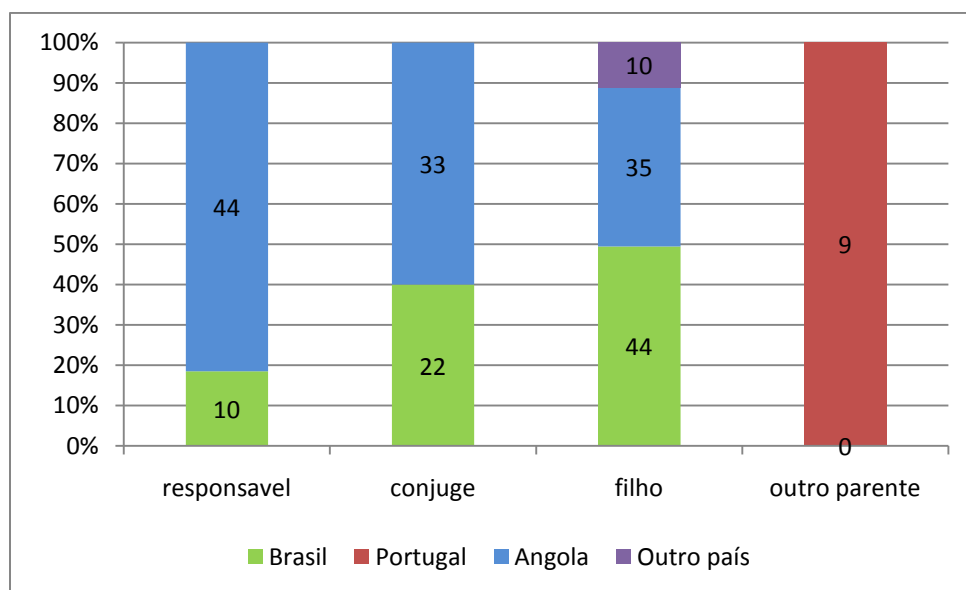
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

No estado do Rio de Janeiro (gráficos 14 e 15) observamos que a presença do português nas famílias praticamente desapareceu. O que os gráficos nos mostram são famílias predominantemente formadas por responsáveis angolanos e cônjuges brasileiros. Os filhos são brasileiros e angolanos em proporções parecidas ao analisarmos os dados de 1991. Contudo, conforme estes migrantes estão há mais tempo no Brasil, a proporção de filhos brasileiros cresce, como podemos observar nos dados de 2000.

Gráfico 14

Distribuição das pessoas nas famílias de tipo 'Casal com Filhos' de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 1991

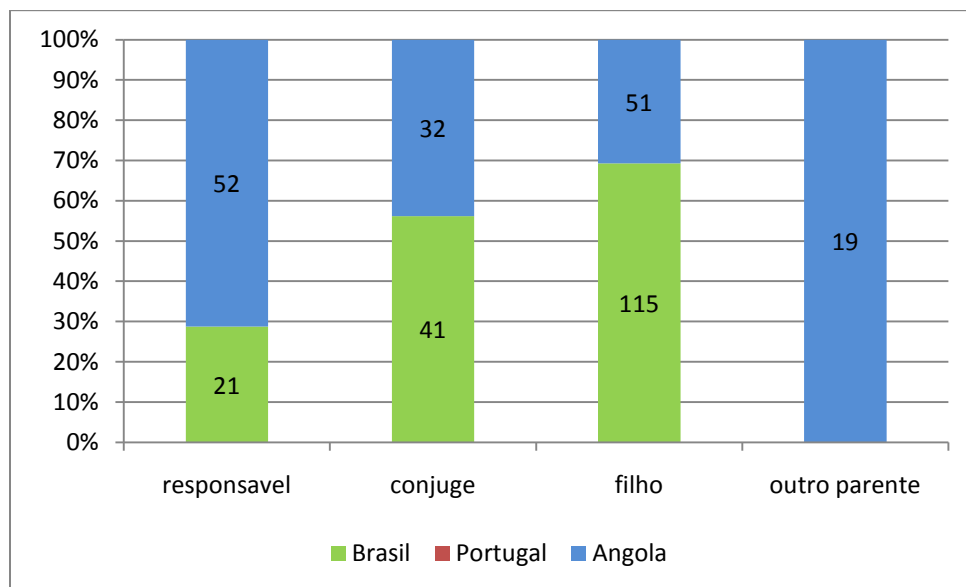


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Gráfico 15

Distribuição das pessoas nas famílias de tipo 'Casal com Filhos' de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000



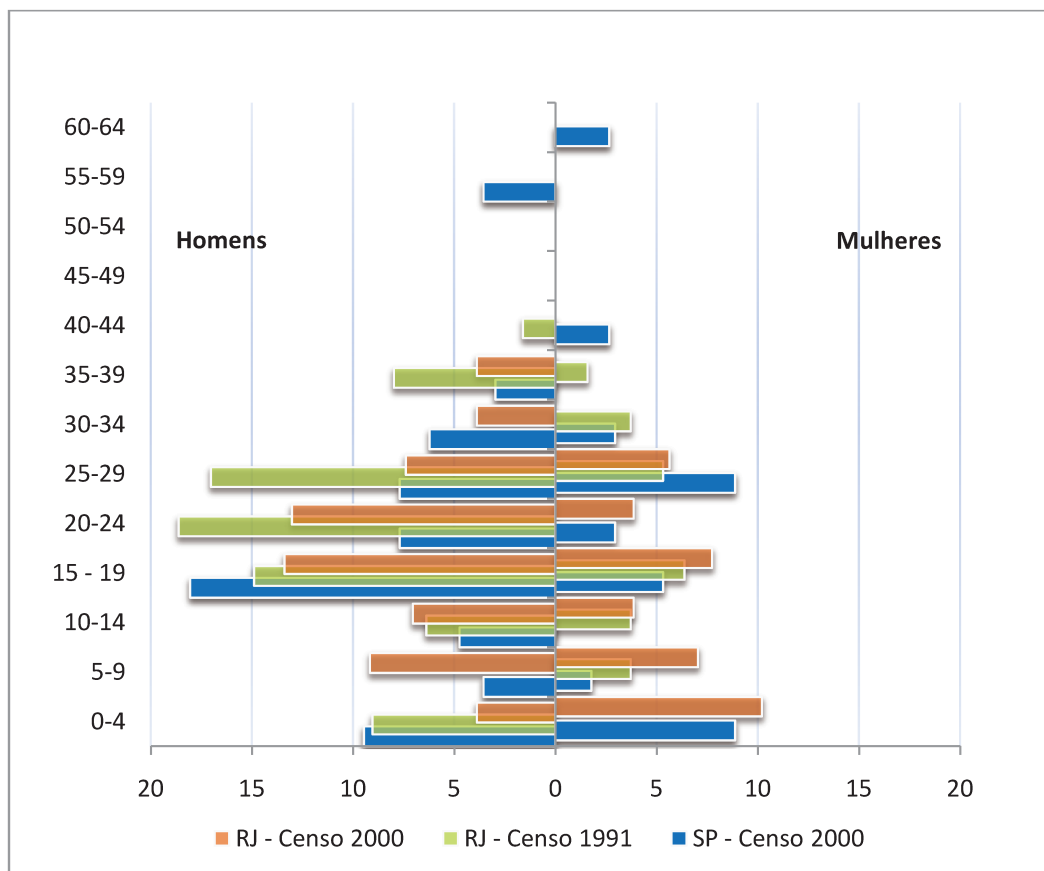
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

No gráfico 16 temos a pirâmide etária construída com a idade ao imigrar dos imigrantes pertencentes às famílias que iniciaram sua imigração para o Brasil na década de 1980. Percebemos já a forte tendência de uma imigração masculina jovem tanto no estado de São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Eles se concentram nas faixas etárias de 15 a 19 anos em São Paulo e de 15 até 29 anos no Rio de Janeiro. Segundo vimos, autores identificaram neste momento a chegada ao país principalmente de estudantes angolanos, o que condiz com as faixas etárias identificadas aqui.

Gráfico 16

Distribuição percentual da idade ao migrar por sexo de imigrantes angolanos. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos – 1991 e 2000.

Nota 1: N para SP = 334 / N para RJ em 1991 = 191 / N para RJ em 2000 = 283

Nota 2: A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Nas tabelas 5 e 6 temos a distribuição por ano de chegada dos imigrantes pertencentes às famílias que se fixaram no Brasil na década de 1980. Como descrito anteriormente, fixamos a data do primeiro imigrante ao chegar no Brasil dentro de cada família. Com isso podemos captar como as famílias foram se reconstituindo após a chegada do primeiro imigrante. Utilizando os dados de 2000 para analisar as famílias que tiveram o

processo migratório iniciado na década de 1980 percebemos que muitos imigrantes que integram a família chegaram na década de 1990. Agregamos esta informação para identificar quantas famílias tiveram sua reconstituição em anos diferentes, isto é, o primeiro imigrante da família chegou ao Brasil e nos anos seguintes os demais integrantes da família (gráfico 17). Esta informação é um indicativo da migração enquanto um processo, que pode levar anos para ser completada enquanto decisão familiar. Também podemos inferir a importância dos laços de parentesco, isto é, das redes sociais, na continuidade da migração angolana para o Brasil.

Tabela 5

Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado de São Paulo. População residente em 2000

Ano que fixou residência no Brasil	Número de Imigrantes Angolanos	Distribuição percentual	Percentual Acumulado
1981	8,5	2,6	2,6
1982	19	5,8	8,4
1983	40	12,0	20,3
1984	12	3,6	23,9
1985	29	8,6	32,5
1987	42	12,5	45,0
1988	17	5,1	50,1
1989	64	19,2	69,3
1990	28	8,3	77,6
1992	9	2,6	80,3
1996	56	16,9	97,1
1997	10	2,9	100,0
Total	334	100	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 6

Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000

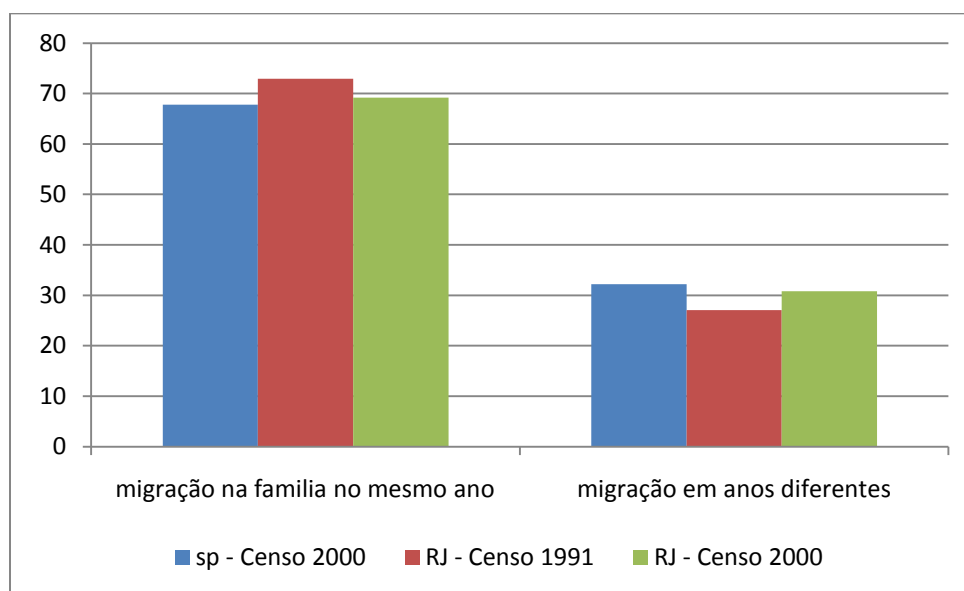
Ano que fixou residência no Brasil	Número de Imigrantes Angolanos	Distribuição percentual	Percentual Acumulado
1981	24	8,4	8,4
1985	9	3,3	11,7
1986	23	8,0	19,6
1987	11	3,8	23,4
1988	68	23,8	47,3
1990	47	16,5	63,8
1993	32	11,3	75,1
1995	9	3,1	78,2
1996	45	15,8	94,1
1998	8	3,0	97,0
1999	8	3,0	100,0
Total	283	100	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Gráfico 17

Ocorrência de migração em anos diferentes dentro da mesma família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1980. . Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 1991 e 2000



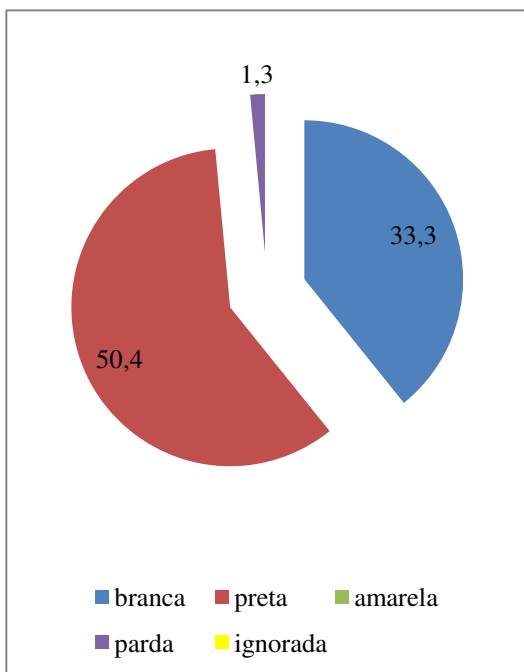
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos – 1991 e 2000. Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

No quesito cor, vemos nos gráficos 18 e 19 que houve uma inversão em relação à década de 1970. A maioria dos imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980, segundo dados de 2000, se declarou de cor preta. Em São Paulo a distribuição ainda é bastante dividida entre pretos e brancos, já no Rio de Janeiro há uma clara predominância de imigrantes que se declararam pretos ou pardos.

Gráfico 18

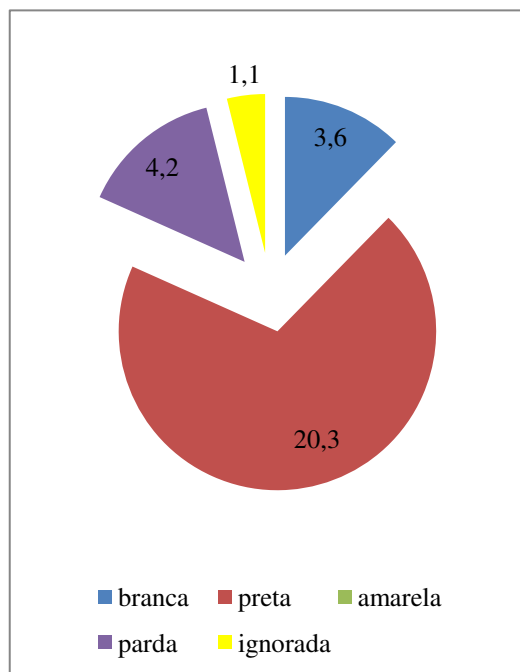
Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado de São Paulo. População residente em 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.
Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Gráfico 19

Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1980. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.
Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

3.2.3. Da década de 1990 aos dias atuais - a retomada da imigração com novo perfil migratório e a especificidade do Rio de Janeiro

Para a análise desta década temos disponíveis os dados do Censo Demográfico 2000 e da pesquisa CVPR. Contudo, como exposto na metodologia, utilizamos apenas os dados da CVPR para o Rio de Janeiro.

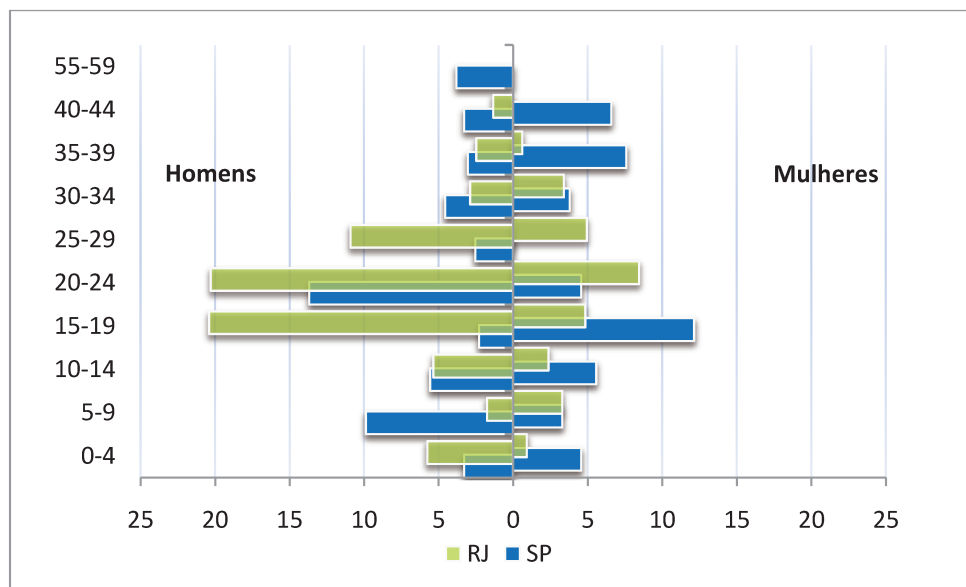
A década de 1990 foi marcada pela intensificação dos conflitos da guerra civil em Angola, que voltaram a pressionar os angolanos a deixar o seu país e o Brasil torna-se um importante destino. O Censo 2000 captou 392 imigrantes angolanos residindo no estado de São Paulo e 971 no Rio de Janeiro. Nos períodos de guerra, o Brasil foi um dos poucos países a manterem o consulado aberto e a concessão de vistos para os angolanos. Neste período ocorre uma pressão muito grande sobre os jovens angolanos com idades entre 17 e 18 anos, que eram obrigados a entrar para a FAA ou cooptados para lutar pela UNITA (Petrus, 2001). Isso irá refletir na pirâmide etária dos migrantes chegados ao Brasil. Como podemos observar no gráfico 15, o fluxo de angolanos que chega ao Brasil é formado essencialmente por jovens do sexo masculino (característica que já observamos se delineando na década de 1980). Segundo Petrus (2001), para a geração de jovens angolanos do sexo masculino, negros e pobres, a emigração parece ter-se tornado a “única saída”. Relatos recolhidos pela pesquisadora entre jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro indicam que

a emigração já foi incorporada como uma tradição de gerações em Angola e naturalizada como a etapa subsequente da migração da família para Luanda, pelos que nasceram em outras cidades e províncias. Mais do que isso, a emigração é considerada, por todos os jovens, como a forma maior de afirmação de seu direito à liberdade e à busca de condições mais dignas e seguras de vida (Petrus, 2001: 52).

Ainda segundo a autora, os jovens imigrantes angolanos do Rio de Janeiro constroem sua auto-imagem sobre a idéia da migração como busca por melhores condições de vida. O Brasil é muitas vezes visto como uma escala do processo migratório, e os jovens buscam continuidade dos estudos e qualificação para entrar no mercado de trabalho. Contudo, os jovens entrevistados por Petrus revelaram que um dos principais fatores que os levaram a deixar Angola foi a fuga do recrutamento militar. O processo de recrutamento para incorporação às tropas das forças armadas ficou conhecido como “rusgas”. Durante as rusgas, policiais faziam buscas em ruas e casas de Luanda para recolher os jovens com idade para o recrutamento militar. Segundo a autora, as rusgas aconteceram com maior frequência em 1993, e de 1997 a 2000, nos períodos de intensificação dos conflitos. Os jovens recusavam-se a lutar em uma guerra com a qual não se sentiam comprometidos, e para não serem recrutados para ingressá-la, viam a emigração como única saída, não importando o destino para onde iriam.

Gráfico 20

Distribuição percentual da idade ao migrar por sexo de imigrantes angolanos. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 1991 e 2000.

Nota 1: N do RJ = 971 / N de SP = 392

Nota 2: A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Outra característica importante desta década é que este fluxo foi dirigido principalmente ao Rio de Janeiro. O aeroporto do Rio de Janeiro é uma das importantes portas de entrada no país para os angolanos, pois é onde chega o vôo que sai de Luanda para o Brasil. Os aeroportos funcionam como fronteiras nacionais, através dos quais o estado regula e controla a entrada e a saída de pessoas do território nacional.

O avião foi a principal forma de entrada no Brasil dos imigrantes entrevistados pela pesquisa CVPR (tabela 7). Segundo Petrus (2001), os angolanos vêm o aeroporto do Rio de Janeiro como uma fronteira relativamente fácil de ser cruzada em relação aos aeroportos europeus. Muitos vêm o Brasil a partir disso como uma etapa migratória que teria como

destino final a Europa. Este poderia ser um dos motivos pelos quais os jovens angolanos passaram cada vez menos a entrar com o processo de refúgio, pois uma vez adquirido o estatuto de refugiado, o imigrante passa a ter sua saída do país tutelada pelo Governo brasileiro.

Além disso, graças às relações entre Brasil e Angola, ligadas em parte aos investimentos da Petrobrás e da Odebrecht em Angola, que pressionou para a abertura da linha aérea Rio de Janeiro-Luanda, foram estabelecidas uma série de redes entre os dois países a partir da cidade do Rio de Janeiro. Estas redes consolidaram-se na cidade com imigrantes chegados nas décadas anteriores, estabelecendo inclusive um importante comércio informal entre as cidades do Rio de Janeiro e Luanda, conhecido como “mukunza” (Petrus, 2001). Este comércio, é uma importante rede que une os dois países e influencia na migração como uma decisão familiar, pois possibilita através da vinda dos jovens angolanos para o Brasil um “esquema” que mobiliza vários membros da família, tanto no Rio de Janeiro quanto em Luanda (Petrus, 2001).

Veremos adiante como estas redes influenciaram na continuidade do fluxo de imigrantes angolanos para o Brasil, e nas possibilidades de permanência documentada no país através do refúgio.

Tabela 7

Meio de transporte de saída do país de origem e de chegada ao Brasil dos imigrantes angolanos*. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estados do Rio de Janeiro. População residente em 2007

	Como saiu do país de origem?	Como chegou ao Brasil?
avião	191	196
barco/ navio	3	3
carro/ caminhão	3	-
não sabe	2	-
não respondeu	9	9
Total	208	208

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Esse perfil migratório influenciou na distribuição dos tipos de família dos migrantes. Como vimos acima, a formação familiar *'casal com filhos'* foi predominante na década de 1970, com níveis próximos aos 80%, e manteve níveis altos na década de 1980 (acima dos 50%), quando já pudemos observar o crescimento do tipo *'homem sem filhos'*. Na década de 1990 essa tendência de diminuição dos casais com filhos e aumento dos homens sem filhos foi intensificada (tabela 8). No estado de São Paulo, isso ocorreu com menos intensidade, sendo 50% das famílias *'casal com filhos'* e 16% *'homem sem filhos'*. A grande mudança no padrão de formação familiar, que acompanhou a mudança no padrão demográfico (idade e sexo) dos imigrantes, se deu no Rio de Janeiro, onde da década de 1990 a formação *'casal com filhos'* correspondia a 40% das famílias, enquanto a os *'homens sem filhos'* subiram para 33% do total.

Quando observamos os dados da pesquisa CVPR para o Rio de Janeiro vemos que um padrão um pouco diferenciado dos dados do Censo (tabela 9). Isso mais uma vez nos indica como os refugiados estatutários não são representativos do fluxo total de imigrantes

angolanos. Esse diferencial pode dever-se ao fato de que muitos dos jovens angolanos que chegaram após 1993 não chegaram a solicitar o estatuto de refugiado.

Tabela 8

Tipos de Família com presença de imigrantes angolanos que tiveram o processo migratório iniciado na década de 1990. Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 2000

Tipos de Família	São Paulo		Rio de Janeiro	
	Número de Famílias	Distribuição percentual	Número de Famílias	Distribuição percentual
<i>casal sem filhos</i>	13	5,8	44	10,1
<i>casal com filhos</i>	110	49,8	170	39,4
<i>mulher sem filhos</i>	29	13,3	10	2,4
<i>mulher com filhos</i>	21	9,6	47	10,8
<i>homem sem filhos</i>	36	16,1	144	33,2
<i>homem com filhos</i>	-	-	8	1,8
<i>individual em domicílio coletivo</i>	12	5,3	10	2,3
Total	221	100	433	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 9

Tipos de Família com presença de refugiado(s) estatutário(s). Famílias que tiveram o processo migratório iniciado na década de 1990. Estados do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Tipos de Família	Número de Famílias
<i>casal sem filhos</i>	7
<i>casal com filhos</i>	68
<i>mulher sem filhos</i>	9
<i>mulher com filhos</i>	17
<i>homem sem filhos</i>	25
<i>homem com filhos</i>	6
Total	132

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

A distribuição segundo país de nascimento dentro das famílias (tabelas 10 e 11, gráficos 21 e 22) é similar à observada na década anterior, com a presença residual de alguns portugueses no Estado de São Paulo. No Rio de Janeiro a predominância é de responsáveis e cônjuges angolanos (cerca de 70%) com filhos brasileiros (mais de 70%).

Tabela 10

Distribuição das pessoas nas famílias de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000

Tipos de Família	Relação com o responsável da família	Número de pessoas por País de Nascimento					Total
		Brasil	Portugal	Angola	Outro país Africano	Outro país	
<i>casal sem filhos</i>	responsavel	13	0	0	0	0	13
	conjuge	0	0	13	0	0	13
	Total	13	0	13	0	0	26
<i>casal com filhos</i>	responsavel	26	10	59	0	15	110
	conjuge	37	10	63	0	0	110
	filho	99	10	61	0	40	210
	outro parente	0	0	29	0	0	29
	não parente	0	0	10	0	0	10
	Total	162	30	222	0	55	469
<i>mulher sem filhos</i>	responsavel	0	0	29	0	0	29
	outro parente	38	0	9	0	0	47
	Total	38	0	38	0	0	76
<i>mulher com filhos</i>	responsavel	8	0	13	0	0	21
	filho	8	0	21	0	0	29
	outro parente	8	0	13	0	0	21
	Total	24	0	47	0	0	71
<i>homem sem filhos</i>	responsavel	0	0	36	0	0	36
	outro parente	0	0	24	0	0	24
	Total	0	0	60	0	0	60
<i>individual em domicílio coletivo</i>	Total	0	0	12	0	0	12

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 11

Distribuição das pessoas nas famílias de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990.

Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000

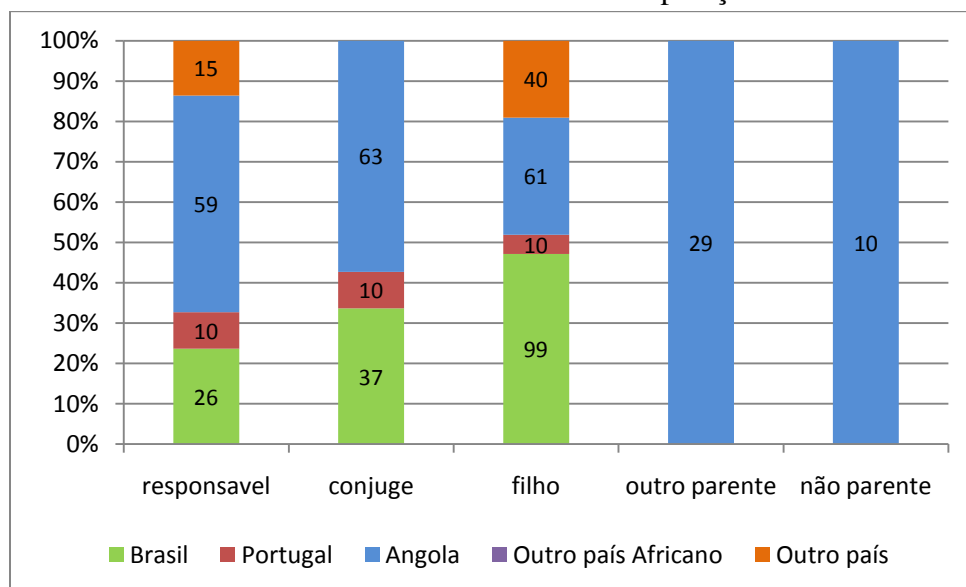
Tipos de Família	Relação com o responsável da família	Número de pessoas por País de Nascimento					Total
		Brasil	Portugal	Angola	Outro país Africano	Outro país	
<i>casal sem filhos</i>	responsavel	32	0	12	0	0	44
	conjuge	23	0	20	0	0	43
	outro parente	12	0	0	0	0	12
	não parente	0	0	23	0	0	23
	Total	67	0	55	0	0	122
<i>casal com filhos</i>	responsavel	42	0	117	11	0	170
	conjuge	54	0	116	0	0	170
	filho	223	8	81	0	0	312
	outro parente	0	0	48	0	0	48
	não parente	0	0	8	0	0	8
Total	319	8	370	11	0	708	
<i>mulher sem filhos</i>	responsavel	0	0	0	10	0	10
	outro parente	0	0	10	0	0	10
	Total	0	0	10	10	0	20
<i>mulher com filhos</i>	responsavel	11	0	36	0	0	47
	filho	29	0	37	0	0	66
	outro parente	0	0	22	0	0	22
	Total	40	0	95	0	0	135
<i>homem sem filhos</i>	responsavel	0	0	144	0	0	144
	outro parente	0	0	71	0	0	71
	não parente	0	0	185	0	0	185
	Total	0	0	400	0	0	400
<i>homem com filhos</i>	responsavel	0	0	8	0	0	8
	filho	0	0	15	0	0	15
	outro parente	0	0	8	0	0	8
	Total	0	0	31	0	0	31
<i>individual em domicílio coletivo</i>	Total	0	0	10	0	0	10

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Gráfico 21

Distribuição das pessoas nas famílias de tipo 'Casal com Filhos' de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000

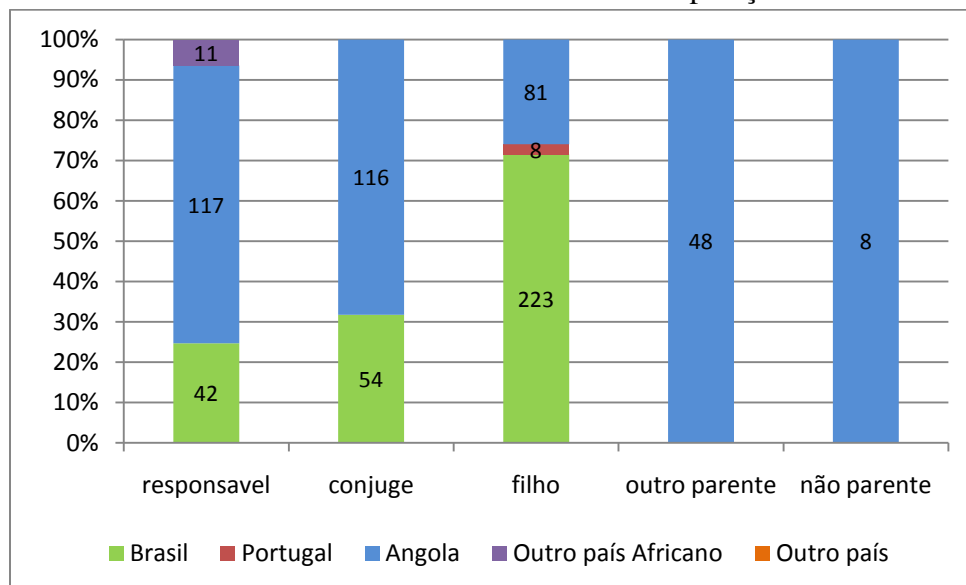


Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Gráfico 22

Distribuição das pessoas nas famílias de tipo 'Casal com Filhos' de acordo com o país de nascimento e relação com o responsável pela família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Quando analisamos os dados sobre o ano de entrada destes imigrantes (tabelas 12 e 13) vemos um forte afluxo de angolanos chegando no ano de 1993, ano em que ocorreu a retomada da guerra após os acordos de paz em 1992. O fluxo manteve-se intenso no Rio de Janeiro nos anos seguinte, principalmente entre 1995 e 1998. A queda observada na entrada nos anos de 1999 e 2000 é provavelmente relacionada à proximidade do Censo. Em 2000, os jovens chegados nos anos imediatamente anteriores não haviam se beneficiado da anistia de 1998⁷³, e é provável que muitos ainda não estivessem documentados. Ao analisarmos o ano de entrada no Brasil destes jovens, a partir dos dados da pesquisa CVPR (gráfico 23) observamos um primeiro pico de imigração em 1992 e 1993, após o reinício dos conflitos em Angola, e outro pico entre 1999 e 2000, novo período de intensificação dos conflitos.

É importante observar que estes dados referem-se aos angolanos com estatuto de refugiado. Sendo assim os anos de maior intensidade de entrada de angolanos correspondem também aos anos que o governo brasileiro concedeu mais facilmente o estatuto de refugiado, uma vez que o conflito no país de origem estava evidente. Quando observamos o mesmo gráfico a partir dos dados do Censo 2000 (gráfico 24) temos um padrão diferente na curva. Não podemos assumir que estes dois gráficos representam fielmente o padrão de entrada dos angolanos no Brasil na década de 1990, pela dificuldade de captação dos dados de ambas as fontes, conforme tratamos anteriormente. Contudo, a comparação com os dois gráficos nos aponta para elementos importantes. Em primeiro lugar percebemos a clara influência da retomada da guerra civil em Angola no final de 1992, influenciando em um grande afluxo de imigrantes no ano seguinte. Um segundo ponto

⁷³ Lei de Anistia de 1998 (Lei 9.675, de 29 de junho de 1998). Dados da polícia federal indicaram que 823 angolanos foram beneficiados pela lei. As taxas, que somavam um total de R\$250,00 foram tidas como um dos fatores da baixa abrangência da lei de anistia perante muitos imigrantes, inclusive os angolanos (Petrus, 2001).

importante que podemos assumir a partir de nossa proposta teórica e da análise destes dois gráficos é que, embora a obtenção do estatuto de refugiado tenha sofrido uma clara diminuição entre 1995 e 1998, isto não teve as mesmas implicações no total de imigrantes angolanos, ou seja, o fluxo permaneceu com as mesmas características, embora os imigrantes tivessem mais dificuldades em ser reconhecidos como refugiados no período em que a guerra não estava tão em evidência. Após o aparente final dos conflitos, com o acordo de Lusaka, em 1994, o ACNUR considerava que a Angola não era mais um país em estado de guerra, e os pedidos de refúgio a partir de então passaram a ser analisados de forma mais detalhada e individual. Estas informações foram obtidas durante o período de entrevistas junto às agentes das Cáritas. Em consequência, nos anos que se seguiram os angolanos, que continuaram a chegar ao Brasil, passaram a solicitar o estatuto de refugiado com menos frequência.

Tabela 12

Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000

Ano que fixou residência no Brasil	Número de Imigrantes Angolanos	Distribuição percentual	Percentual Acumulado
1991	47	11,9	11,9
1992	39	9,8	21,7
1993	92	23,5	45,3
1994	27	7,0	52,2
1995	67	17,1	69,3
1997	32	8,2	77,5
1998	31	7,9	85,5
1999	49	12,5	98,0
2000	8	2,0	100,0
Total	392	100	100

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família

Tabela 13

Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000

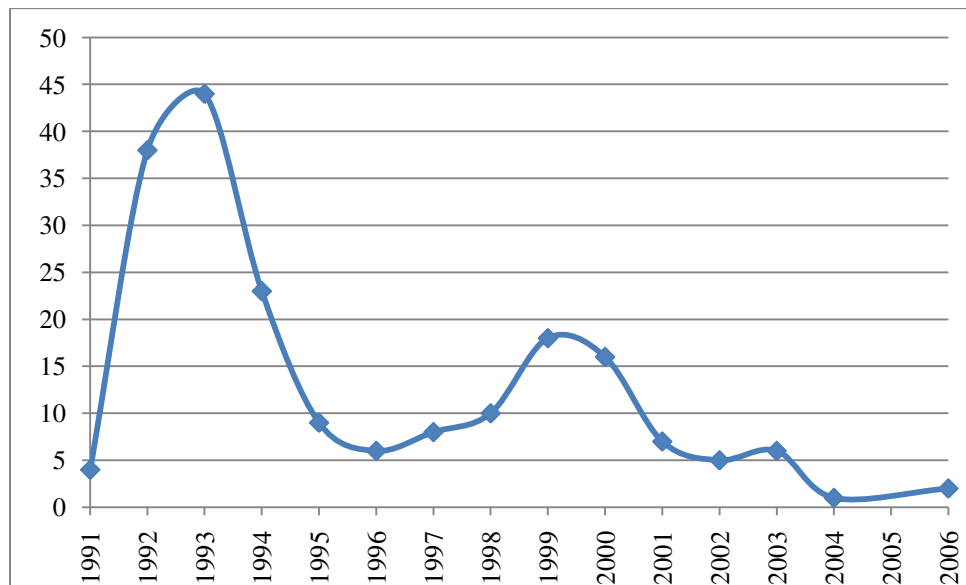
Ano que fixou residência no Brasil	Número de Imigrantes Angolanos	Distribuição percentual	Percentual Acumulado
1992	43	4,4	4,4
1993	187	19,3	23,7
1994	25	2,5	26,3
1995	145	14,9	41,2
1996	154	15,8	57,0
1997	135	13,9	70,9
1998	145	15,0	85,8
1999	83	8,6	94,4
2000	54	5,6	100,0
Total	971	100	100,0

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família

Gráfico 23

Distribuição dos imigrantes angolanos* por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007



*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

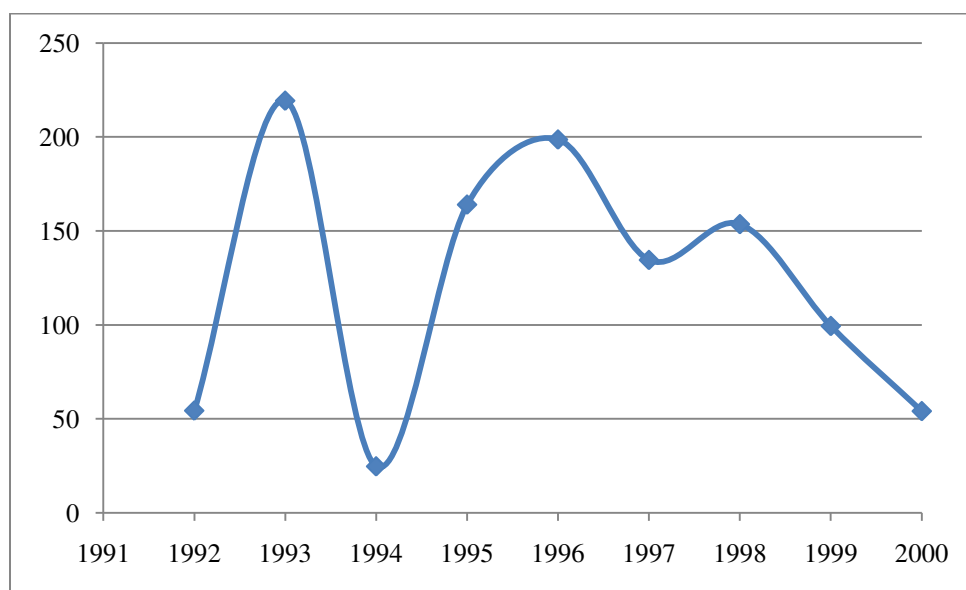
Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota 1: 11 casos não responderam ou não sabiam responder.

Nota 2 : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Gráfico 24

Distribuição dos imigrantes angolanos por ano que fixou residência no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000



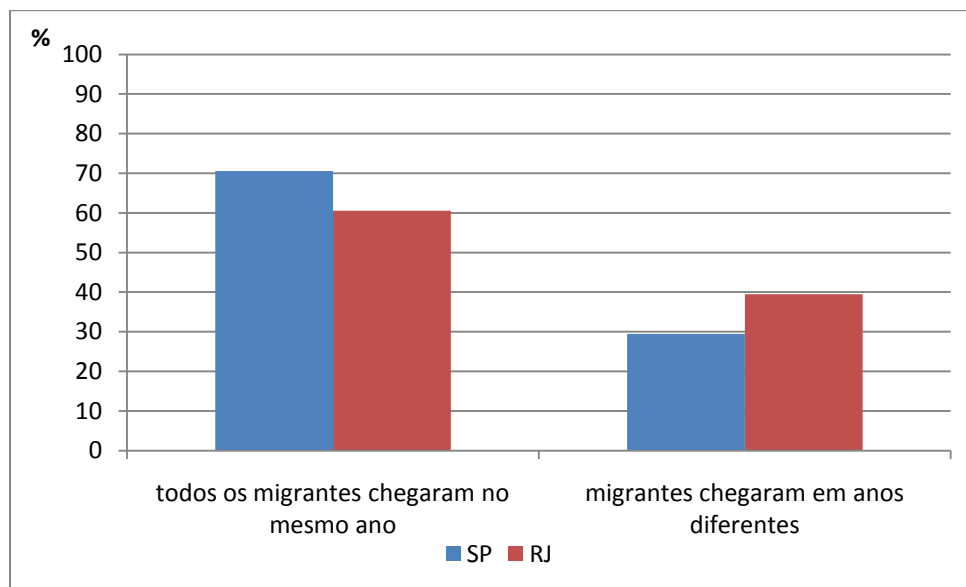
Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

No gráfico 25 apresentamos a reconstituição das famílias no Brasil ao longo dos anos. O Estado de São Paulo mantém-se no mesmo nível da década anterior, apresentando cerca de 30% das famílias com migrantes que chegaram em anos diferentes. Já no Rio de Janeiro, essa proporção sobe para quase 40%. Esse aumento para 40% indica maior diversidade na conformação dessa migração de acordo com redes de parentesco no Brasil.

Gráfico 25

Ocorrência de migração em anos diferentes dentro da mesma família. Famílias com processo migratório iniciado na década de 1990. . Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. População residente em 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico - 2000.

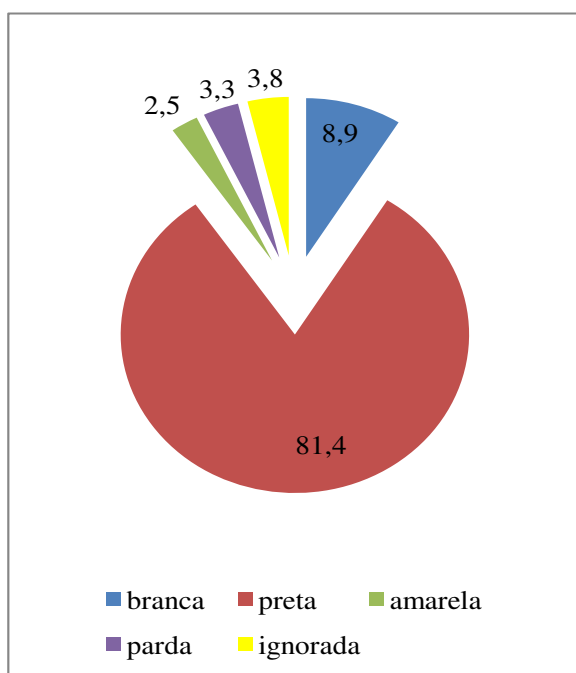
Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Um aspecto importante da imigração na década de 1990 é que a fatia de angolanos brancos dentre os imigrantes diminuiu drasticamente em relação às décadas anteriores. Conforme estudos anteriores (Baptista, 2007, 2008; Ribeiro, 1996; Petrus, 2001) apontaram, esta década foi marcada por uma imigração de jovens negros das classes baixas de Angola. Seguindo esta característica, outros estudos trataram na questão do preconceito sofrido por estes jovens no Brasil, pela sua dupla característica de negros e africanos (Baptista, 2007, 2008; Kaly, 2001, 2007; Petrus, 2001; Vida, 2001). Este tema não será tratado por nós em profundidade, mas a partir da pesquisa CPVR obtivemos o grau de insatisfação dos angolanos em relação ao preconceito sofrido no Brasil. Mais da metade das famílias (78) chegadas a partir de 1991 declarou estar insatisfeita ou muito insatisfeita com

a discriminação no Brasil⁷⁴. Todos os angolanos abordados na pesquisa se auto declararam negros⁷⁵.

Gráfico 26

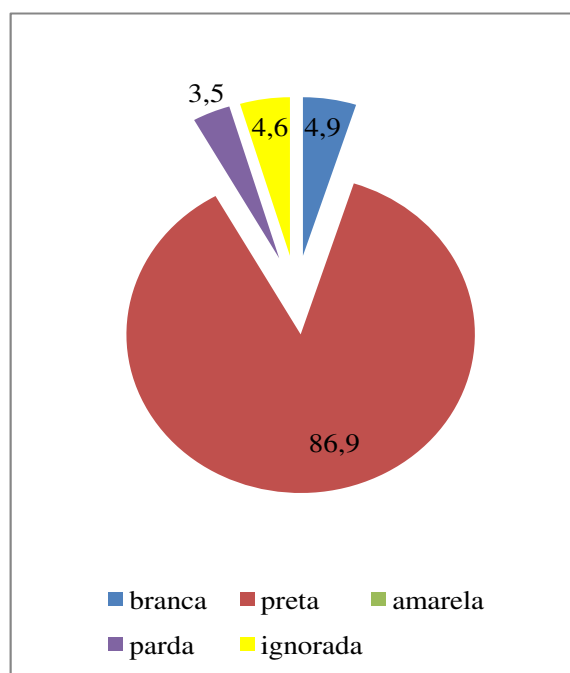
Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado de São Paulo. População residente em 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.
Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

Gráfico 27

Distribuição percentual da população de imigrantes angolanos segundo cor. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2000



Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.
Nota : A data de referência para o início do processo migratório é a do migrante mais antigo na família.

⁷⁴ Das 132 famílias, 78 declaram-se insatisfeitas ou muito insatisfeitas com a discriminação no Brasil, 52 declararam estar satisfeitas ou muito satisfeitas e 2 não responderam.

⁷⁵ A resposta era aberta, mas as categorias utilizadas podem ser englobadas na categoria de cor negra.

Analisando mais especificamente o Rio de Janeiro a partir dos dados da CVPR, observamos indícios da formação de uma rede social entre Rio de Janeiro e Angola, e mais especificamente entre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde residiam 98% dos imigrantes angolanos chegados na década de 1990 segundo o Censo 2000, e Luanda, cidade de procedência da grande maioria (194) dos imigrantes entrevistados para a pesquisa CVPR (tabela 14). É importante ressaltar que este fluxo era já resultado de uma migração interna, que parte dos refugiados (44) que saíram de Luanda para o Brasil nasceram em outras cidades de Angola.

Tabela 14

Distribuição dos imigrantes angolanos*.por cidade de saída do país de origem. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Cidade de saída do país de origem	Número de casos
Benguela	1
Luanda	194
Malange	1
Ojaienda	1
Soyo	1
não sabe	1
não respondeu	9
Total	208

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

A presença de redes entre país de origem e de destino é mais um fator que coloca este fenômeno dentro de um processo social das migrações internacionais, que não poderia apenas ser explicado a partir da perspectiva individual do conceito jurídico de refugiado.

Alguns dados da pesquisa são indicativos destas redes sociais, que desconstruem a idéia do “refugiado desamparado”, como um indivíduo que forçado a sair de seu país de origem não exprime desejos ou intenções em relação ao país de destino (Hayden, 2006).

Como podemos ver na tabela 15, dos 208 imigrantes compreendidos na análise, 32 deles já haviam estado no Brasil ao menos uma vez antes de imigrar. Com a finalidade de captar a presença de redes sociais, foi perguntado na pesquisa se os imigrantes já conheciam alguém no Brasil antes de imigrar, e onde foram morar assim que chegaram ao país. Apresentamos estes dados com os totais para os imigrantes e para as famílias. Ao analisarmos as informações por famílias evitamos que a informação esteja superestimada pela resposta de indivíduos da mesma família. Os dados nos mostram a importante presença de redes pré-estabelecidas à vinda dos angolanos para o Brasil. Mais da metade, 120 dos 208 angolanos compreendidos na análise, declaram que conheciam amigos ou familiares residindo no Brasil antes de sua vinda. O dado mantém-se significativo também quando analisamos as respostas por famílias. Das 132 famílias compreendidas, 84 declararam que tinham familiares ou amigos no destino (tabela 16). Outro indicativo da presença de redes sociais entre os dois países é que mais da metade dos imigrantes foram morar na casa de amigos ou parentes ou já tinham casa própria ou alugada no Brasil quando imigraram (tabela 17). A pesquisa levantou também indicativos para redes estabelecidas no Brasil. Dos 208 imigrantes, 140 tinham amigos angolanos no bairro onde moravam (tabela 18).

Tabela 15

Distribuição dos imigrantes angolanos* por quantidade de vindas ao Brasil antes de solicitar refúgio. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Quantas vezes veio ao Brasil até solicitar refúgio?	Número de casos
nenhuma (antes de solicitar o refúgio)	164
1	23
2 ou mais	9
não respondeu	12
Total	208

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 16

Distribuição dos imigrantes angolanos* e das famílias por redes de conhecidos no Brasil antes da imigração. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Quem conhecia no Brasil antes de imigrar?	Número de casos para o total de angolanos	Número de casos para o total de famílias
ninguém	73	43
familiares	63	36
amigos	57	48
outro	1	1
não sabe	2	1
não respondeu	12	3
Total	208	132

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 17

Distribuição dos imigrantes angolanos* e das famílias por local de moradia quando chegou ao Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Quando chegou ao Brasil, onde foi morar/ acolhido?	Número de casos para o total de angolanos	Número de casos para o total de famílias
hotel/ pensão	68	40
Albergue	1	1
casa de amigos	60	49
casa de parentes	40	21
na rua	2	2
casa alugada/ própria	15	9
igreja/ mesquita/ templo	2	2
Outro	5	4
não sabe	3	1
não respondeu	12	3
Total	208	132

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 18

Distribuição dos imigrantes angolanos*.por nacionalidade dos amigos no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Tem amigos de sua nacionalidade no seu bairro?	Número de casos
sim	140
não	56
não respondeu	12
Total	208

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Sobre o processo de solicitação do estatuto de refugiado, temos que a grande maioria destes imigrantes nunca havia estado sob proteção de algum organismo

internacional ou solicitado refúgio antes de chegar ao Brasil (tabela 19), e boa parte deles não tem familiares reconhecidos como refugiados em outros países (tabela 20). O processo de imigração para o Brasil foi, na grande maioria das vezes, feito de forma direta, sem etapas migratórias em outros países, e chegando diretamente na cidade do Rio de Janeiro (tabelas 21 e 22).

Tabela 19

Distribuição dos imigrantes angolanos* por assistência de organismo internacionais ou solicitação de refúgio em outro país. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

	Já esteve sob a proteção ou assistência de algum organismo internacional?	Solicitou refúgio em algum outro país?
Não	193	197
Sim	4	1
não sabe	1	
não respondeu	10	10
Total	208	208

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 20

Distribuição dos imigrantes angolanos* e das famílias por ocorrência de familiares refugiados em outro país. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Tem familiares refugiados em outro país?	Número de casos para o total de angolanos	Número de casos para o total de famílias
Sim	54	33
Não	137	94
não sabe	5	2
não respondeu	12	3
Total	208	132

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 21

Distribuição dos imigrantes angolanos* por trajetória migratória antes de chegar ao Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Indique os países onde esteve antes de chegar no Brasil (processo de refúgio)	Número de casos
África do Sul	1
Bélgica	1
República Democrática do Congo	2
Nenhum	195
não respondeu	9
Total	208

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota: A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 22

Distribuição dos imigrantes angolanos* por cidade de entrada no Brasil. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Em que cidade e estado chegou pela última vez?	Número de casos
Rio de Janeiro, RJ	195
Santos, SP	2
Vitória, ES	1
não respondeu	9
não sabe	1
Total	208

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

Tabela 23

Distribuição dos imigrantes angolanos* e das famílias por rede de contato para solicitação do refúgio. Imigrantes com processo migratório iniciado na década de 1990. Estado do Rio de Janeiro. População residente em 2007

Como entrou em contato com a Cáritas?	Número de casos para o total de angolanos	Número de casos para o total de famílias
através da Polícia Federal	3	3
através de familiares	55	30
através de amigos	99	77
através da igreja	3	2
outro	14	9
não sabe	22	8
não se aplica	12	3
Total	208	132

*pertencentes a famílias com ao menos um angolano com estatuto de refugiado

Fonte: CVPR, NEPO/UNICAMPO-SDH, 2007.

Nota: os 3 casos *não se aplica* são para os imigrantes que não solicitaram o estatuto de refugiado.

Nota 2 : A data de referência para década da migração é a do migrante mais antigo na família.

É importante ressaltar que a solicitação do refúgio foi feita a partir de contatos pré-estabelecidos na grande maioria das vezes. Dos imigrantes, 157 deles chegaram à Cáritas para a solicitação do refúgio a partir de contato com familiares, amigos ou igreja, como vemos na tabela 23. Quando analisamos a informação por família, o dado contínuo relevante, pois 109 das 132 famílias buscaram a Cáritas a partir destas redes sociais. Essa pode ser uma indicação da solicitação do refúgio como uma (dentre outras) estratégia para a permanência do imigrante no país de destino.

3.3. Conclusão: as transformações da imigração angolana para o Brasil de 1970 a 2006

Centramos o foco de nossa análise na imigração angolana no século XX, que foi apenas residual até a década de 1970, quando, a partir de independência de Angola (1975) e concomitante ao início da guerra civil neste país, que durou até 2002, observamos o

aumento considerável deste fluxo para o Brasil. Os primeiros imigrantes que chegaram neste período, principalmente entre os anos de 1975 e 1976, eram famílias formadas por portugueses e angolanos que tiveram que deixar a Angola após a independência. Este fluxo foi bastante diferenciado do fluxo observado nas décadas seguintes, principalmente por tratarem-se quase na totalidade de casais brancos com filhos, nascidos ou não em Angola. Neste momento, o Brasil não concedia estatuto de refugiado para pessoas que não viessem da Europa, conforme a cláusula geográfica adotada pelo país quando da assinatura da Convenção de Genebra. Sendo assim, os imigrantes buscaram se estabelecer no país a partir de outras estratégias. Partindo para a década de 1980, a imigração de angolanos sofreu uma queda acentuada e passou a ser mais diversificada. Neste momento a imigração destinada ao Rio de Janeiro passou a apresentar especificidades em relação à São Paulo, acentuadas na década seguinte. A entrada de angolanos brancos caiu consideravelmente, sobretudo no fluxo que se destinou ao Rio de Janeiro. Segundo Ribeiro (1996), a década de 1980 foi caracterizada pela vinda de angolanos com visto de estudante para o país, o que condiz com uma predominância observada na idade ao migrar nas faixas etárias entre 15 e 29 anos, principalmente no Rio de Janeiro. A distribuição por tipos familiares sofreu mudanças em relação à década anterior, sendo que os casais com filhos, embora ainda predominantes, passaram a perder espaço para os homens sem filhos, padrão que foi observado de forma mais acentuada no Rio de Janeiro.

Os anos 1990 foram marcados por uma mudança significativa no perfil da imigração angolana para o Brasil, que passou a ser predominantemente formada por jovens negros, do sexo masculino, que se concentraram na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os fluxos foram impulsionados pela retomada dos conflitos em Angola, após 1992,

acompanhados do reconhecimento pelo governo brasileiro do estatuto de refugiado aos angolanos. Temos nesta década a importância das redes sociais na manutenção do fluxo migratório, na sua direção para a região metropolitana do Rio de Janeiro e conformação de estratégias para a permanência no país, como o pedido do estatuto de refugiado.

Ao analisar os fluxos de angolanos para o Brasil ao longo do tempo percebemos uma característica comum a eles: a violência como um dos fatores importantes da migração - isto é, trata-se de uma migração forçada. As causas diretas dessa migração forçada mudaram ao longo das décadas. Ao mesmo tempo podemos acompanhar como o estatuto de refugiado, categoria jurídica que a princípio seria destinada à proteção dos imigrantes forçados, acompanhou ou não estas mudanças.

Temos assim na década de 1970 um fluxo marcado pela independência de Angola que expulsou do país sobretudo famílias formadas por colonos portugueses, muitas já com membros de naturalidade angolana. Embora caracterizada por nós como migração forçada, estes migrantes não foram naquele momento reconhecidos pelo governo brasileiro como refugiados. O Brasil, que assinara o Protocolo de Genebra de 1951, reconhecia como refugiados apenas indivíduos que tivessem origem em países europeus e que tivessem saído de lá em decorrência dos conflitos da Segunda Guerra Mundial.

A categoria jurídica manteve-se restrita aos europeus até 1990. Assim, mesmo os imigrantes chegados ao longo da década de 1980, embora já com um perfil diferente daqueles vindo na década anterior, não eram considerados refugiados pelo Brasil. Neste momento a Angola vivia uma situação de guerra civil que assolava, sobretudo, as zonas rurais do país e forçava parte destes imigrantes para a capital, Luanda. Em decorrência

disso, quando a guerra atingiu as cidades, na década de 1990, boa parte dos angolanos que saíram do país já haviam realizado algum movimento migratório interno. Exemplificamos com isso como a categoria de refugiado foi historicamente pensada e construída para englobar um grupo específico de pessoas. Embora os migrantes angolanos da década de 1970 e 1980 também estivessem fugindo de uma guerra, a proteção internacional adotada pelo Brasil os diferenciava daqueles que seriam os merecedores do estatuto, os europeus.

Finalmente, durante a década de 1990, o governo brasileiro aprimorou o reconhecimento do estatuto de refugiado passando a não restringi-lo apenas a imigrantes vindos do continente europeu. Com isso, parte dos imigrantes chegados no período de 1992 e 1993, quando o conflito armado em Angola foi intensificado e chegou às cidades, foi reconhecido no Brasil como refugiado. Com a suposta paz após a assinatura de mais um protocolo em 1994, o reconhecimento destes refugiados passou a ser dificultado pelo governo. Isso não significou uma diminuição na entrada de imigrantes angolanos no país, que, embora saídos de um contexto de guerra, não necessariamente foram reconhecidos como refugiados. Aqui fica explícita a confusão apontada por DeWind (2007) entre a função de proteção e a função analítica da categoria de refugiado, assim como as incongruências entre direito e proteção inerentes à última. A natureza do processo migratório em questão só pode ser captada se o incluirmos na perspectiva das migrações forçadas, que engloba todos os momentos dessa migração, inclusive aqueles que não foram reconhecidos pelo governo brasileiro. Vemos aqui como é importante a relação entre Estado e indivíduo na definição do refugiado, como apontou Bertrand (1998). O refugiado só existe se, ao se apresentar na fronteira de outro país, for reconhecido por este em um sistema que lhe conceda um lugar. Assim, quando não reconhecido como refugiado, o

imigrante é muitas vezes invisibilizado pelo governo, e permanece no país sem documentação que lhe conceda algum tipo de cidadania e de direitos perante o Estado.

Como vimos, as motivações para a migração, embora em alguns contextos possa ter sido especificamente a guerra, passaram, especialmente na década de 1990, a incluir a desestruturação econômica que a guerra causou no país, transformando a emigração em uma possibilidade, por vezes única, de ascensão social. Neste sentido, o fluxo não deixou de ser originado por um fator coercitivo, pois se torna difícil a separação entre o contexto de guerra e o contexto de desestrutura econômica do país de origem. Os esforços de definição das motivações para a mudança, explícitos na categoria jurídica de refúgio e exemplificados nas dicotomias que separam o migrante voluntário do involuntário, tornam-se improfícuos para a compreensão destes fluxos que explicitam a permeabilidade das fronteiras entre escolha e coerção baseadas na divisão entre motivações econômicas ou devido à violência. Percebemos através deste fluxo como a categoria jurídica de refugiada não deve ser usada como conceito analítico, uma vez que o fenômeno migratório se sobrepõe a ela. Isto é, os deslocamentos compulsórios se confundem por vezes com outros tipos de deslocamentos, formando fluxos mistos que não podem mais ter sua explicação ancorada na idéia de liberdade e escolha de ir e vir dos indivíduos.

Ao conceber os refugiados como parte de um fenômeno migratório podemos avaliar o papel das redes sociais na manutenção deste fluxo. Isso por que, ao considerar apenas a categoria jurídica de refugiado, conforme apontado por Hayden (2006), incorre-se na implicação de que os sujeitos que realizam a migração não tem intenções em particular em relação ao destino. Isto é, ao serem forçados a sair de seu local de origem, estes migrantes não exerceriam escolhas em relação ao destino, ou não seriam influenciados por redes

migratórias previamente estabelecidas. Sua permanência na sociedade de destino também seria pensada apenas em relação às disposições para com o desejo de repatriação. Os indícios de formação de uma rede migratória entre Brasil e Angola através da manutenção de redes sociais institucionais (acordos entre os dois países), comerciais (através da *mukunza*) e pessoais apontam para os equívocos neste tipo de análise.

Segundo Fusco (2002), a migração, ao criar uma gama de contatos entre locais de origem e de destino dos migrantes, é ela própria definida como um processo criador das redes sociais. Elas são classificadas hierarquicamente conforme as bases sobre as quais estão apoiados os relacionamentos dos migrantes, entre elas as relações de parentesco, amizade e origem comum. Esses laços sociais exercem grande influência que no comportamento dos migrantes:

Devido à virtude da cooperação em grupos humanos - de famílias a igrejas e associações - indivíduos adquirem um quadro de privilégios e obrigações que simultaneamente amplia e restringe as possibilidades de cada um. As vantagens proporcionadas pela intensa utilização desses laços sociais no contexto migratório influenciam de tal modo as opções do migrante, que os fatores estritamente econômicos e individuais deixam de ser exclusivos na explicação do fenômeno (Fusco, 2002: 15).

A análise das redes sociais nos fluxos de migração forçada permite também o questionamento do pacote de perdas implícito à concepção de refúgio. Segundo Lubkemann (2008), isto incluiria perdas de redes de capital social, de bens econômicos e materiais, de direitos políticos e legais, o que desconsideraria possíveis ganhos e empoderamento social adquiridos com a imigração. As redes estabelecidas, em especial a *mukunza*, apontam para o caráter positivo desta migração. Vista pela maioria dos jovens como única possibilidade de ascensão social, a imigração para o Brasil carrega

possibilidades de melhoria das condições de vida não apenas do imigrante no destino, mas também daqueles que ficaram na origem, através das redes estabelecidas.

O preconceito sofrido pelos imigrantes no destino evidencia o caráter de negatividade presente na concepção do indivíduo na condição de imigrante. A imigração de angolanos aqui explicita de forma radical a própria forma como os brasileiros compreendem a realidade.

CONCLUSÕES

Nossa pesquisa partiu da hipótese de trabalho de que os deslocamentos forçados fazem parte do contexto das migrações internacionais enquanto uma modalidade migratória, a das migrações forçadas. Percebidas como um processo social amplo, as migrações forçadas incluem a violência como um fator migratório importante e ressaltam os elementos de coerção presentes no suposto território de liberdade de escolhas dos indivíduos. O desafio a que nos propusemos foi o de provar e ampliar esta hipótese a partir do estudo de um fluxo migratório específico, o de imigrantes angolanos no Brasil. Para tal apresentamos em três capítulos as evidências teóricas, contextuais e empíricas de nossa abordagem.

No primeiro capítulo introduzimos a discussão teórica que embasou nossa hipótese de pesquisa. A migração foi apresentada enquanto um fenômeno social diverso e complexo, de difícil definição. Ao envolver dimensões espaço-temporais, vimos que conceituar migração implica em delimitar movimentos em um espaço de fronteiras político-administrativas, palco de pressões sociais e de violência estatal, e em uma estrutura histórica na qual estão circunscritos os migrantes. No contexto internacional das migrações, foi proposta uma revisão do período considerado por Massey *et. al.* (1998) como sendo de migração limitada a fim de incluir os massivos deslocamentos forçados observados no período dentro do arcabouço conceitual das migrações internacionais. No contexto brasileiro, evidenciamos um novo subsistema das migrações internacionais brasileiras, para além dos cinco elaborados por Fazito (2008), que abrange a imigração de africanos para o Brasil.

No âmbito das teorias das migrações internacionais, as dimensões de poder, coerção e violência foram elencadas como cruciais para a compreensão do fenômeno migratório, evidenciando a importância de sua reintrodução a partir da inclusão dos deslocamentos forçados/compulsórios dentro do conceito analítico das migrações forçadas, e estas enquanto uma modalidade das migrações internacionais. Evidenciamos também os riscos na utilização de uma categoria jurídica para análises de processos sociais complexos, apontando para a importância em se delimitar um conceito analítico que possa dar conta da diversidade do fenômeno das migrações forçadas e que se sobreponha a categorização dura imposta pelos instrumentos jurídicos internacionais. Por fim destacamos a importância de se repensar o papel do Estado-Nação, e das noções de coerção, liberdade e igualdade para o contexto contemporâneo das migrações internacionais.

O segundo capítulo trouxe a importância de se conhecer os contextos de origem dos fluxos migratórios para a compreensão destes no destino. Para tal foram elencadas importantes características histórico-estruturais de Angola, assim como suas relações com o Brasil. O contexto de origem foi compreendido através de um breve apanhado dos quatro séculos de ocupação portuguesa em Angola, que se configuraram em uma história de conflitos marcados pelas fronteiras étnicas e lingüísticas dos povos originários da região em contraposição ao domínio colonial português. A revisão deste período foi fundamental para a compreensão dos conflitos que marcaram as três últimas décadas do século XX e que foram pano de fundo para o fluxo migratório que estudamos. O prolongado conflito civil que se assistiu no país no período de 1961 a 2002 ocasionou um grande número de deslocamentos forçados, com características diferenciadas ao longo do período, que se

direcionaram para vários países, entre eles o Brasil. As relações entre os dois países foram evidenciadas em sua influência nas trocas migratórias entre os dois países.

No último capítulo apresentamos as evidências empíricas encontradas como resultado da exploração dos dados de três edições dos Censos Demográficos e da pesquisa amostral CVPR. Apresentamos nossa análise a partir de três períodos, concomitantes às três últimas décadas do século XX, que apresentaram diferenças em relação aos grupos étnicos, às estratégias utilizadas para a permanência, à direção do fluxo no Brasil e às faixas etárias e tipos de formação familiar dos imigrantes. Os fluxos observados nos três períodos tinham em comum a presença da violência como um fator migratório. Na análise dos dois primeiros períodos, décadas de 1970 e 1980, pudemos observar as evidências de como a categoria jurídica de refugiado falha na compreensão do fenômeno por ter sido historicamente pensada e construída para englobar um grupo específico de pessoas. Embora os migrantes angolanos da década de 1970 e 1980 estivessem fugindo de uma guerra, o Brasil apenas reconhecia como refugiados aqueles que tivessem saído da Europa. Foi explicitado que a natureza do processo migratório em questão só pode ser captada se o incluirmos na perspectiva das migrações forçadas, que engloba todos os momentos dessa migração, inclusive aqueles que não foram reconhecidos pelo governo brasileiro.

A análise da década de 1990 rendeu importantes evidências empíricas para responder a questões levantadas por nós em um primeiro momento da pesquisa. As motivações que impulsionaram os deslocamentos nesse período passaram a incluir, além da guerra, a desestruturação econômica que esta causou no país, transformando a emigração em uma possibilidade, por vezes única, de ascensão social. Mostramos com isso como os deslocamentos compulsórios se confundem por vezes com outros tipos de deslocamentos,

formando fluxos mistos que não podem mais ter sua explicação ancorada na idéia de liberdade e escolha de ir e vir dos indivíduos. Complementando a análise, apontamos para a importância de redes sociais institucionais, comerciais e pessoais conformando uma rede migratória entre Brasil e Angola, e mais especificamente entre Rio de Janeiro e Luanda, responsável pela manutenção do fluxo migratório mesmo com o final da guerra. A evidência da formação da rede migratória aponta para os problemas em concepções correntes nos estudos de refugiados que os percebem enquanto indivíduos que ao migrar não tem intenções ou poder de escolha em relação ao destino, e são marcados por um pacote de perdas de laços sociais que os isola da sociedade de origem. As redes estabelecidas, em especial a *mukunza*, apontam para o caráter positivo desta migração. Vista pela maioria dos jovens como única possibilidade de ascensão social, a imigração para o Brasil carrega possibilidades de melhoria das condições de vida não apenas do imigrante no destino, mas também daqueles que ficaram na origem, através das redes estabelecidas.

No desenvolvimento do trabalho buscamos responder algumas das questões colocadas por nós na introdução. Mostramos como a migração forçada faz parte do fenômeno mais amplo das migrações internacionais. Apontamos para os equívocos presentes na utilização da categoria jurídica de refugiado na análise do processo social das migrações forçadas. Mostramos que na análise do principal grupo de refugiados do Brasil, os angolanos, o país não se constituiu previamente como receptor de refugiados através de uma legislação específica, mas foi a legislação que alcançou um grupo de imigrantes que já havia estabelecido um fluxo para o Brasil por pelo menos duas décadas. E mostramos, por fim, que mesmo quando falamos de fluxos migratórios marcados pela violência como causa

principal do deslocamento, as redes sociais são estabelecidas entre os países de origem e destino.

Embora muitos dos imigrantes angolanos no Brasil sejam reconhecidos como refugiados, com este estudo levantamos a possibilidade de compreender este movimento migratório de forma mais ampla, incluindo os migrantes, com estatuto ou não de refugiado, dentro do aparato conceitual das migrações forçadas. Vemos que o contexto do destino é importante na delimitação do fluxo, sendo que as redes estabelecidas entre os dois países sejam elas institucionais, comerciais ou pessoais, foram fundamentais para a manutenção do fluxo.

No âmbito deste trabalho não foi possível desenvolver muitas das questões levantadas em profundidade, apontando para uma agenda de pesquisa que inclua uma análise mais aprofundada das redes sociais e migratórias estabelecidas entre Brasil e Angola que se revertem não apenas na vinda de angolanos para nosso país, mas na crescente emigração de brasileiros com destino à Angola. Fica também explícita a importância de se aprofundar no âmbito das migrações internacionais contemporâneas os estudos sobre o papel dos Estados-Nação e o debate em relação às noções de liberdade e igualdade, presentes de forma crucial no projeto de sociedade moderna, que tem a sua fragilidade evidenciada pelos movimentos migratórios contemporâneos, em especial por aqueles que consideramos como migração forçada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel (2006) Refugiados diante da nova ordem mundial. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18, n.2, novembro de 2006.
- AYDOS, Mariana (2009) “Migração Forçada: uma abordagem conceitual a partir do caso dos imigrantes angolanos no Brasil” Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional sobre Migrações (Belo Horizonte, agosto de 2009).
- _____ e BAENINGER R (2009) “The case of forced migration to Brazil” In: XXVI IUSSP International Population Conference, 2009, Marrakesh.
- _____; BAENINGER R e DOMINGUEZ, J.; (2008) “Condições de Vida da População Refugiada no Brasil: trajetórias migratórias e arranjos familiares” Trabalho apresentado no III Congreso de La Asociación Latino Americana de Población ALAP, 2008, Córdoba - Argentina.
- BAENINGER, R. e AYDOS, M. (2008) *População Refugiada. Retrato das condições de vida: famílias em São Paulo e Rio de Janeiro*. Campinas: NEPO/UNICAMP.
- _____; DOMINGUEZ, R. e AYDOS, M. (2007) “Condições de Vida da População Refugiada – divulgação da pesquisa de campo e resultados preliminares.” V Encontro do GT Migrações-ABEP. 15 a 17 de outubro de 2007, Campinas, NEPO-UNICAMP.
- BALÁN, J. (1973) - Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa. Estudos Cebrap, São Paulo, (5): 7-79.
- BAPTISTA, D.M. (2007) “Migração na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo.” In: Caderno Metrópole, n. 17, pp.103-118, 1º. Semestre de 2007.
- _____ (2008) “Migração na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo.” In: Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG.
- BASSANEZI, Maria Silvia. (1996) “Imigrações Internacionais No Brasil: Um Panorama Histórico.” In: Patarra. Emigração e Imigração Internacional no Brasil Contemporâneo. Vol I, 1996.
- BERTRAND, D. (1998) “Refugees and Migrants, Migrants and Refugees. An Ethnological Approach.” International Migration, 36: 107-113.

- BILLON, Philippe Le (2001) “Angola’s Political Economy of War: the role of oil and diamonds, 1975-2000” *African Affairs*, 100: 55-80.
- BILSBORROW, R. (1997) “The State of the Art and overview of the chapters”. In: _____. *Migration, urbanization, and development: new directions and issues*. New York: FNUAP.
- BLACK, R. (2001) “Fifty years of Refugee Studies: From Theory to Policy”, *The International Migration Review*, 35: 57-78.
- BRITO, Fausto (1996) “Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo” In: PATARRA, N. (org.) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas.
- BRITO NETO, M. (2005) *História e Educação em Angola: da ocupação colonial ao MPLA*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- COÊLHO, Marcele Nazaré (2005) *Educação e diversidade étnico-cultural: a inserção de crianças negras brasileiras e de crianças angolanas no espaço da escola/ Hortolandia-SP*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- COMERFORD, Michael G. (2005) *O rosto pacífico de Angola. Biografia de um processo de paz (1991-2002)*. Windhoek, Namíbia: John Meinert Printing.
- CRUZ, Francisco José João da (2006) *Construção do Estado-Nação de Angola. Visão dos exilados, intelectuais e refugiados, em situação diaspórica no Estado do Rio de Janeiro de 1992 a 2002*. Dissertação de Mestrado apresentada na Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CVPR (2007) *Condições de Vida da População Refugiada*. NEPO/UNICAMP-SDH.
- DESIDÉRIO, Edilma (2005) “Migração e Políticas de Cooperação: fluxos entre Brasil e África” IV Encontro Nacional sobre Migração, Rio de Janeiro, RJ.
- DEWIND, Josh (2007). “Response to Hathaway” *Journal of Refugee Studies*, vol. 21, vol. 3.
- DINIZ, Débora (2001) “Antropologia e os limites dos Direitos Humanos: o dilema moral de Tashi”. In: NOVAES, R.R; LIMA, R.K. (org) *Antropologia e Direitos Humanos – Prêmio ABA/FORD*. Niterói: EdUFF.

- DOMENACH, H.; PICOUET, M. (1995) *Las Migraciones*. Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba.
- DOMINGUES, José Maurício (2002). *Interpretando a Modernidade: imaginário e instituições*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- DOMINGUEZ, J.; BAENINGER, R. (2008) “Refugiados e Políticas Sociais: considerações, avanços e perspectivas” In: *População e Políticas Sociais no Brasil. Os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. CGEE, Brasília, DF.
- FAZITO, Dimitri (2008) “Situação das migrações internacionais no Brasil Contemporâneo” In: *População e Políticas Sociais no Brasil. Os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. CGEE, Brasília, DF.
- FUSCO, Wilson (2001) “Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares”. In: *Textos NEPO*, n. 40. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População. Online em www.nepo.unicamp.br.
- GIDDENS, A. (1991) *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP.
- _____ (1997) *Política, Sociologia e Teoria Social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Editora da UNESP.
- _____ (2001) *O Estado-Nação e a violência*. São Paulo: EDUSP Editora.
- GUIMARÃES, Roberta Peres (2008) “Brasileiros no Estados Unidos: um diagnóstico de 20 anos de fluxo migratório.” In: *População e Políticas Sociais no Brasil. Os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais*. CGEE, Brasília, DF.
- HATHAWAY, James C. (2007) “Forced Migration Studies: Could We Agree Just to ‘Date’?” *Journal of Refugee Studies*, vol. 21, issue 3.
- HAYDEN, Bridget. (2006) “What’s in a Name? The Nature of the Individual in Refugee Studies”. *Journal of Refugee Studies*, Vol. 19, n. 4 (471-487).
- HENDERSON, Lawrence W. (1979) *Angola. Five Centuries of Conflict*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- HEYWOOD, Linda (2000) *Contested Power in Angola. 1840s to the Present*. Rochester: University of Rochester Press.
- IBGE. Censo Demográfico. Edições 1980, 1991 e 2000.

JUBILUT, Liliana Lyra (2007) *O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Método.

_____. (2006) “Refugee Law and Protection in Brazil: a Model in South America?” *Journal of Refugee Studies*, Vol. 19, n. 1 (22-44).

KALUMIYA, Kallu (2004) “Angola: a model repatriation programme?” *Refugee Survey Quarterly*, Vol. 23, n. 3 (205-234).

KALY, Alain Pascal (2001) “Os estudantes africanos no Brasil e o preconceito racial.” In: CASTRO, Mary Garcia *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD.

_____. (2007) “À procura de oportunidades ou desembarque por engano. Migrações de africanos para o Brasil.” In: *Migrações Internacionais. Desafios para o Século XXI*. Odair da Cruz Paiva (org) São Paulo: Memorial do Migrante.

KEELY, C. (2000) “Demography and international migration”. In: Bretell, C. e Hollifield, J. *Migration Theory. Talking across disciplines*. New York and London: Rotledge.

LUBKEMANN, Stephen C. (2008) “Involuntary Immobility: On a Theoretical Invisibility in Forced Migration Studies.” *Journal of Refugee Studies* Vol. 21, No. 4.

MARTINS, José de Souza (1998) *O Problema das Migrações no Limiar do Terceiro Milênio*. In: *O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio. Desafios Pastorais*. Petrópolis: Editora Vozes.

MASSEY, D. *et. al.* (1993) “Theories of international migration: A review and appraisal.” In: *Population and Development Review*. New York: Population Council, vol.19, n.3, p. 431-466, september, 1993.

_____. (1998) *Worlds in motion, understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon.

MEDEIROS, M. e OSÓRIO, R.G. (2000) “Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998.” *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, jan./dez.

MEIHY, José Carlos Sebe B. (2007) *Mas Há Fronteiras?* In: *Migrações Internacionais. Desafios para o Século XXI*. Odair da Cruz Paiva (org) São Paulo: Memorial do Migrante.

- MILESI, R. e MORONI, J. (1998) “Refugiados no Brasil”. In: *O Fenômeno Migratório do Limiar do Terceiro Milênio*. Desafios Pastorais. Petrópolis, Editora Vozes.
- MOREIRA, Júlia Bertino (2005) “A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil.” Cadernos PROLAM/USP, Vol.2, Ano 4 (57-76).
- _____. (2006) “A Problemática dos Refugiados no Mundo: Evolução do Pós-Guerra aos dias atuais.” Campinas.
- OLIVEIRA, O & STERN, C. (1971) “Notas Acerca de La Teoria de las Migraciones Internas; Aspectos Sociologicos.” In: In: MOURA, H. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- PAIVA, Odair da Cruz (2000) “Refugiados de guerra e imigração para o Brasil nos anos 1940 e 1950”. Revista Travessia, ano XIII, n. 37.
- _____. (2007) “Migrações e Nova Fronteira Utópica.” In: Migrações Internacionais. Desafios para o Século XXI. Odair da Cruz Paiva (org) São Paulo: Memorial do Migrante.
- PATARRA, N. (2006) “Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais.” In: Estudos Avançados 57. Dossiê Migrações. Instituto de Estudos Avançados, USP, maio/agosto, p.7-24.
- _____; e OLIVEIRA (1988) “Transição, transições.” Anais do VI Encontro Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG.
- _____; e BAENINGER, R. (1996) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas.
- PETRUS, Maria Regina (2000) “Jovens Imigrantes Angolanos no Rio de Janeiro”. Revista Travessia, ano XIII, n. 37.
- _____. (2001) *Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil. Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais*. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PORTES, A. (2008) “Migration and social change: some conceptual reflections.” In: Conference “Theorizing Key Migration Debates”, Oxford University, July 1, 2008.
- PÓVOA NETO, Helion (2007) Rejeitar, sinalizar, conter: as barreiras físicas à mobilidade como dispositivos de política migratória. Trabalho apresentado no 31º Encontro

- Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG.
- RAVENSTEIN, E. (1885) “As leis de migração”. In: MOURA, H. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- RIBEIRO, J.T.L. (1996) “Brasil-África: Angola em Destaque.” In: Patarra, N. *Emigração e Imigração Internacional no Brasil Contemporâneo*. Vol I, 1996.
- SASAKI, E.M.; ASSIS, G.O. (2000) “Teorias das migrações internacionais.” Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambu, MG.
- SASSEN, Saskia (1991) *The global City. New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.
- SAYAD, Abdelmalek (1998) *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP.
- SINGER, Paul. (1976) “Migrações Internas: Considerações Teóricas Sobre Seu Estudo.” In: MOURA, H. (Org.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- SOARES, Weber (2002) *Da Metáfora à Substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. Tese de Doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.
- UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION (2009). *International Migration, 2009 Wallchart* (United Nations publication, Sales No. E.09.XIII.8).
- VAINER, Carlos B. (1996) “A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas”. In: *Revista Travessia*, ano IX, n. 25, maio-agosto de 1996.
- _____ (2002) “Deslocamentos Compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório”. In: CARLEIAL, Adelita Neto (org.) *Transições Migratórias*. Fortaleza, Edições Iplance.
- VIDA, S.S. (2001) “Africanos no Brasil: uma ameaça ao paraíso racial”. In: CASTRO, Mary Garcia *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD.
- ZELEDÓN, Cristina (2000) “El desplazamiento en Centroamérica: una lección necesaria”. *Revista Travessia*, ano XIII, n. 37.

ANEXOS



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS

CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO REFUGIADA - SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO - ABRIL/2007

Módulo 0 - Identificação

1. Número do questionário
2. Nome do entrevistador: _____
3. Data de realização: /2007 Assinatura: _____
4. Hora de início 5. Hora de término
6. Observação: _____
7. Cidade 1. São Paulo 2. Rio de Janeiro
8. Endereço: _____
9. Bairro: _____
10. Supervisor: _____
11. Verificação: _____

Módulo 1 - Domicílio

1. Espécie
 - 1) particular permanente
 - 2) particular improvisado
 - 3) Coletivo
- 1.1. Tipo
 - 1) Casa
 - 2) Apartamento
 - 3) Cômodo
2. Localização
 - 1) isolada ou de condomínio
 - 2) em conjunto residencial popular
 - 3) em aglomerado subnormal (favela)
 - 4) cômodos/cortiços
 - 5) barraco
 - 6) outro - especifique: _____
3. Tipo de parede
 - 1) tijolo
 - 2) azulejo
 - 3) madeira
 - 4) pedra
 - 5) cimento
 - 6) outro

4. Material utilizado para cobertura (teto)

- 1) telha cerâmica 2) telha amianto 3) laje 4) madeira 5) outro

5. Abastecimento de água

- 1) rede geral com canalização interna 2) rede geral sem canalização interna
- 3) poço ou nascente 4) outro

6. Escoadouro

- 1) rede geral 2) fossa séptica 3) fossa rudimentar 4) vala negra
- 5) outro 6) não tem

7. Uso da instalação sanitária

- 1) só do domicílio 2) comum a mais de um domicílio 3) não tem

8. Iluminação

- 1) com medidor individual 2) com medidor coletivo 3) sem medidor
- 4) não tem

9. Condição de ocupação (se 3,4,5,6,7 ou 9 pule para q. 12)

- 1) própria a construção e o terreno 2) própria só a construção
- 3) alugado 4) cedido por empregador 5) cedido por particular
- 6) cedido pelo ACNUR 7) invadida 9) outro. Especifique _____

10. Condição de Propriedade (responder somente se 1 ou 2 na q.9)

- 1) quitada 2) financiada 3) outro. Especifique _____

11. 2 Principais formas de aquisição do imóvel

- 1) financiamento SFH 2) financiamento fora do SFH 3) financiamento direto da imobiliária/Incorporadora 4) empréstimo de familiares
- 5) empréstimo de terceiros 6) poupança prévia
- 7) pecúlio/fgts/aposentadoria/seguro 8) herança/doação de parente
- 9) venda de outro imóvel
- 10) venda de outro patrimônio 11) outro (especificar) _____
- 99) não sabe

12. Aluguel Mensal (zero para quem não paga)

R\$

13. Lista dos residentes habituais, não habituais e ausentes com possibilidade de reunião familiar

a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n
Nº de orden	Nº de família	Nome	Relação com o chefe da residência	Relação com chefe da família	Condição de permanência	Local de moradia na data de referência (PARA NÃO HABITUAIS E AUSENTES)	Sexo	Idade	Estado conjugal	Religião	Estudos (em anos)	Cor/Raça	Formação profissional
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													

<p>13b) Nº de família 1) Família Principal 2) 2ª família 3) 3ª família 4) 4ª família</p> <p>13f) Permanência 1) Habitual 2) Não Habitual 3) Ausente</p> <p>13h) Sexo 1) Masculino 2) Feminino</p>	<p>13d 13e) Relação com chefe da residência e família 1) Chefe 2) Cônjuge 3) Filho(a) 4) Filho(a) adotivo(a)/ de criação 5) Enteado(a) 6) Genro/nora 7) Neto(a) 8) Sobrinho(a) 9) Cunhado(a) 10) Pai/Mãe 11) Sogro(a) 12) Irmão/ Irmã 13) Outro familiar 14) Agregado 15) Pensionista 16) Empregado 17) Parente do empregado 99) Não sabe</p>	<p>13j) Estado Conjugal 1) Solteiro(a) 2) Casado(a) 3) Unido(a) 4) Separado(a) 5) Viúvo(a) 6) NS 7) NSA</p> <p>13m) Cor/ Raça Escrever a autodenominação</p>	<p>13k) Religião 1) Candomblé 2) Católica 3) Espírita Kardecista 4) Evangélica 5) Judaica 6) Protestante 7) Religiões orientais 8) Umbanda 9) Muçulmana 10) Outra _____ 88) Nenhuma 99) NSA</p>
---	--	--	--

o) Nome do Entrevistado _____ Nº de ordem |__|__|

p) Nome do responsável pela família principal: _____ Nº de ordem |__|__|

14. Nº total de Pessoas Residentes |__|__|

15. Nº total de Famílias Residentes |__|__|

16. Nº total de homens Residentes |__|__|

17. Nº total de mulheres Residentes |__|__|

18. Total de cômodos na casa |__|__|

19. Total de cômodos servindo de dormitório |__|__|

Gostaríamos de saber quais os bens de consumo e serviços possui em sua residência:

Cod.	Bens de Consumo e Serviços	Não tem	TEM					
			1	2	3	4	5	6
__	20. Televisão em cores	0	2	3	4	5	5	5
__	21. Videocassete/DVD	0	2	2	2	2	2	2
__	22. Rádio	0	1	2	3	4	4	4
__	23. Banheiro	0	2	3	4	4	4	4
__	24. Automóvel	0	2	4	5	5	5	5
__	25. Empregada Mensalista	0	2	4	4	4	4	4
__	26. Aspirador de pó	0	1	1	1	1	1	1
__	27. Máquina de lavar	0	1	1	1	1	1	1
__	28. Microcomputador	0						
__	29. Internet (acesso residencial)	0						
__	30. Tv por assinatura	0						
__	31. Telefone fixo	0						
__	32. Telefone celular	0						
__	33. Geladeira e freezer	0	2	3	3	3	3	3

34. Grau de instrução da pessoa de referência do domicílio |__|

- 1) Analfabeto/ Até 3 anos de estudo
- 2) De 4 a 7 anos de estudo
- 3) De 8 a 10 anos de estudo
- 4) De 11 a 15 anos de estudo

35. Classe/ Pontos |__|

- 1) A1 30-34
- 2) A2 25-29
- 3) B1 21-24
- 4) B2 17-20
- 5) C 11-16
- 6) D 6- 10
- 7) E 0-5

Na sua opinião, qual seu grau de SATISFAÇÃO em relação aos seguintes assuntos:

- 1) Muito satisfeito
- 2) Satisfeito
- 3) Insatisfeito
- 4) Muito insatisfeito

37. Educação dos seus filhos |__|

38. Proteção legal |__|

39. Moradia |__|

40. Acesso a Transporte |__|

41. Acesso a Saúde |__|

42. Nível salarial |__|

43. Condições de Trabalho |__|

44. Discriminação |__|

45. Participa de algum Programa do Governo Federal, Estadual ou Municipal ou recebe algum benefício social? Total |__|__|__|__|__|

Se sim anotar valor recebido no mês de referencia e desde quando recebe

	Valor recebido ABRIL/07	Desde quando
a) Bolsa Criança Cidadã - PETI	R\$ _____	__ __ / __ __
b) Agente Jovem	R\$ _____	__ __ / __ __
c) Bolsa Família	R\$ _____	__ __ / __ __
d) Bolsa Alimentação	R\$ _____	__ __ / __ __
e) LOAS/BPC (benefício de prestação continuada)	R\$ _____	__ __ / __ __
f) Previdência rural	R\$ _____	__ __ / __ __
g) PRONAF	R\$ _____	__ __ / __ __
h) PROGER	R\$ _____	__ __ / __ __
i) Auxílio Gás	R\$ _____	__ __ / __ __
j) Renda Mínima	R\$ _____	__ __ / __ __
k) Bolsa Trabalho/ Frente de Trabalho	R\$ _____	__ __ / __ __
l) Outro. Especificar _____	R\$ _____	__ __ / __ __
m) Valor total dos benefícios	R\$ _____	__ __ / __ __
n) Recebe auxílio subsistência do ACNUR	R\$ _____	__ __ / __ __

46. Estrutura Mensal de gastos - Total |__|__|__|__|__|

Quanto gastou com sua família no mês de **ABRIL/07** com:

a) mensalidade/material escolar/ cursos	R\$ _____
b) médico/dentista/hospital	R\$ _____
c) remédios	R\$ _____
d) aluguel/condomínio/IPTU	R\$ _____
e) prestação da casa própria	R\$ _____
f) telefone	R\$ _____
g) luz	R\$ _____
h) água	R\$ _____
i) transporte/combustível/passagens	R\$ _____
j) vestuário	R\$ _____
k) alimentação	R\$ _____
l) lazer	R\$ _____
m) remessas ao exterior	R\$ _____
especificar motivo: _____	
n) outras despesas. Especificar _____	R\$ _____
o) total de gastos	R\$ _____

Módulo 2: Características Gerais dos Residentes (Habituais e Não habituais)

							SOMENTE PARA MAIORES DE 14 ANOS							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	9A	10	11	12	13	14
Nº de orden	Nº de família	Localidade de nascimento	Urbano/rural	Departamento ou Estado	País	Língua nativa	Estatos	Trabalho principal	Codificar CBO	Área	Carteira de trabalho	Renda/mês	Limitação física ou mental	Problema de saúde
1									_ _ _ _ _ _ _					
2									_ _ _ _ _ _ _					
3									_ _ _ _ _ _ _					
4									_ _ _ _ _ _ _					
5									_ _ _ _ _ _ _					
6									_ _ _ _ _ _ _					
7									_ _ _ _ _ _ _					
8									_ _ _ _ _ _ _					
9									_ _ _ _ _ _ _					
10									_ _ _ _ _ _ _					
11									_ _ _ _ _ _ _					
12									_ _ _ _ _ _ _					
13									_ _ _ _ _ _ _					
14									_ _ _ _ _ _ _					
15									_ _ _ _ _ _ _					

<p>2) Nº de família 1) Família Principal 2) 2ª família 3) 3ª família 4) 4ª família</p> <p>3) Localidade de nascimento Escrever o nome da cidade, província ou município onde nasceu</p> <p>4) Urbano/Rural 1) Urbano 2) Rural 3) NS</p> <p>5) Departamento ou Estado Escrever o nome</p> <p>6) País Indicar as iniciais de acordo com tabela do ACNUR</p>	<p>7) Língua Nativa Verificar códigos</p> <p>8) Estatuto 1) Empregado(a) 2) Autônomo/ Conta Própria 3) Empregador(a) 4) Profissional Universitário Autônomo 5) Dono de Negócio Familiar 6) Aprendiz/Estagiário 7) Trabalhador em negócio familiar sem remuneração 8) Autônomo da economia informal 9) Presta serviço militar obrigatório ou religioso 10) Voluntário 11) Desempregado 12) Estudante 13) NSA</p>	<p>9) Trabalho Principal Escrever o que faz</p> <p>10) Ramo de atividade - área 1) indústria 2) comércio 3) prestação de serviço 4) agropecuária 5) construção civil 6) público 7) ONG - 3º setor 8) NSA</p> <p>11) Carteira de Trabalho 1) Sim 2) Não, porque é funcionário público 3) Não, porque não outro possui 4) Não, por outro motivo 8) NS 9) NSA</p>	<p>12) Renda 1) Até R\$380,00 2) De R\$381, a R\$1140,00 3) De R\$1141 a R\$ 1900,00 4) De R\$1901 a R\$3800 5) Mais de R\$3801,00 8) NS 9) NSA</p> <p>13) Limitação Física ou Mental 1) Nenhuma 2) Cegueira 3) Surdez 4) Mudez 5) Paralisia de um dos lados 6) Paralisia de uma das pernas 7) Paralisia total 8) Falta de membro 9) Deficiência mental 10) Mais de uma 11) Outra _____</p>	<p>14) Problema de saúde 1) Nenhum 2) diabetes 3) hipertensão 4) câncer 5) problema de coração 6) asma ou bronquite 7) alergias 8) depressão 9) tireóide 10) enxaqueca 11) AIDS 12) cirrose 11) outro _____</p>
--	---	---	---	--

Módulo 3: Constituição da Família

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nº de orden	Já viveu ou vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	Qual a nacionalidade do atual companheiro(a)	Onde casou-se ou uniu-se com atual companheiro(a) (Indicar o País)	Tem filho nascido vivo? Quantos?	Dos filhos que tem quantos moram neste domicílio?	Dos filhos que tem quantos moram no Brasil?	Dos filhos que tem quantos moram em outro país	Dos filhos quantos não tem notícia	Dos filhos vivos que nasceram, quantos já morreram?	Qual principal meio de contato com familiares
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										

2) Já viveu ou vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)
 1) Vive atualmente
 2) Já viveu
 3) Não viveu
 4) NSA

11) Contatos com a família
 1) internet
 2) telefone
 3) correio
 4) não tem contato

Módulo 4: Educação, Documentação e Status de Refúgio

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
Nº de orden	Como classifica sua comunicação em português?	Sabe ler e escrever em sua língua nativa principal?	Sabe ler e escrever em português?	Freqüenta escola ou creche?	Por qual motivo não freqüenta creche ou escola?	Quanto anos de estudo tinha antes de chegar ao Brasil?	Qual o grau do último ano concluído?	Qual a série freqüenta?	Qual o grau da série que freqüenta?	Qual o tipo da escola que freqüenta?	Possui documentação de estudo anterior?	Como conseguiu validar os estudos?	Por que motivo não pode validar seus estudos?	Freqüentou curso de português por quanto tempo?	Participa ou participou de cursos profissionalizantes? Quais?	Recebe(u) algum tipo de bolsa ou auxílio para cursos?	Teve dificuldades com documentação no Brasil? Quais?
1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	

<p>2) Como classifica sua comunicação em português? 1. Satisfatória 2. Insatisfatória</p> <p>3 e 4) Sabe ler e escrever? 1. sim 2. não</p> <p>5) freqüenta escola ou creche? 1. sim -> pule para 7 2. não</p>	<p>6) por que motivo não freqüenta escola ou creche? 1. não tinha vaga 2. não foi aceito por ser estrangeiro 3. não tem documentação necessária 4. não pretende estudar mais 5. já concluiu os estudos 6. porque trabalha no horário 7. não tem tempo 8. outro. _____ 9. NSA</p> <p>8 e 10) Grau que freqüenta 1. Educação infantil 2. Ensino fundamental 3. Ensino médio 4. Superior 5. Pós graduação</p> <p>11) Tipo de Escola 1) Pública 2) Particular 3) NSA</p>	<p>12 e 13) Documentação e Validação 1) Sim 2) Não</p> <p>14) Validação 1) Através de certificados e diplomas 2) Prova de reclassificação 3) Não conseguiu validar por falta de equivalência 4) Não conseguiu validar por falta de documentos 5) Não procurou validar os estudos 6) NSA</p> <p>15) Curso de português 1) Não freqüentou 2) de 1 a 3 meses 3) de 3 a 6 meses 4) mais de 7 meses</p>	<p>16) Escrever o nome do curso</p> <p>17) Auxílio para curso 1) Não 2) Sim, bolsa de estudo 3) Sim, bolsa de estudo e transporte 4) Sim, bolsa de estudo, transporte e material</p> <p>18) teve dificuldades com algum tipo de documentação no Brasil? 1. não teve problema 2. demora na confecção do RNE 3. não aceitação de RNE/Protocolo 4. problemas com carteira de trabalho 5. problemas com documento dos filhos</p>
---	---	---	---

Módulo 5: Saúde

PARA MULHERES COM 12 ANOS OU +													
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Nº de orden	Tem algum plano de saúde ou convênio médico?	Qual hospital costuma procurar atendimento para emergências?	Qual o principal motivo que procura esse local para atendimento?	Onde costuma procurar atendimento para consultas médicas?	Qual o principal motivo que procura esse local para atendimento?	Faz algum acompanhamento o médico atualmente?	Faz uso contínuo de algum medicamento?	Está atualmente grávida?	Quantos meses de gravidez está?	Mês e ano que fez seu último exame ginecológico?	Utiliza algum método para planejamento familiar? Se sim, Quais?	Já ocorreu falar em doenças que podem ser transmitidas através de relações sexuais?	Se citou AIDS, O que uma pessoa pode fazer para evitar contrair AIDS?
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													

<p>2) Tem algum plano de saúde ou convênio médico? 1) sim, particular 2) sim, da empresa 3) não</p> <p>3) Indicar o nome do hospital mais utilizado</p> <p>5) Onde costuma procurar atendimento 1. hospital público 2. hospital conveniado/sus 3. posto/ centro de saúde 4. hospital / clínica particular 5. consultório / médico particular 6. outra _____ 9. não sabe</p>	<p>4 e 6) Qual o principal motivo que procura esse local para atendimento 1. mais perto de casa 2. perto do supermercado / trabalho 3. facilidade de transporte 4. pessoal mais competente / confiável 5. instalações mais limpas 6. mais privacidade 7. menor tempo de espera 8. melhor atendimento 9. pode usar outros serviços 10. menor preço 11. grátis 12. queria anonimato 13. outro _____ 14. não sabe</p> <p>7 e 8) Faz algum acompanhamento médico atualmente ou uso de medicamento contínuo 1) Sim 2) Não</p>	<p>9) Está grávida? 1) Sim 2) Não</p> <p>10) Indicar o mês de gestação 11) Indicar o mês e ano</p> <p>12) Método de planejamento familiar 1) Abstinência sexual 2) não utiliza nenhum método 3) Pílula 4) DIU - Dispositivo Intra-uterino 5) Injeções contraceptivas 6) Norplant (implantes) 7) Diafragma, espuma, tablete 8) Condom (camisinha) 9) Esterilização feminina 10) Esterilização masculina 11) Tabela/abstinência periódica 12) Coito interrompido 13) Outro _____ 14) NSA</p>	<p>13) DST - Indicar as 3 principais 1) Gonorréia/Blenorragia/Gota Matinal 2) Sífilis/Cancro Duro 3) Cancro mole/Cavalo 4) Linfogranuloma/Mula 5) Consiroma/Verrugas genitais 6) Herpes 7) Tricomoníase 8) Candidíase/Flores brancas 9) Clamídia 10) AIDS 11) Outra _____ 12) Não sabe</p>	<p>14) Se citou AIDS perguntar: O que uma pessoa pode fazer para evitar contrair AIDS? Indicar as 3 principais</p> <p>1) Praticar sexo seguro 2) Abster-se de relações sexuais 3) Usar camisinha 4) Ter um só parceiro 5) Diminuir o número de parceiros 6) Não ter relações com homossexuais 7) Tomar cuidado de precisar de transfusão de sangue 8) Não doar sangue 9) Só usar seringas/agulhas descartáveis 10) Evitar beijar na boca 11) Não conviver com pessoas infectadas 12) Ir ao médico 13) Não usar banheiro público 14) Outro _____ 15) Não sabe</p>
--	--	--	---	--

Módulo 6: Trabalho e Rendimentos (somente para maiores de 14 anos)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Nº de orden	nos últimos 12 meses, procurou efetivamente trabalho durante 15 dias ou mais	nos últimos 30 dias procurou trabalho?	qual o principal motivo que o levou a procurar trabalho?	o que fez nos últimos 30 dias para encontrar trabalho?	trabalhou nos últimos 30 dias?	o trabalho que realizou nos últimos 30 dias era remunerado?	como recebe os rendimentos do seu trabalho principal?	há quanto tempo está no seu atual emprego ou negócio (trabalho principal)	Em que tipo de local funciona o negócio ou empresa em que trabalha?	quantos empregados trabalham normalmente nessa empresa, negócio ou instituição?	a empresa ou instituição na qual trabalha é
1								_ _ _ em meses			
2								_ _ _ em meses			
3								_ _ _ em meses			
4								_ _ _ em meses			
5								_ _ _ em meses			
6								_ _ _ em meses			
7								_ _ _ em meses			
8								_ _ _ em meses			
9								_ _ _ em meses			
10								_ _ _ em meses			
11								_ _ _ em meses			
12								_ _ _ em meses			
13								_ _ _ em meses			
14								_ _ _ em meses			
15								_ _ _ em meses			

<p>2 e 3) nos últimos 30 dias procurou trabalho no Brasil? 1. sim 2. não -> ir para 6 3. Não estava no país 4. NSA</p> <p>4) qual o principal motivo que o levou a procurar trabalho? 1. para mudar de trabalho 2. estava desocupado e não conseguiu o trabalho 3. para ter um trabalho adicional 4. para conseguir mais clientes ou serviços 5. estava desocupado e já conseguiu o trabalho procurado 6. por ter tempo disponível para realizar trabalho agrícola sazonal</p>	<p>5) o que fez nos últimos 30 dias para encontrar trabalho? 1. procurou o PAT (Posto Atendimento ao Trabalhador) 2. procurou a Cáritas 3. pediu para amigos 4. levou currículos em empresas/internet 6. procurou agencias de trabalho 7. nada fez</p> <p>6) trabalhou no últimos 30 dias? 1. sim, de forma regular ou ocasional (porque apareceu serviço) 2. sim, mas estava de aviso prévio 3. sim, mas em caráter excepcional (porque sobrou tempo dos afazeres, domésticos, estudiantis, etc...) 4. não, mas tem trabalho (interrupção temporária, férias, viagem) 5. não, porque não tinha trabalho (o serviço acabou, perdeu ou deixou o emprego, é a primeira vez que procura trabalho) 6. não, porque não costuma trabalhar (dona de casa, estudante, aposentado) Se respondeu 5 ou 6 ir para questão 20</p>	<p>8) como recebe os rendimentos do seu trabalho principal? 1. exclusivamente em dinheiro 2. parte em dinheiro e parte em espécie 3. não recebe, porque é trabalhador familiar</p> <p>10) Em que tipo de local funciona o seu negócio ou a empresa em que trabalha? 01. numa moradia, em cômodo adaptado 02. numa moradia, em cômodo não adaptado 03. em prédio, casa, sala ou galpão destinado exclusivamente ao trabalho 04. em barracas ou bancas (construções leves) 05. em sítio ou chácara 06. em fazenda ou outra propriedade agropecuária 07. sem instalações fixas: táxi, caminhão, kombi (automotivos) 08. sem instalações fixas com algum equipamento 09. sem instalações fixas e sem equipamento 10. em casa de família (serviço doméstico) 11. outro</p> <p style="text-align: right;"><i>continua</i></p>
---	--	---

Módulo 7: Deslocamento, Refúgio e ...

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Nº de orden	Cidade de saída do país de origem	Data de saída do país de origem	Como saiu do país de origem	Indique os países onde esteve antes de chegar no Brasil	Já esteve sob a proteção ou assistência de algum organismo internacional? Se sim, Qual?	Solicitou refúgio em algum outro país? Qual?	Se sim, foi reconhecido como refugiado em outro país? Qual?	Quando chegou ao Brasil pela última vez?	Como entrou no Brasil? (legal/ilegal)	Em que cidade e estado chegou pela última vez?	Como chegou?	Com quem viajou da última vez?	Como conseguiu recursos para a viagem?
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													

<p>2) Indicar local de saída do país de origem</p> <p>3) Indicar data de saída do país de origem</p> <p>4) Como saiu? 1) Ônibus 2) avião 3) Barco/navio 4) a pé 5) carro/caminhão</p> <p>5) Indicar países durante processo de saída para buscar refúgio</p> <p>6) Indicar o organismo de proteção 1) Não 2) Indicar organismo de proteção</p> <p>7) Solicitou refúgio em outro país? 1) Não 2) Se sim, indicar o país.</p>	<p>8) Indicar país que reconheceu refúgio</p> <p>9) Indicar data de chegada no Brasil</p> <p>10) Indicar a condição que entrou no Brasil 1) legal 2) ilegal</p> <p>11) Em que cidade e estado chegou pela última vez? Indicar a cidade e o estado de chegada</p> <p>12) Como chegou? 1) Ônibus 2) avião 3) Barco/navio 4) a pé 5) carro/caminhão</p>	<p>13) Com quem viajou da última vez? (indicar até 3 principais) 1) Sozinho 2) Companheiro(a)/ Cônjuge 3) Filhos 4) Pais 5) Avós 6) Outro familiar 7) Amigo 8) Grupo de pessoas da mesma nacionalidade 9) Outro 10) NSA</p> <p>14) Como conseguiu recursos para a viagem? 1) com próprias economias 2) pediu dinheiro emprestado de familiares 3) pediu dinheiro para amigos 4) outro</p>
--	---	---

continua

Módulo 7: Deslocamento, Refúgio e ... (continuação)

1	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
Nº de orden	Quando chegou ao Brasil, onde foi morar?	Quanto tempo morou nesse local?	Desde a chegada quanto tempo demorou em ter uma residência fixa?	Quantas vezes veio ao Brasil até solicitar refúgio?	Quem conhecia no Brasil?	Qual país ou município de última residência?	Qual país ou município de residência no ano 2000?	Qual país ou município de residência em 2005?	Há quanto tempo reside neste município?	Há quanto tempo reside nesse domicílio?	Quais os motivos que levaram a morar neste município?
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											
12											
13											
14											
15											

<p>15) Quando chegou ao Brasil, onde foi morar? 1) hotel/pensão 2) albergue 3) casa de amigos 4) casa de parentes 5) na rua 6) no local de trabalho 7) casa alugada/própria 8) igreja/mesquita/templo 9) outro 10) NSA</p> <p>16 e 17) Quanto tempo morou nesse local? 1) de 1 a 3 dias 2) de 3 a 7 dias 3) de 7 a 15 dias 4) de 15 a 30 dias 5) entre 1 a 6 meses 6) mais de 6 meses</p>	<p>18) Quantas vezes veio ao Brasil até solicitar refúgio? Indicar o número de vezes, se única viagem indicar zero</p> <p>19) Quem conhecia no Brasil? 1) Ninguém 2) Familiares 3) Amigos 4) Outro</p> <p>20, 21 e 22 - Indicar município e país de residência no período indicado, se no Brasil indicar o estado.</p> <p>23 e 24 - 1) de 1 a 3 dias 2) de 3 a 7 dias 3) de 7 a 15 dias 4) de 15 a 30 dias 5) entre 1 a 6 meses 6) mais de 6 meses 7) de 6 a 12 meses 8) de 12 a 24 meses 9) de 24 meses a 48 meses 10) de 48 a 60 meses 11) mais de 60 meses (5 anos)</p>	<p>25) Motivos que o levaram a morar neste município 1) Obter um novo trabalho 2) Mudança do local de trabalho 3) Estudar 4) Realizar tratamento de saúde 5) Menores custos de moradia 6) Melhores condições 7) Morar com ou próximo de parentes 8) Melhores condições de transporte 9) Outros. Especificar _____ _____ _____ _____</p>
---	---	--

Módulo 7: Deslocamento, Refúgio e ... (continuação)

1	26	27	28	29	30	31	32	33	34
Nº de orden	Tem amigos de sua nacionalidade no seu bairro?	Você diria que a maioria de seus amigos no Brasil são...	Quando deu entrada no pedido de refúgio?	Quando foi reconhecido como refugiado?	Foi reconhecido em 1ª instância?	Como entrou em contato com a Cáritas?	Tem familiares refugiados em outro país?	Tem contato com esses familiares?	De maneira geral diria que esses familiares estão...
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									

<p>26) Tem amigos de sua nacionalidade em seu bairro? 1) Sim 2) Não 3) Não sabe 4) NSA</p> <p>27) Você diria que a maioria de seus amigos no Brasil são... 1) brasileiros 2) estrangeiro da mesma nacionalidade 3) estrangeiros de outras nacionalidades 4) não tem amigos no Brasil 5) não tem diferença de nacionalidades</p>	<p>28) Quando deu entrada no pedido de refúgio? Indicar mês e ano</p> <p>29) Quando foi reconhecido como refugiado? Indicar mês e ano NSA</p> <p>30) Foi reconhecido em 1ª instância? 1) Sim 2) Não 3) NSA</p> <p>31) Como entrou em contato com a Cáritas? 1) Através da Polícia Federal 2) Através de familiares 3) Através de amigos 4) Através do ACNUR 5) Através da Igreja 6) Televisão 7) Através do Consulado 8) Outro _____ 9) NSA</p>	<p>32) Tem familiares refugiados em outros países? 1) Sim 2) Não</p> <p>33) Tem contato com esses familiares? 1) Sim 2) Não 3) NSA</p> <p>34) De maneira geral diria que esses familiares estão... 1) na mesma situação 2) em situação pior 3) em situação melhor 4) não sabe avaliar 5) NSA</p>
--	--	---

Módulo 8 - Questões abertas - Somente para o(a) entrevistado(a)

1) Como vê sua permanência e de sua família no Brasil a longo prazo?

2) Por que escolheu o Brasil como país de refúgio?

3) Tem vontade de mudar de cidade? Para onde? Por quê?

4) Como avalia o apoio do ACNUR?

5) Como avalia o apoio do CONARE?

6) Como avalia o apoio da Cáritas?
